

INSTITUTO AGGEU MAGALHAES - FIOCRUZ/PE

Termo de Referência 49/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
49/2026	254421-INSTITUTO AGGEU MAGALHAES - FIOCRUZ /PE	VIVIANE AUGUSTA MACIEL BALTAR	24/04/2026 11:14 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	40/2026	25382.000830/2025-87

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25382.000830/2025-87)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço contínuo de motoristas para a condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães - IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco - FIOCRUZ-PE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do IAM /FIOCRUZ - PE	15008	serviço	1	R\$ 39.496,382	R\$ 473.956,58

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço, objeto desta contratação, é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, pois há ampla oferta no mercado, não exige inovação ou solução singular, e pode ser adequadamente especificado por meio de padrões usuais de mercado.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que há necessidades permanentes ou prolongadas na prestação dos serviços, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000016/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 22/05/2025;

III) Id do item no PCA: 81;

IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOA;

V) Identificador da Futura Contratação: 254421-40/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual visa promover a eficiência na execução dos serviços e a minimização de impactos ambientais, especialmente no contexto da operação da frota oficial de veículos, conforme os seguintes princípios:

4.1.1. Gestão eficiente da frota: O contratado deverá adotar práticas que garantam o uso eficiente da frota de veículos, com o objetivo de reduzir emissões de gases poluentes e consumo excessivo de combustível;

4.1.2. Capacitação para condução segura e responsável: Os motoristas deverão ser treinados para adotar práticas de direção responsável e eficiente, com foco na redução de desperdícios (como consumo excessivo de

combustível) e no aumento da segurança viária, reduzindo impactos negativos para a sociedade e o meio ambiente; e

4.1.3. Além dos critérios acima descritos, atentar para os indicados no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Os requisitos elencados estão alinhado ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fiocruz Pernambuco, instituído em janeiro de 2016, bem como à versão atualizada do Caderno de Logística Plano Diretor de Logística Sustentável 2024 do Governo Federal, que estabelece diretrizes para práticas sustentáveis, racionalização de gastos e otimização de processos institucionais, garantindo que a gestão da frota e a prestação dos serviços de condução sejam realizadas de maneira eficiente com o mínimo de impacto ambiental possível.

### **Subcontratação**

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e 4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.11.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.17.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.17.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.21. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

4.22. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, que deverá ser agendada por meio do e-mail: denise.lopes@fiocruz.br, indicando no assunto Vistoria - Contratação de serviço contínuo de motoristas para a condução de veículos oficiais.

4.23. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.24. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.25. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Instalação de escritório**

4.26. A instalação de escritório físico nas dependências da contratante não é obrigatória, ficando a critério da empresa contratada a forma de organização operacional necessária para a execução adequada do objeto contratado.

4.26.1. Caberá à contratada assegurar que os serviços sejam prestados com qualidade, pontualidade e conforme os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, independentemente da existência de estrutura física local.

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: O prazo para início da execução dos serviços será o definido no Termo de Contrato assinado, não podendo ultrapassar o dia 29/05/2026.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, encontra-se pormenorizada no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, de modo a garantir a clareza, a exequibilidade e a rastreabilidade das especificações e requisitos previstos.

5.1.3. Os serviços serão executados de forma contínua, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, seguindo as rotinas operacionais e procedimentos estabelecidos pela contratante, com atendimento às normas de segurança, qualidade e meio ambiente vigentes.

5.1.4. A frequência será diária, dentro da jornada contratual, e poderá ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, conforme a necessidade da Administração.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Prof. Moraes Rego, S/N Campus da UFPE – Cidade Universitária – Recife/PE.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, observando intervalo de 1 (uma) hora para almoço.

5.3.1. Os horários dos serviços contratados poderão ser ajustados de acordo com as necessidades do IAM /Fiocruz-PE.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Item 6 do Estudo Técnico Preliminar, promovendo sua substituição quando necessário.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A contratação compreende, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes;

5.6.2. Os horários dos serviços contratados poderão ser ajustados de acordo com as necessidades do IAM /Fiocruz-PE;

5.6.3. O pagamento pelos serviços prestados pela contratada poderá ser realizado em consonância com o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, podendo seu valor ser inferior ao valor da Nota fiscal /fatura do mês de referência apresentada, caso a contratada não atinja os níveis esperados de qualidade na prestação dos serviços;

5.6.4. Além do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o contratante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado.

### **Uniformes**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. Calça jeans azul escuro;

5.7.1.2. Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara;

5.7.1.3. Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade;

5.7.1.4. Meia esportiva, cor branca;

5.7.1.5. Cinto de couro, cor marrom;

5.8. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da vigência do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme após 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.1. O conjunto completo do uniforme, corresponde a 02 (duas) calças, 03 (três) camisas, 03 (três) pares de meia, 01 (um) par de sapatos e 01 (um) cinto;

5.9. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros indicados nos itens 5.7.1 a 5.7.1.6, deste Termo de Referência.

5.10. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.11. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.18. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.19. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.20. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.21. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.22. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.



6.23. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.24. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.25. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.26. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.26.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.26.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.26.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.26.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.27. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador. Deverão ser realizadas as seguintes ações:

6.27.1. O trabalhador deverá informar previamente a sua intenção de compensar a jornada ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades;

6.27.2. O responsável pela unidade avaliará a viabilidade da compensação e, em caso de concordância, comunicará o fiscal do contrato;

6.27.3. O fiscal do contrato informará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a data prevista da ausência do trabalhador; e

6.27.4. Após a formalização da compensação, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.28. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.29. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.29.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.29.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

## **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.3431.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.33.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; 6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.34. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.35. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.36. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.37. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.38. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.39. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.40. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.41. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.42. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.44. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.45. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.46. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- 6.47. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.48. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.49. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.50. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.51. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.52. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.53. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.54. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.55. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.55.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
  - 6.55.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.56. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.56.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
  - 6.56.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.57. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.
- 6.58. A fiscalização administrativa acompanhará o planejamento e a programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, a serem realizados pela contratada, a fim de assegurar a previsibilidade da época de gozo das férias, como previsto no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, alterado pelo Decreto n.º 12.926, de 13 de abril de 2026, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025.
- 6.59. A programação da fruição das férias será realizada com, no mínimo, sessenta dias de antecedência ao término do período aquisitivo, salvo quando o período aquisitivo se encerrar nos primeiros noventa dias da vigência contratual.
- 6.60. A contratada poderá solicitar reunião com a fiscalização contratual, antes da definição da programação da fruição das férias, para dirimir eventuais dúvidas sobre as rotinas da prestação de serviço estabelecidas neste Termo de Referência.
- 6.61. O planejamento será formalizado por meio do relatório de programação de férias, no qual será informada a época de fruição de férias de cada colaborador terceirizado.

6.62. O relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto e informações sobre as férias, incluindo as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já estejam programadas, bem como o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.63. A contratada deverá enviar à fiscalização administrativa:

6.63.1. até o quinto dia útil de cada mês, a partir do segundo mês da execução contratual, o relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados, observados os prazos do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025;

6.63.2. em até 5 dias úteis após a ciência do colaborador terceirizado, o recibo de concessão de férias, conforme o art. 135 da CLT e o inciso IV do art. 50 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.64. O planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas, sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, conforme o art. 134 da CLT, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, observado o disposto no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.65. Após a programação das férias, eventuais alterações deverão ser comunicadas à fiscalização administrativa com, no mínimo, noventa dias de antecedência do início da fruição das férias, mediante justificativa, indicando-se, para tanto, um dos motivos elencados no parágrafo único do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 213, de 2025.

6.66. Após a publicação do Ato da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a fiscalização administrativa observará a necessidade de cumprimento da concessão do benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador que possua filho, enteado ou criança sob guarda judicial com até cinco anos e onze meses de idade, em consonância com o Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026.

## **Gestor do Contrato**

6.67. Cabe ao gestor do contrato:

6.67.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.67.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.67.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.67.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.67.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.67.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.67.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.67.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.67.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.67.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.68. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo ao Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Fiscalização técnica deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos;

7.4.2. A aplicação do IMR deverá seguir de acordo com a metodologia constante em cada indicador tomando como base o mês de referência da prestação dos serviços;

7.4.3. O pagamento à contratada será feito em consonância com o percentual de retenções obtido do somatório do resultado de todos os indicadores. Por exemplo, se durante um mês o somatório das retenções de todos os indicadores for de 10% (dez por cento), será efetuado o pagamento de 90% (noventa por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços prestados.

### **Recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de execução dos serviços.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Repactuação**

7.38. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.39. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.39.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.39.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.40. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.40.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.41. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.42. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.43. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.44. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.45. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.45.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.45.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45.3. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.4. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.5. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.45.6 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

- 7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.65. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.65.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.65.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.65.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.65.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.66. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

### **Conta-Depósito Vinculada**

7.67. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.68. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.69. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.70. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.71. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.72. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.72.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.72.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.72.3. Multa sobre o FGTS; e

7.72.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.73. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES /MP n. 5/2017.

7.74. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.75. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.76. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da contadepósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.77. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na contadepósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.78. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.79. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.80. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) a 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “g” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima alínea “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para as seguintes parcelas, conforme estimativa baseada na Coletiva de Trabalho nº PE000080/2026, utilizada como paradigma:

a) salário-base do motorista terceirizado, no valor de R\$ 3.087,41 (três mil, oitenta e sete reais e quarenta e um centavos); conforme CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL, da Convenção Coletiva de Trabalho nº PE000080/2026 e validado no item 8.12 do Estudo Técnico Preliminar;

b) auxílio-alimentação, no valor de R\$ R\$ 16,58 (dezesesseis reais e cinquenta e oito centavos) por dia efetivamente trabalhado, conforme consta no anexo da Convenção Coletiva de Trabalho nº PE000080/2026;

c) benefícios de natureza trabalhista ou social que contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a saber:

i) vale-transporte correspondente a 4 (quatro) tarifas modais diárias, ao valor unitário de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), pago antecipadamente;

ii) diária de viagem, no valor de R\$ 165,88 (cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), quando houver deslocamento com pernoite, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho vigente e validado no Estudo Técnico Preliminar;

iii) demais benefícios obrigatórios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente, devendo a licitante observar todas as cláusulas trabalhistas aplicáveis para garantir a adequada cobertura social e de saúde dos empregados alocados no contrato.

9.3.1. Não serão considerados custos unitários mínimos relevantes quaisquer valores previstos em Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo que não contemplem todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral;

9.3.2. Em caso de divergência entre os valores considerados no orçamento da Administração e os valores constantes da norma coletiva do licitante, a proposta deverá considerar o maior valor entre ambos;

9.3.3. Os valores orçados pela Administração constam na Planilha Estimativa de Formação de preço, apêndice deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação:

9.26.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e

9.26.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.31.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.31.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.34.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

9.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente

9.35. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no município do Recife, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência do contrato.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.38. O Atestado de Capacidade Técnico-Profissional (ou qualificação técnico-profissional) é o documento que comprova a experiência de um profissional específico da equipe (engenheiro, técnico, especialista);

9.39. A justificativa para a não exigência de qualificação técnico-profissionais para essa contratação consta abaixo.

9.40. Para esta contratação não será exigida Qualificação Técnico-Profissional, pois o serviço não necessita de técnicas ou profissionais especializados. Entretanto, no momento da contratação dos profissionais que executarão o serviço (motorista), deverá ser observado o descritivo dos perfis e requisitos dos cargos que constam do Estudo Técnico Preliminar.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.46.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.46.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.46.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 473.956,58 (quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), conforme Planilha de Custos e Formação de Preços - PCFP, apêndice deste Termo de Referência.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/unidade: 254421/ 25201

II. Fonte de recursos: 1002000000

III. Programa de trabalho: 10571502021BF0001

IV. Elemento de despesa: 339037

V. Plano interno: A1 – IAM

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Recife, 24 de abril de 2026.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I

A lista dos documentos anexos ao Termo de Referência está descrita abaixo.

## 14. ANEXO II

Lista dos documentos anexos ao Termo de Referência:

- Memória de Cálculo da PCFP/Planilha de Custo e Formação de Preço/Critérios para apresentação da planilha;
- IMR - Contratos Motoristas Oficiais;
- Mediador Extrato Convenção Coletiva;
- Modelo Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical;
- ETP 47/2025.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PATRICIA ALVES NEVES**

Requisitante/Equipe de Planejamento

**FREDERICO ANTONIO DE ARAUJO MOREIRA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 11:14:50.*

**DENISE SANTOS DE AQUINO LOPES**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Memoria\_de\_Calculo\_da\_PCFP\_Motorista\_40 h.pdf (3.17 MB)
- Anexo II - IMR - Contrato motoristas Oficiais (1).pdf (353.88 KB)
- Anexo III - Mediador - Extrato Convencao Coletiva (1).pdf (352.74 KB)
- Anexo IV - MODELO\_DECLARACAO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL.pdf (5.24 KB)
- Anexo V - ETP\_47.2025\_anexo.pdf (482.11 KB)

## ORÇAMENTO ESTIMATIVO

1. Considerando as especificidades desta contratação, apresentam-se os esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, que deverão ser rigorosamente observados pelas licitantes na formulação de suas propostas de preços.
2. Na elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços (PCFP), foram considerados o salário-base e os demais direitos e benefícios constantes na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) paradigma PE000080/2026, vigente no ano corrente<sup>1</sup>, conforme definido no ETP/TR.
3. Na hipótese de eventual repactuação do contrato, somente serão considerados os itens previstos nas respectivas planilhas.
4. As licitantes deverão instruir suas propostas com Planilhas de Custos e Formação de Preços elaboradas com base na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) à qual estejam obrigatoriamente vinculadas, ou em normas coletivas que assegurem condições mais favoráveis à categoria profissional abrangida pelo objeto contratual.
5. É de exclusiva responsabilidade da licitante indicar, em sua proposta, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que será utilizado, em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei nº 5.452/1943) e demais normativos aplicáveis.
6. Caso a licitante utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá expressamente indicar em sua proposta a norma coletiva à qual está vinculada.
7. Os salários a serem pagos aos trabalhadores deverão respeitar os valores apresentados na proposta da licitante vencedora.
8. Somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, conforme art. 5º do Dec. 12.174/2024 e Acórdão TCU nº 1.207/2024.
9. Ainda que, em acordo ou convenção coletiva da categoria, haja previsão de reajuste escalonado de salários, a CONTRATADA aplicará aos salários dos empregados que prestam serviços à CONTRATANTE os mesmos índices concedidos na repactuação contratual, independentemente da data de admissão do empregado nos quadros da CONTRATADA, conforme TR.
10. As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, garantindo clareza na estrutura de custos. No entanto, a proposta de contratação deverá ser consolidada, permitindo a análise global dos valores ofertados
11. Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o Agente de Contratação fixará prazo para ajuste da proposta.
12. O não atendimento à solicitação do Agente de Contratação no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.
13. O ajuste da proposta não poderá resultar em aumento do valor global.

---

<sup>1</sup>No caso, a mais atual, disponível no sítio do MTE, no momento da elaboração desta estimativa. Assim, os preços a serem propostos pelos licitantes deverão se referir ao ano base de cada instrumento usado nesta estimativa, conforme descrito no TR, anexo do edital, e, por conseguinte, ficando sujeitos à repactuação em acordo com o estabelecido no instrumento convocatório, consoante ACÓRDÃO TCU nº 2443/2017 – PLENÁRIO:

[...] 10.7. Há que se considerar que, em regra geral, a razoabilidade enseja que o orçamento estimativo seja capaz refletir os preços praticados no mercado no momento da deflagração do certame, uma vez que a busca da proposta mais vantajosa necessita de parâmetro mais transparente para a sociedade, que é detentora do interesse primordial que norteia a atuação da Administração Pública.



14. Também será desclassificada a proposta que, após as diligências cabíveis, não corrigir ou justificar de forma adequada eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação.
15. O LCI (Lucro e Custos Indiretos) constante das planilhas de composição de custos e formação de preços abrange lucro, despesas administrativas e operacionais, conforme entendimento consolidado no Acórdão 2.369/2011-TCU-Plenário e demais jurisprudências correlatas.
16. O orçamento dos custos dos serviços foi estimado com base em empresas optantes pelo regime de Lucro Real.
17. Não serão aceitas propostas que contenham (Súmula TCU 259):
  - a) Valor global superior ao estimado pela Administração;
  - b) Valor unitário da mão de obra (total da PCFP para um posto) superior ao estimado;
18. Os itens não renováveis da PCFP, serão considerados como despesas somente no primeiro ano de vigência do contrato, devendo ser excluídos das planilhas nos períodos subsequentes, conforme as diretrizes da IN 05/2017 e entendimentos do TCU sobre a matéria.
19. A minuta do contrato deve estabelecer que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011 (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP.
20. As planilhas deverão contemplar as memórias de cálculos detalhadas, discriminando a metodologia e fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos serviços, no intuito de auxiliar a análise da aceitação da proposta.
21. Os custos de responsabilidade exclusiva da empresa (jovem aprendiz, capacitação, etc.), assim como outros de mesma natureza, devem ser incluídos em Custos indiretos (ou operacionais) da planilha em atenção ao art 135, §1º da Lei 14.133/21.
22. A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
23. Não serão aceitas propostas que contenham disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
24. Por força das “Orientações da Reforma Tributária para 2026”<sup>2</sup>, a PCFP manteve inalterados os campos dos tributos PIS/COFINS sem a introdução do IBS e da CBS.

---

<sup>2</sup>Orientações da Reforma Tributária para 2026, disponível em: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-atividades/reforma-consumo/orientacoes-2026>

Planilha de Custos e Formação de Preços - PCFP

COLOCAR LOGOMARCA DA EMPRESA e apagar a observação abaixo:

Algumas informações da planilha já estão preenchidas, tais como as alíquotas dos tributos e encargos sociais legalmente definidos. Para facilitar o preenchimento, foi sinalizado em amarelo os campos que deverão ser preenchidos, ora com valores, ora com percentuais. A planilha foi elaborada de forma a "puxar" algumas informações das abas chamadas "MEMÓRIA DE CÁLCULO", "PIS-COFINS EFETIVO" e "% ENCARGOS". Por isso, sugerimos que o seu preenchimento seja iniciado por ORDEM, a começar desta "TOTALIZADORA" seguindo as demais. E, que sejam observadas as células que estão sinalizadas em amarelo. Note que apenas as ABAS em AMARELO possuem campos que devem ser preenchidos.

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data / Hora:	

Objeto: Contratação de serviço contínuo de motoristas para a condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães - IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco - FIOCRUZ-PE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS COM A UNIDADE: POSTO

QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL E ANUAL DOS SERVIÇOS - (Item 1.1 do TR e 7.5 do ETP)									
Nº do serviço	Descrição do Serviço		Valor proposto por empregado	Qtd. de empregados por posto	Valor proposto do posto	Qtd. de postos	Qtd. Total de empregados por posto	Valor Total Mensal do Serviço	Valor Total Anual do Serviço
	(A)		(B)	(C)	(D) = (B x C)	(E)	(F)	(G) = (D x E)	(H)
1	Motorista - 40 h semanal	40 h/semanais	R\$ 9.315,52	1	R\$ 9.315,52	4	4	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96
TOTAL					R\$ 9.315,52	4	4	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DOS POSTOS (Serviço/Quantitativo/Enquadramento, conforme Item 1.1 do TR e 7.6 do ETP)					
Nº do serviço	Descrição do Serviço	CBO	Qtd. de postos	Valor Total Mensal do Serviço	Valor Total Anual do Serviço
1	Motorista - 40 h semanal	7823	4	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96
TOTAL			4	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96

QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
VALOR MENSAL A SER RETIDO PARA CONTA VINCULADA	R\$ 4.400,96	R\$ 52.811,52

DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
VALOR DA MÃO DE OBRA POR POSTO	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96
VALOR DAS DIARIAS, PASSAGENS, DESLOCAMENTOS	R\$ 2.234,30	R\$ 26.811,62
TOTAL	R\$ 39.496,38	R\$ 473.956,58

Quatrocentos e setenta e três mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos

Recife-PE, 23 de abril de 2026

Nome: Instituto Aggeu Magalhães - IAM  
Razão social:  
CNPJ nº: 33.781.055/0007-20  
Endereço completo: Av. Professor Moraes Rego, s/n – Cidade Universitária – Recife/PE . CEP 50.740-465  
Telefone / e-mail: (81) 2101.2500 ou 2101-2600

O prazo de validade desta proposta é de XX (por extenso) dias

Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada conforme Anexo VII-D da IN SEGES/MP no 05, de 2017, adaptado às características do serviço a ser licitado (art 9o da IN SEGES/ME no 65, de 7 de julho de 2021), pelo(s) servidor(es):

Frederico Antônio de Araújo Moreira  
SIAPE no 1898165

Preencher apenas as células em amarelo, as demais serão automaticamente calculadas.

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87	Salário Mínimo Nacional:	R\$ 1.621,00
Nº da Licitação:		FAP (0,500 - 2,000):	2,000
Data / Hora:		Regime Tributário	LUCRO REAL (NÃO CUM.)
Nº de meses de execução contratual	12	Município	Recife

Enviar tabela S-1005 do e  
Preencha a aba PIS-COFINS EFETIVO e apresente i

Conforme Item 5.6 do ETP define como CCT Paradigma para o Posto de: Motorista - 40 h semanal			
DADOS DA CCT/ACT:	Motorista	Ano da CCT/ACT ou Dissídio	2026
Número de Registro no MTE:	PE000080/2026	Salário Base de 44 h/semanais	R\$ 3.087,41
Data de Registro no MTE:	29/01/2026	Salário Base de 40 h/semanais	
Número da Solicitação :	MRO04067/2026	Salário Base do Encarregado	
Número do Processo:	47979.211251/2026-71	Vigência :	01/01/2026 a 31/12/2026
Data do protocolo:	28/01/2026	Data Base:	01º de janeiro

MEMÓRIA DE CÁLCULO

nº	Posto	EQUIVALENTE AO SALÁRIO BASE DE 44 h/SEMANAIS	% RAT (1%, 2%, 3%)	Fundamento: Dec. 10.410/2020
1	Motorista - 40 h semanal	R\$ 3.087,41	3,00	Serviços semelhantes ao descrit no TR: CNAE 4924-8/00 - Transporte escolar - RAT = 3; CNAE 4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios municipal - RAT = 3; CNAE 4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios intermunicipal, interestadual e internacional - RAT = 3; CNAE 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista - RAT = 3.

A Vale Transporte (estimado: 4 VT/dia - Não alterar a quantidade) (L. 7.418/1985 e art 114, I do Dec. 10.854/2021)						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	92,00	R\$ 4,50	R\$ 414,00	R\$ 185,24	R\$ 228,76

B Vale Alimentação (estimado: 1 VA/dia - Não alterar a quantidade) (art. 645, inciso II, § 2º e §3º do Decreto nº 9.580, de 2018)						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	23,00	R\$ 16,58	R\$ 381,34	R\$ 76,27	R\$ 305,07

C Assistência Médica e Familiar*						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00	R\$ 83,93	R\$ 83,93		R\$ 83,93

D Seguro de Vida e Auxílio Funeral						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00		R\$ -		R\$ -

E Auxílio Creche (estimado: 1 beneficiário/profissional - não alterar a quantidade)						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00		R\$ -		R\$ -

F Prêmio Assiduidade						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00		R\$ -		R\$ -

G Cesta Básica						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00		R\$ -		R\$ -

H Outros Auxílios						
nº	Posto	QTDE/MÊS	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL/ MÊS	PART.EMPREGADO/MÊS (ver CCT)	VALOR LÍQUIDO (indicado na planilha)
1	Motorista - 40 h semanal	1,00		R\$ -		R\$ -

A UNIFORMES Item 5.7 do TR (6.19 do ETP)						
A.1 Calça jeans azul escuro						
nº	Posto	QTDE POR CONJUNTO	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL DO CONJUNTO	QTDE DE CONJUNTOS POR ANO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Motorista - 40 h semanal	2,0	R\$ 135,42	R\$ 270,84	3,0	R\$ 812,52
A.2 Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara						
nº	Posto	QTDE POR CONJUNTO	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL DO CONJUNTO	QTDE DE CONJUNTOS POR ANO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Motorista - 40 h semanal	3,0	R\$ 99,69	R\$ 299,07	3,0	R\$ 897,21
A.3 Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade						
nº	Posto	QTDE POR CONJUNTO	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL DO CONJUNTO	QTDE DE CONJUNTOS POR ANO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Motorista - 40 h semanal	1,0	R\$ 194,90	R\$ 194,90	3,0	R\$ 584,70
A.4 Meia esportiva, cor branca						
nº	Posto	QTDE POR CONJUNTO	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL DO CONJUNTO	QTDE DE CONJUNTOS POR ANO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Motorista - 40 h semanal	3,0	R\$ 19,17	R\$ 57,51	3,0	R\$ 172,53
A.5 Cinto de couro, cor marrom						
nº	Posto	QTDE POR CONJUNTO	VLR.UNIT.	VLR.TOTAL DO CONJUNTO	QTDE DE CONJUNTOS POR ANO	VALOR TOTAL ANUAL
1	Motorista - 40 h semanal	1,0	R\$ 39,23	R\$ 39,23	3,0	R\$ 117,69

Σ Total dos Uniformes		
nº	Posto	VALOR TOTAL MENSAL
1	Motorista - 40 h semanal	R\$ 215,39

Preencher apenas as células em amarelo, as demais serão automaticamente calculadas.

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data / Hora:	

UNIFORMES Item 5.7 do TR (6.19 do ETP)	
Método de Identificação de Preço Inexequível e Preço Excessivamente Elevado e Método para definição da utilização da Média ou Mediana para levantamento de preços para aquisições por Licitação	Mapa Estimativo de Preço (DOC SEI 5817434)

**Quadro Resumo - Mapa Estimativo de Preço (DOC SEI 5817434) - Método: Levantamento de Preços para Apuração da Média ou Mediana para LICITAÇÃO - Valores finais**

POSTO:		Motorista - 40 h semanal			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Total
1	Calça jeans azul escuro	Unid.	24,00	R\$ 135,42	R\$ 3.250,08
2	Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara	Unid.	36,00	R\$ 99,69	R\$ 3.588,84
3	Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade	Par	12,00	R\$ 194,90	R\$ 2.338,80
4	Meia esportiva, cor branca	Par	36,00	R\$ 19,17	R\$ 690,12
5	Cinto de couro, cor marrom	Unid.	12,00	R\$ 39,23	R\$ 470,76
Custo Anual dos Uniformes					R\$ 10.338,60
Valor Mensal Total = (Custo Anual dos Uniformes /12)					R\$ 861,55
nº de Motorista - 40 h semanal					4
Valor Total Mensal por Motorista - 40 h semanal = ( Valor Mensal Total / 4)					R\$ 215,39

Total Geral da Cotação:	R\$ 10.338,60
-------------------------	---------------

Preencher apenas as células em amarelo, as demais serão automaticamente calculadas.

Nº do Processo:

25382.000830/2025-87

Nº da Licitação:

Data:

Contribuinte:

CNPJ:

Cálculo do percentual médio efetivo de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses.

Mês/ano		fevereiro/2025	março/2025	abril/2025	maio/2025	junho/2025	julho/2025	agosto/2025	setembro/2025	outubro/2025	novembro/2025	dezembro/2025	janeiro/2026
Faturamento Mensal	(A)												
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO													
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	(B)												
Valor Total da Contribuição Apurada	(C)												
(c) Valor total dos créditos descontados	(D)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(c) Valor total de retenções	(E)												
(c) Valor total de outras deduções	(F)												
(e) Valor da contribuição Social a Recolher	(G)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	(H)												
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO													
Valor Total da Contribuição Apurada	(I)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(c) Valor total de retenções	(J)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(c) Valor total de outras deduções	(K)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(e) Valor da Contribuição Social a Recolher	(L)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
CÁLCULO DO PERCENTUAL EFETIVO MÉDIO DOS ÚLTIMOS 12 MESES ANALISADO													
Valor Total da Contribuição Apurada (Não Cum. + Cumulativa)	(M = C + I)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Contribuição efetiva	(N = M - D)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Percentual efetivo	(O = N / A)		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
PERCENTUAL EFETIVO MÉDIO DO PERÍODO	(P)		0,00%										

Cálculo do percentual médio efetivo de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses.

Mês/ano		fevereiro/2025	março/2025	abril/2025	maio/2025	junho/2025	julho/2025	agosto/2025	setembro/2025	outubro/2025	novembro/2025	dezembro/2025	janeiro/2026
Faturamento Mensal	(A)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO													
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	(B)												
Valor Total da Contribuição Apurada	(C)												
(c) Valor total dos créditos descontados	(D)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
(c) Valor total de retenções	(E)												
(c) Valor total de outras deduções	(F)												
(e) Valor da contribuição Social a Recolher	(G)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	(H)												
REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO													
Valor Total da Contribuição Apurada	(I)												
(c) Valor total de retenções	(J)												
(c) Valor total de outras deduções	(K)												
(e) Valor da Contribuição Social a Recolher	(L)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
CÁLCULO DO PERCENTUAL EFETIVO MÉDIO DOS ÚLTIMOS 12 MESES ANALISADO													
Valor Total da Contribuição Apurada (Não Cum. + Cumulativa)	(M = C + I)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Contribuição efetiva	(N = M - D)	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Percentual efetivo	(O = N / A)		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
PERCENTUAL EFETIVO MÉDIO DO PERÍODO	(P)		0,00%										

Nota Explicativa – Tratamento das Retenções e Deduções Tributárias na Planilha de Custos

Para fins de elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, adotou-se a metodologia de apuração do custo tributário econômico, em conformidade com a IN SEGES nº 05/2017 e com os manuais de referência utilizados pela Administração Pública Federal.

Ressalta-se que a planilha de custos tem por objetivo refletir os custos reais e necessários à execução do contrato, e não reproduzir a apuração fiscal realizada no âmbito da EFD-Contribuições ou de outras obrigações acessórias.

Nesse contexto, não são consideradas, para efeito de composição do preço, as retenções na fonte e outras deduções efetuadas por terceiros.

Ressalte-se que eventuais modificações, impactos ou alterações nos encargos tributários decorrentes da Reforma Tributária, especialmente aquelas relacionadas à instituição e à implementação do IBS e da CBS, poderão produzir efeitos em períodos futuros, os quais serão observados e tratados oportunamente, em conformidade com as normativas que venham a ser editadas pelas autoridades competentes, conforme detalhamento constante na aba "Anexo".

ATENÇÃO !!

Esta aba da planilha SOMENTE SERÁ preenchida se o regime tributário da licitante for LUCRO REAL, MISTA ou Sem Fins Lucrativo (COFINS).

Os valores do PIS e COFINS, DEVERÃO ser vinculados os valores das alíquotas efetivas que estão nas células \$D\$33 e \$D\$60 (sinalizadas de cinza) com as células D104 e D105, da aba % ENCARGOS.

É obrigatório o envio, para comprovação dos valores informados nesta aba, dos seguintes documentos:

- Relatório "Registros Fiscais – Consolidações por CST, alíquotas e bloco", para comprovação da Receita Bruta;
- Relatório "Recibo de Entrega da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições", para comprovação do total de créditos disponíveis;
- EFD-Contribuições dos últimos 12 (doze) meses;
- Documentos contábeis M200 e M600.

• Se LUCRO REAL, enviar comprovante de Pagamento emitido pelo site da RFB referente ao DARF código de receita: 2362 e/ou 0220.

Os valores percentuais desta planilha serão levados automaticamente para as planilhas dos postos de trabalho

As células com fundo amarelo, o licitante pode ajustar à sua realidade, desde que demonstre a memória de cálculo para análise de aceitabilidade do órgão. As demais células não devem ser alteradas A MENOS QUE LEGALMENTE AMPRADA. Deve ser comprovado documentalmente.

Nº do Processo:		25382.000830/2025-87	
Nº da Licitação:			
Data / Hora:			

Número de dias por ano:		365,25
Número de meses no ano:		12
Número de dia por mês (SEGES):		30
Número de dias na semana:		7
Número de semanas no mês (SEGES):		4,29
Números de horas semanais – jornada		44
Número de hora no mês		229
Número de hora no ano		2640
Planilha auxiliar		
Número de dias trabalhados por mês para o Posto em regime de 44 h/semanais		23,00
Número de dias trabalhados por mês para o Posto em regime de 12 X 36 h		16,00
Postos 12 x 36 e 40 h/semanais, noturnos		
Período noturno		22:00 - 05:00
Horas relógio		7
Fator de conversão		60/52,5 = 8/7
Horas noturnas convertidas		1.142857143
Horas noturnas convertidas – considerando 1 hora = 52,5 minutos = horas relógio X fator de conversão		8,00
Horas noturnas reduzidas		Horas noturnas convertidas - horas relógio
		1,00

Divisor de horas			
Jornada	Descrição do Serviço	Divisor	Fundamentação
40 h/semanais	Motorista - 40 h semanal	220	Cláusula 24ª, §2ª da CCT PE000080/2026

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
	Item	Cálculo:	%
B	Adicional de Periculosidade	Adicional de Periculosidade = 30,00% do salário efetivo.	30,00%
C	Adicional de Insalubridade	10%, 20%, 40% do salário-mínimo nacional, salvo previsão contrária em CCT, ACT, a depender do grau de risco mínimo, médio, máximo.	10,00% 20,00% 40,00%
D	Adicional Noturno (%)	Legalmente, o valor mínimo é de: %Adicional Noturno = 20,00%	20,00%
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida (%)	Segundo o CadTerc o %Adicional de Hora Reduzida = (8/7 - 1) x (1+ 20%) = 17,14%	17,14%
F	Outros (especificar)	Especificar memória de cálculo.	
TOTAL MOD 1 (SEM PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE)			37,14%

Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2.1 13º Salário, Férias e Adicional de Férias			
A	13 (Décimo-terceiro) salário	Deve-se provisionar em 12 meses, o equivalente a um mês de trabalho. Logo: 1 salário x (1/12) = 0,0833 = 8,33%.	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias	Deve-se provisionar em 12 meses, o equivalente a um mês de trabalho acrescido de um terço das férias. Logo: (1/12) + (1/3) X (1/12) = 11,11%. Para efeito de retenção em conta vinculada, pelo item 14 do ANEXO XII da IN 05/2017 SEGES, será adotado o percentual de 12,10%.	11,11%
TOTAL DO SUBMOD 2.1			19,44%
C.1	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 2.1 (considerando C.1 do SM2.2)	TOTAL DO SM2.2 X SUBTOTAL DO SM 2.1 = 19,44% X 39,80% = 7,74%	7,74%
TOTAL DO SUBMOD 2.1 (considerando C.1 do SM2.2)			27,18%
TOTAL DO SUBMOD 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias (Considerando o valor médio de C.1)			27,18%
2.2 Encargos Previdenciário (GPS), Fundo de garantia por tempo de Serviço (FGTS) e outras Contribuições (Referência FPAS 507 e 515) (Base = MOD 1)			
A	INSS (Conforme seu FPAS)	Legalmente é de 20%. Caso a empresa seja tributada pelo regime de incidência da CPRB ajustará a Planilha Analítica de Custos e Formação de Preços conforme explicado no item CPRB, do MOD. 06 desta aba.	20%
B	Salário Educação (Conforme seu FPAS)	Legalmente de 2,50%.	2,50%
C.1	SAT1 (RATx FAP) (Conforme seu FAP)	Deve ser informado o FAP e o RAT na ABA MEMÓRIA DE CÁLCULO. Apresentar o FAPWeb vigente no ano da contratação. O FAP deve ser obtido do FAPweb e a alíquota RAT deve ser correspondente ao CNAE da atividade preponderante informada no FAPWeb para o CNPJ responsável pelo faturamento dos serviços.	6,00%
D	SESC ou SESI (Conforme seu FPAS)	Legalmente de 1,50%.	1,50%
E	SENAI - SENAC (Conforme seu FPAS)	Legalmente de 1,00%.	1,00%
F	SEBRAE (Conforme seu FPAS)	Legalmente de 0,60%.	0,60%
G	INCRA (Conforme seu FPAS)	Legalmente de 0,20%.	0,20%
H	FGTS	Legalmente de 8,00%.	8,00%
I	PIS (SOMENTE entidade SEM FINS LUCRATIVOS)	1% - a título de PIS-Sobre folha	0,00%
TOTAL DO SUBMOD 2.2 (Considerando o valor C.1 do SAT)			39,80%
TOTAL DO MOD 2.2 (Considerando o valor médio de C.1)			39,80%

Módulo 3 - Provisão para rescisão (Base = MOD 1)			
Módulo 3 - Provisão para rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	Estimou-se que um percentual dos empregados (5%) será substituído durante um ano e assim provisionou-se 1 salário integral x (1 mês não trabalhado / 12 meses) x (5%) . Logo, tem-se API =11/12*5% = 0,42%. O TCU considera que os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado da planilha de composição de preços da Administração são de, no máximo, 1,94% e 0,46%, respectivamente (Acórdãos n. 1904/2007 - Plenário, n. 3006/2010 - Plenário e n. 1186/2017- Plenário). A adoção de metodologia de cálculo diversa deverá ser devidamente demonstrada no processo em memória de cálculo com esclarecimentos.	0,42%
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	Incidência do FGTS do Submod 2.2 sobre o API: (8% x 0,42%) = 0,03%	0,03%
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	Pelo item 14 do ANEXO XII da IN 05/2017 SEGES, ao se adotar o critério de Conta Vinculada, o percentual total de multa do FGTS, a ser previsto na planilha de custos, é de 4%. Sendo distribuída entre as duas espécies, portanto: Multa do FGTS sobre API + Multa do FGTS sobre APT = 4%, logo: Multa do FGTS sobre API = 4% - 0,06% = 3,94%	3,94%
D	Aviso Prévio Trabalhado (12 meses)	Para um ano de contrato, a redução legal de 7 dias/mês ou de 2 horas/dia, percentual relativo a contrato de 12 meses. Logo, APT = (7/30)*1/12 = 1,94%. O TCU considera que os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado da planilha de composição de preços da Administração são de, no máximo, 1,94% e 0,46%, respectivamente (Acórdãos n. 1904/2007 - Plenário, n. 3006/2010- Plenário e n. 1186/2017 - Plenário). A adoção de metodologia de cálculo diversa deverá ser devidamente demonstrada no processo em memória de cálculo com esclarecimentos.	1,94%
E.1	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Considerando SAT 1)	% Encargos sobre APT = % do Submódulo 2.2 x % Aviso Prévio Trabalhado = 1,94% X 39,80% = 0,77%	0,77%
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	APT X 8% X 40% = 0,06%	0,06%
TOTAL DO MOD 3 - Provisão para rescisão (Considerando E.1)			7,16%
TOTAL DO MOD 3 - Provisão para rescisão (Considerando o valor médio de E.1)			7,16%

Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente				
Módulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais com incidência de encargos previstos no submódulo 2.2				
A	Substituto na cobertura de Férias (Férias, adicional de férias e décimo terceiro)	Pelo item 14 do ANEXO XII da IN 05/2017 SEGES, ao se adotar o critério de Conta Vinculada, o percentual total de férias e adicional de férias a ser previsto na planilha de custos, será de 12,10%. Para contratos de até 12 meses, provisionam-se apenas os 13º + férias + 1/3 do titular no Submod 2.1. Ficando, então, os proporcionais de: férias + 1/3 +13º, do substituto devidamente previsto no Submod 4.1. Logo $[(1/12) + (1/3) \times (1/12)] \times (1/12) + (1/12) \times (1/12) = 1,62\%$	1,62%	Art. 7º, VIII, CF/88 e Instrução Normativa nº 005/2017 – MPOG
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	Estima-se 1 falta legal/ano. Logo: $[(1/30) \times (1/12)] = 0,0028 \approx 0,28\%$	0,28%	Art. 473 da CLT.
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	A CLT garante 5 dias/ano de licença paternidade. Estatísticas (IBGE2023) estimam que a taxa de natalidade é de 1,62%, assim considerando que 50% da força de trabalho no contrato é masculina, tem-se: $(5/30) \times (1/12) \times 1,62\% \times 50\% \approx 0,0111\%$	0,011%	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos ADCT
Subtotal antes da incidência do Submod 2.2			1,91%	
D.1	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 4.1 (considerando SAT 1)	$SM2.2 (C.1) \times [SM4.1A+...+SM4.1C) = (0,398 \times 0,0191) \times 100 \approx 0,76\%$	0,76%	IN RFB 2.110/2022 .
Subtotal 4.1 (Considerando o valor de D.1)			2,67%	

Módulo 4.2 - Substituto nas Ausências Legais sem incidência de encargos previstos no submódulo 2.2				
A	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo CATWEB, 0,95% dos empregados se acidentam no ano, assim, a provisão será de: $(15/30) \times (1/12) \times 0,0095 \times 100 \approx 0,04\%$ .	0,04%	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, Art. 131 CLT e MP. 664/2014. Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91. Consulta 25/2022 RFB.
B	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	Cabe à empresa o custo efetivo (CEF) com a provisão relativa a férias (1/12) e o adicional de férias $(1/3 \times 1/12)$ . Assim, o valor estimado será dado por: $\%CEST = \%CEF \times n^\circ \text{Ocorrências} \times \text{Ratão Custulano} \times \text{X Fração da Força de Trabalho}$ , onde: $\% CEF = [1/12 + (1/3 \times 1/12)] \times 100 \approx 11,11\%$ ; $n^\circ \text{de ocorrências (RAB2023)} = 42,50\%$ ; $\% 5,35\% \approx 2,27\%$ ; $\text{Ratão Custulano} = 6/12 = 50\%$ e $\text{FFT} = 50\%$ . Logo, o custo estimado será: $\%CEST = \%CEF \times n^\circ \text{Ocorrências} \times \text{Ratão Custulano} \times \text{FFT} = 0,1111 \times 0,4250 \times 0,0535 \times 0,5 \times 0,5 \approx 0,06\%$	0,06%	Art. 18 a 23 da Lei nº 8.213/91, Lei nº 6.367/76, art. 473 da CLT e e Acórdão 1904/2007 - Plenário - TCU. Tema 72 STF.
C	Substituto na cobertura de auxílio doença (t < 6 dias)	Considerando uma média de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo: $\% \text{ Ausência por Doença} = (5 + 30 + 12) \times 100 \div \% \text{ Ausência por Doença} = 1,39\%$	1,39%	Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "F", da Lei n. 605, de 1949. Art. 59 e ss. da Lei 8.213/91. Consulta 25/2022 RFB.
Subtotal 4.2			1,49%	

Módulo 4.3 - Adicional de Intra jornada - Diurno e Noturno				
A.1	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou alimentação Motorista - 40 h semanal - Posto 1 (Divisor 220h, Cláusula 24º, §2º da CCT PEC00080/2026)	O folguista cobre 1:00 h de descanso remunerado do titular durante todo o mês trabalhado. Logo: $(1/(220 \text{ h/mês})) \times 1 \text{ h/dia} \times 23 \text{ dias/mês} \approx 10,45\%$	10,45%	Art. 71, caput, art. 611-A, ambos da CLT. Súmula nº 437 TST
Subtotal 4.3			10,45%	
TOTAL DO MOD 4			14,61%	

Módulo 6 - Custos Indiretos, tributos e lucro				
A.1	Custos Indiretos	Percentual máximo de 5,00% (cinco por cento) para alíquota de custos indiretos. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência (STJ, TCU, etc.).	5,00%	TCU - Acórdão nº 1.753/2008 - Plenário. Importante registrar que, no caso dos custos indiretos e da margem de lucro é permitido que as licitantes cotelem percentuais individuais fora dos patamares definidos no edital, desde que respeitado o resultado da soma do limite. Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário
A.2	Custos Indiretos (Materiais, Diárias, Deslocamento, etc)	Percentual máximo de 5,00% (cinco por cento) para alíquota de custos indiretos. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência.	5,00%	TCU - Acórdão nº 1.753/2008 - Plenário. Importante registrar que, no caso dos custos indiretos e da margem de lucro é permitido que as licitantes cotelem percentuais individuais fora dos patamares definidos no edital, desde que respeitado o resultado da soma do limite. Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário
B.1	Lucro	Percentual máximo de 10,00% (dez por cento) para a taxa de lucro. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência.	10,00%	TCU - Acórdão nº 1.753/2008 - Plenário. Importante registrar que, no caso dos custos indiretos e da margem de lucro é permitido que as licitantes cotelem percentuais individuais fora dos patamares definidos no edital, desde que respeitado o resultado da soma do limite. Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário
B.2	Lucro (Materiais, Diárias, Deslocamento, etc)	Percentual máximo de 10,00% (dez por cento) para a taxa de lucro. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência.	10,00%	TCU - Acórdão nº 1.753/2008 - Plenário. Importante registrar que, no caso dos custos indiretos e da margem de lucro é permitido que as licitantes cotelem percentuais individuais fora dos patamares definidos no edital, desde que respeitado o resultado da soma do limite. Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário
C	Tributos		14,25%	
C.1	PIS	A utilização de Lucro Presumido, por padrão, na planilha de formação de custos, somente ocorre quando da contratação de serviços de vigilância patrimonial, por força de lei. Nos demais casos (ex. limpeza e conservação, motoristas, recepcionistas, portaria, apoio administrativo etc.), estima-se o PIS/COFINS com base no Lucro Real (Acórdão TCU 1753/2008-P), sendo as alíquotas padrão de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Porém, como a empresa optante por esse regime (LUCRO REAL) pode abater seus créditos, ela deverá: (1) Ir na ABA PIS/COFINS EFETIVO e preencher os campos, lá disponíveis, com os valores das doze últimas contribuições, apresentando juntamente os documentos probatórios (como por exemplo os Registros Fiscais - Consolidados por CST); (2) VINCULAR os valores em destaque, nas células D33 e D60, da ABA PIS/COFINS EFETIVO, para as células D104 e D105, ao lado; Entretanto, caso seja optante do LUCRO PRESUMIDO, os valores de PIS = 0,65% e COFINS = 3,0%, deverão ser digitados nas células D104 e D105, ao lado (a menos, é claro, que a empresa apresente alguma documentação hábil, comprovando a permissão de uso de valor diverso); Por fim, caso seja uma entidade SEM FINS LUCRATIVOS, deverá preencher as Células D104 e D105 com os valores legais praticados (apresentando a devida comprovação legal). Conforme item 5.7.17 do TR, não será aceito optante do SIMPLES NACIONAL.	1,65%	Lei nº 10.637/2002 , Acórdão TCU nº 2.647/2009 – Plenário
C.2	COFINS	A utilização de Lucro Presumido, por padrão, na planilha de formação de custos, somente ocorre quando da contratação de serviços de vigilância patrimonial, por força de lei. Nos demais casos (ex. limpeza e conservação, motoristas, recepcionistas, portaria, apoio administrativo etc.), estima-se o PIS/COFINS com base no Lucro Real (Acórdão TCU 1753/2008-P), sendo as alíquotas padrão de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Porém, como a empresa optante por esse regime (LUCRO REAL) pode abater seus créditos, ela deverá: (1) Ir na ABA PIS/COFINS EFETIVO e preencher os campos, lá disponíveis, com os valores das doze últimas contribuições, apresentando juntamente os documentos probatórios (como por exemplo os Registros Fiscais - Consolidados por CST); (2) VINCULAR os valores em destaque, nas células D33 e D60, da ABA PIS/COFINS EFETIVO, para as células D104 e D105, ao lado; Entretanto, caso seja optante do LUCRO PRESUMIDO, os valores de PIS = 0,65% e COFINS = 3,0%, deverão ser digitados nas células D104 e D105, ao lado (a menos, é claro, que a empresa apresente alguma documentação hábil, comprovando a permissão de uso de valor diverso); Por fim, caso seja uma entidade SEM FINS LUCRATIVOS, deverá preencher as Células D104 e D105 com os valores legais praticados (apresentando a devida comprovação legal). Conforme item 5.7.17 do TR, não será aceito optante do SIMPLES NACIONAL.	7,60%	Lei nº 10.833/2003, Acórdão TCU nº 2.647/2009 – Plenário
C.3	Tributos Estaduais (especificar)	Especificar memória de cálculo.		Especificar norma legal.
C.4	Tributos Municipais (ISS)	A alíquota máxima definida na Lei Complementar no 116/03 é de 5%.	5,00%	Art. 156, III, Constituição Federal e Lei Complementar nº 116/03
C.5	Outros tributos (especificar, por ex.: CPRB)	<b>No caso de CPRB:</b> Em virtude das mudanças introduzidas pela Lei nº 14.973/2024, o Submódulo 2.2 da planilha, que corresponde à Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) sobre a folha de pagamento com alíquota padrão de 20%, sofrerá ajustes durante o período de transição entre 2025 e 2027. Até 31 de dezembro de 2024, empresas elegíveis poderão optar por calcular a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) no Módulo 6, em substituição total à CPP sobre a folha. No entanto, entre 2025 e 2027, essa substituição será parcial e progressiva, exigindo contribuição proporcional sobre a folha de pagamento. Em 2025, a CPP sobre a folha de pagamento incidirá a uma alíquota proporcional de 25%, enquanto 80% da contribuição poderá ser calculada sobre a receita bruta. Em 2026, a alíquota proporcional da CPP sobre a folha aumentará para 50%, com 60% sendo calculado sobre a receita bruta. Finalmente, em 2027, a alíquota proporcional sobre a folha será de 75%, com apenas 40% sobre a receita bruta. Esse ajuste gradual no Submódulo 2.2 visa uma transição ordenada para o retorno à contribuição integral sobre a folha de pagamento em 2028, minimizando impactos imediatos nos custos trabalhistas das empresas. De acordo com o § 1º do Art. 9º-A da Lei nº 14.973/2024, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2027, para o cálculo da contribuição sob o regime de substituição parcial da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP), conforme o inciso I do caput do Art. 22 da Lei nº 8.212/1991, essas contribuições não incidirão sobre o 13º salário. Esse dispositivo isenta o 13º salário da incidência da contribuição previdenciária patronal durante o período de transição, que progressivamente reduz a carga tributária sobre a receita bruta e aumenta a parcela aplicada sobre a folha de pagamento. Em 2028, quando o regime de substituição parcial será totalmente revertido, o 13º salário volta a compor a base de cálculo da CPP, retornando ao regime completo de contribuição sobre a folha.		Especificar norma legal.
TOTAL DO MOD 6			29,25%	

TOTAL GERAL (MOD 2, 3 e 4)	88,75%
TOTAL GERAL [(MOD 2, 3 e 4) - SM4.3]	78,30%



Preencher apenas as células em amarelo, as demais serão automaticamente calculadas.

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data / Hora:	

TIPO DO SERVIÇO (PAGO PELO EFETIVAMENTE UTILIZADO)					
Item	Produto	Unidade de Medida	Valor Unitário	Quantidade	Valor anual total a contratar
1	DIÁRIAS DE VIAGEM - Item 6.14 do ETP				R\$ 19.905,60
1.1	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE DIÁRIAS (10 diárias de viagem mensais, para vigência contratual)	und.	R\$ 165,88	120,00	R\$ 19.905,60

1.	Composição do valor				Valor (R\$)
A	Valor anual estimado				R\$ 19.905,60
2.	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (Materiais, Diárias, Deslocamento,etc)			5,00%	R\$ 995,28
B	Lucro (Materiais, Diárias, Deslocamento,etc)			10,00%	R\$ 2.090,09
C	Tributos			14,25%	Valor (R\$)
C.1	PIS			1,65%	R\$ 442,39
C.2	COFINS			7,60%	R\$ 2.037,68
C.3	Tributos Estaduais (especificar)			0,00%	R\$ -
C.4	Tributos Municipais (ISS)			5,00%	R\$ 1.340,58
C.5	OUTROS (especificar)			0,00%	R\$ -
TOTAL				34,69%	R\$ 6.906,02

QUADRO-RESUMO DO CUSTO DAS DIÁRIAS		Valor (R\$)
1. Composição das diárias, passagens, seguros e taxas		R\$ 19.905,60
2. Custos Indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 6.906,02
TOTAL ANUAL COM BDI		R\$ 26.811,62

QUANTITATIVO DE DIÁRIAS (120) CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ITEM 6.14.3 DO ETP E VALOR DEFINIDO PELA CCT PE000080/2026 PARADIGMA, DE ACORDO COM ITEM 6.14.1 DO ETP

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data / Hora:	

Objeto: Contratação de serviço contínuo de motoristas para a condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães - IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco - FIOCRUZ-PE, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR A SER RETIDO EM CONTA VINCULADA POR POSTO

Nº do serviço	Descrição	Valor da remuneração do posto	13º salário	Férias + 1/3 constitucional	Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	Incidência do submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º salário	Valor da retenção para conta vinculada por empregado
CCT	PE000080/2026 (RAT = 3)	R\$	8,33%	12,10%	4,00%	7,82%	32,25%
1	Motorista - 40 h semanal	R\$ 3.411,61	R\$ 284,19	R\$ 412,80	R\$ 136,46	R\$ 266,79	R\$ 1.100,24
TOTAL		R\$ 3.411,61	R\$ 284,19	R\$ 412,80	R\$ 136,46	R\$ 266,79	R\$ 1.100,24

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS VALORES A SEREM RETIDOS EM CONTA VINCULADA E VALOR A SER PAGO DIRETAMENTE À CONTRATADA

Nº do serviço	Descrição	Valor proposto por empregado	Qtd. de postos	Qtd. de empregados por posto	Qtd. Total de empregados	Valor Mensal por posto	Valor da retenção para conta vinculada por empregado	Valor Mensal das retenções da conta vinculada por posto	Valor líquido a ser pago diretamente à contratada
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E) = (C) X (D)	(F) = (B) X (E)	(G)	(H) = (G) X (E)	(I) = (F) - (H)
1	Motorista - 40 h semanal	R\$ 9.315,52	4	1	4	R\$ 37.262,08	R\$ 1.100,24	R\$ 4.400,96	R\$ 32.861,12
TOTAL		R\$ 9.315,52	4	1	4	R\$ 37.262,08	R\$ 1.100,24	R\$ 4.400,96	R\$ 32.861,12

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO ANUAL	
Motorista - 40 h semanal	
Nº do processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data / hora:	

Discriminação dos serviços ( dados referentes à contratação)	
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)
B	Município/UF
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo
D	Nº de meses de execução contratual

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Qtde total a contratar (em função da unidade de medida)
Motorista - 40 h semanal	POSTO	4

# 1. MÓDULOS DE MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)

1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base		R\$ 3.087,41
B	Adicional de Periculosidade	NÃO 0,00%	R\$ -
C	Adicional de Insalubridade	SIM 20,00%	R\$ 324,20
Subtotal			R\$ 3.411,61
		Dias Horas Divisor 220 Hora normal R\$ 15,51	Valor (R\$)
D	Adicional Noturno	0 0 NÃO 0,00%	R\$ -
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0 0 NÃO 0,00%	R\$ -
F	Outros (especificar)		
Total da Remuneração			R\$ 3.411,61

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	% Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33% R\$ 284,19
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% R\$ 379,03
Subtotal		19,44% R\$ 663,22
C	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 2.1 (conforme nota 3 do submódulo 2.2)	7,74% R\$ 264,06
Total do SM 2.1		27,18% R\$ 927,28

2.2	Encargos Previdenciário (GPS), Fundo de garantia por tempo de Serviço ( FGTS) e outras Contribuições	% Valor (R\$)
A	INSS	20,00% R\$ 682,32
B	Salário Educação	2,50% R\$ 85,29
C	SAT (RATx FAP) (Preencher o FAP na Aba Memória de Cálculo.)	6,00% R\$ 204,70
D	SESC ou SESI	1,50% R\$ 51,17
E	SENAI - SENAC	1,00% R\$ 34,12
F	SEBRAE	0,60% R\$ 20,47
G	INCRA	0,20% R\$ 6,82
H	FGTS	8,00% R\$ 272,93
I	PIS (Somente Entidades Sem Fins Lucrativos)	0,00% R\$ -
Total do SM 2.2		39,80% R\$ 1.357,82

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Vale Transporte (estimado: 4 VT/dia - Não alterar a quantidade) (L. 7.418/1985 e art 114, I do Dec. 10.854/2021)	- R\$ 228,76
B	Vale Alimentação (estimado: 1 VA/dia - Não alterar a quantidade) (art. 645, inciso II, § 2º e §3º do Decreto nº 9.580, de 2016)	- R\$ 305,07
C	Assistência Médica e Familiar*	- R\$ 83,93
D	Seguro de Vida e Auxílio Funeral	- R\$ -
E	Auxílio Creche (estimado: 1 beneficiário/profissional - não alterar a quantidade)	- R\$ -
F	Prêmio Assiduidade	- R\$ -
G	Cesta Básica	- R\$ -
H	Outros Auxílios	- R\$ -

Total do SM 2.3	R\$ 617,76
-----------------	------------

Quadro resumo módulo 2		
2	Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	% Valor (R\$)
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	27,18% R\$ 927,28
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	39,80% R\$ 1.357,82
2.3	Benefícios Mensais e Diários	- R\$ 617,76
Total dos Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 2.902,86

3	Módulo 3 - Provisão para rescisão	% Valor (R\$)
---	-----------------------------------	---------------

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO ANUAL				
Motorista - 40 h semanal				
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	R\$	14,33
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado (fixo)	0,03%	R\$	1,02
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,94%	R\$	134,42
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$	66,19
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado (fixo)	0,77%	R\$	26,27
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,06%	R\$	2,05
Total da Provisão para rescisão		7,16%	R\$	244,28

Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente				
4.1	Substituto nas Ausências Legais com incidência de encargos previstos no submódulo 2.2	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias, adicional de férias e décimo terceiro	1,62%	R\$	55,27
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$	9,55
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,01%	R\$	0,34
Subtotal		1,91%	R\$	65,16
D	Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre as alíneas A, B e C do submódulo 4.1	0,76%	R\$	25,93
Total das alíneas do SM 4.1 COM incidência do submódulo 2.2		2,67%	R\$	91,09

4.2	Substituto nas Ausências Legais sem incidência de encargos previstos no submódulo 2.2	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho (Solução de Consulta nº 25 RFB)	0,04%	R\$	1,36
B	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (Tema 72 STF)	0,06%	R\$	2,05
C	Substituto na cobertura de auxílio doença (Solução de Consulta nº 25 RFB)	1,39%	R\$	47,42
Total das alíneas do SM 4.2 SEM incidência do submódulo 2.2		1,49%	R\$	50,83

4.3	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou alimentação	NÃO	0,00%	R\$ -
Total do SM 4.3		0,00%	R\$	-

#### Quadro resumo módulo 4

4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)	
4.1	Substituto nas Ausências Legais com incidência de encargos previstos no submódulo 2.2	2,67%	R\$	91,09
4.2	Substituto nas Ausências Legais sem incidência de encargos previstos no submódulo 2.2	1,49%	R\$	50,83
4.3	Substituto na Intra jornada	0,00%	R\$	-
Total do Custo de Reposição do Profissional Ausente			R\$	141,92

5	Módulo 5 - Insumos diversos	%	Valor (R\$)	
A	Uniformes	-	R\$	215,39
B	Materiais	-	R\$	-
C	Equipamentos	-	R\$	-
D	EPI	-	R\$	-
Total os Insumos diversos		-	R\$	215,39

6	Módulo 6 - Custos Indiretos, tributos e lucro (CITL)	%	Valor (R\$)	
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$	345,80
B	Lucro	10,00%	R\$	726,19
C	Tributos	14,25%	Valor (R\$)	
C.1	PIS	1,65%	R\$	153,71
C.2	COFINS	7,60%	R\$	707,98
C.3	Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$	-
C.4	Tributos Municipais (ISS)	5,00%	R\$	465,78
C.5	Outros	0,00%	R\$	-
Total da alíquota do CITL (Custos Indiretos, Tributos e Lucros) = $\{[(1+CI) \times (1+L)] / (1-T)\} - 1 \cong$		34,69%	R\$	2.399,46

a)	Alíquota Total dos Tributos (To) = 14,25% $\cong$ 0,1425	14,25%
b)	Fator (F) = $(1 - To) = 1 - 0,1425 \cong$ 0,8575	0,8575
c)	Po = $\Sigma$ (Módulos 1 a 5) + Custos Indiretos + Lucro = R\$6.916,06 + R\$345,80 + R\$726,19 $\cong$ R\$7.988,05	R\$ 7.988,05
d)	Preço (P) = Po / F = R\$7.988,05 / 0,8575 $\cong$ R\$9.315,51	R\$ 9.315,51
e)	Valor dos Tributos (VT) = P - Po $\cong$ R\$1.327,46	R\$ 1.327,46

#### QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.411,61
B Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.902,86
C Módulo 3 - Provisão para rescisão	R\$ 244,28
D Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 141,92
E Módulo 5 - Insumos diversos	R\$ 215,39
Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 6.916,06
F Módulo 6 - Custos Indiretos, tributos e lucro	R\$ 2.399,46
VALOR TOTAL POR EMPREGADO	R\$ 9.315,52

DADOS DA CCT/ACT DO MOTORISTA - 40 H SEMANAL	
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:	PE000080/2026
DATA DE REGISTRO NO MTE:	29/01/2026
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:	MR004067/2026
NÚMERO DO PROCESSO:	47979.211251/2026-71
DATA DO PROTOCOLO:	28/01/2026

FATOR K: 2,73053485

Nº do Processo:	25382.000830/2025-87
Nº da Licitação:	
Data:	

### Critérios para Apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços

- As Planilhas de Custos e Formação de Preços do Termo de Referência - TR, em conformidade com Instrução Normativa Seges/MP nº 05/2017 e sua alteração, deverão ser preenchidas e apresentadas pela LICITANTE individualmente para cada área/categoria envolvida na prestação dos serviços.
  - Consoante Acórdão TCU nº 1.207/2024 - Plenário, somente serão aceitas propostas que adotem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração, para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação.
- As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços. Faz-se necessário a apresentação da memória de cálculo dos valores apresentados na planilha, pois subsidiará a demonstração das variações de custos, juntamente com os seus comprovantes e a indicação da CCT a qual se vincula.
- Para fins de análise, julgamento e classificação das propostas, será considerada a aplicação dos percentuais legais relativos a encargos. Para os demais casos será admitida variação, sendo obrigatório que a licitante justifique, por meio de memória de cálculo, os percentuais que considerar em sua proposta.
- As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, segundo disposto na alínea b do item 2.4 do anexo V da Instrução Normativa Seges/MP nº 05, de 25/05/2017.
  - A ausência da indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis, exigido no item 4, que inviabilize ou dificulte a análise das planilhas por parte da área técnica da FIOCRUZ, poderá acarretar a desclassificação da proposta da LICITANTE.
  - Os salários a serem pagos serão aqueles apresentados na proposta da licitante vencedora e não poderão ser inferiores aos da norma coletiva a que a licitante estiver obrigada.
    - Somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao orçado pela administração, que corresponderá à soma do salário e do auxílio-alimentação, conforme art. 5º do Dec. 12.174/2024.
    - As planilhas deverão ser individualizadas por tipo de posto, no entanto, a proposta para contratação terá que ser consolidada.
    - Caso a proposta da licitante apresente salário inferior ao estabelecido neste Edital ou ao da norma coletiva a que estiver obrigada, dentre os dois o mais benéfico ao trabalhador, o Agente de Contratação fixará prazo para ajuste da proposta.
    - O não atendimento à solicitação do Agente de Contratação no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, implica a desclassificação da proposta.
    - O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
    - Não serão aceitas propostas com valores globais superiores aos estimados (Súmula TCU 259), bem como:
      - Propostas com o valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto) superior ao estimado pela Administração;
      - Propostas com o valor total dos materiais superior ao estimado pela Administração.
- Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho celebradas pelos Sindicatos das respectivas categorias, respeitando o item 1.1.
  - O vale-transporte deverá ser concedido pela LICITANTE vencedora de acordo com o disposto no Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente ao itinerário de cada funcionário. Para estimativa de custo e equalização das propostas, fica fixado por cada dia de labor, 4 (quatro) Bilhetes único do Consórcio Grande Recife, para cobertura do trajeto entre o domicílio do trabalhador e a Fio Cruz. Descontando-se a participação do funcionário de acordo com a CCT a qual a proponente se vincula ou conforme definido em lei. Para a execução do contrato, a empresa deverá sempre que possível utilizar a política de bilhete de integração.
  - Os benefícios mensais e diários (vale transporte, alimentação, etc) deverão ser apresentados na planilha com os valores já considerados os abatimentos legais, que geralmente são as obrigações ou as participações dos empregados. O percentual ou valor de participação dos empregados é definido pelo instrumento legal de trabalho, com exceção do vale transporte que é por lei (6%) ou CCT, dentre eles o que for mais vantajoso para o trabalhador, respeitando a base de cálculo para cada item. Portanto, esses benefícios devem ser preenchidos pelo valor efetivo a ser repassado ao empregado.
  - Para efeito de estimativa de custo e equalização das propostas, fica definido em **23 dias úteis para os postos com carga horária de 44 h/semanais e de 16 dias úteis para os postos com carga horária 12x36 h.**
  - No momento de pagamento de cada fatura, será verificado o valor real desembolsado para os benefícios mensais e diários referentes ao mês da fatura, que em caso de ser menor do que o orçado em planilha, deverá ser abatida a diferença do valor da fatura, observado o item 1.1.
  - O tipo de assistência médica e odontológica oferecido aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou na Convenção Coletiva de Trabalho, devendo tais gastos ser incluídos como parte dos custos da prestação dos serviços (Módulo 2.3 – Benefícios mensais e diários)
  - Na hipótese em que a lei, o normativo ou a Convenção Coletiva de Trabalho for silente a respeito do assunto, ou mesmo nos casos em que não existir lei, norma ou Convenção Coletiva específica, e havendo inserção na proposta de valor referente à assistência médica e odontológica, a LICITANTE deverá apresentar os documentos comprobatórios que servirão de base para a definição desses valores antes do primeiro pagamento devido à Contratada.
  - Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de preços, os valores estabelecidos na legislação vigentes relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRAC, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/SAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros), para tanto deve-se apresentar documento comprobatório de sua classificação no FPAS.
  - Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).
  - Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa ou mista (parte cumulativa e parte não cumulativa) de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
    - As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa ou mista de PIS e COFINS devem preencher a aba "PIS-COFINS EFETIVO", desta planilha, com os valores obtidos da Escrituração Fiscal da Contribuição para o PIS/PASEP e para COFINS, a EFD-Contribuições, referente aos seus últimos 12 meses. Isto, com a finalidade de comprovar o real valor das alíquotas desses tributos, preenchidos na aba "%ENCARGOS", uma vez que não arcam com o percentual integral das alíquotas relativas a PIS/Pasep e COFINS, tendo em vista que as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa/jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota padrão das contribuições de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).
- GIL-RAT** é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho). A contribuição GIL-RAT é apurada por meio do indicador criado pela Receita Federal: o RAT ajustado. Ele é calculado multiplicando o RAT pelo FAP (ambos informados na GFIP). **RAT ajustado** = RAT x FAP, onde **RAT** é o Risco Ambiental do Trabalho e **FAP** é o Fator Acidentário de Prevenção. O RAT varia de 1 a 3% mudando de acordo com o risco de acidente de trabalho (leve, médio e grave). Sendo a base legal do RAT, o Anexo V do Decreto nº 3048/1999, alterado pelo Decreto nº 10.410/2020. O FAP consiste em um multiplicador variável compreendido no intervalo contínuo de cinco décimos (0,5000) a dois inteiros (2,0000), aplicado com quatro casas decimais, considerando o arredondamento na quarta casa decimal, a ser aplicado sobre a alíquota de 1%, 2% ou 3%. Nesse sentido, as alíquotas do RAT serão reduzidas em até 50% ou majoradas em até 100% em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, aferida pelo FAP. Assim, a planilha de custo deve ser acompanhada da comprovação do regime de tributação da empresa, de guia de GFIP recente para fins de comprovação do RAT ajustado utilizado na planilha de custo, FAP web da Empresa e Convenção Coletiva de Trabalho-CCT utilizada na proposta.
- Periculosidade:** O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, conforme determina o § 1º, do Art. 193, do Decreto-Lei nº 5.452/43. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977). O pagamento efetivo fica condicionado à apresentação de Laudo Pericial (periculosidade), por parte da licitante, conforme disciplinado em Edital, no momento definido pela Administração. O referido laudo deverá ser elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, registrados nos respectivos Conselhos Regionais, como profissionais habilitados na Área de Segurança do Trabalho, para caracterizar e classificar ou determinar a atividade perigosa. O faturamento mensal deverá ser adequado aos percentuais definidos no laudo. Ressalta-se que não é permitido o pagamento cumulativo de insalubridade e periculosidade para o mesmo perfil.
- Será necessária a demonstração da base de cálculo dos insumos apresentados na planilha. Eles devem ser especificados, quantificados e valorados.
- Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, a FIOCRUZ poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes, nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, **desde que não haja majoração do preço proposto.**
- Durante a fase de análise e aceitação das propostas/planilhas de preços, caso haja dúvidas da área técnica relacionadas à adequação/adequabilidade dos preços unitários cotados pela LICITANTE (por exemplo, nas ABAS UNIFORMES, MATERIAL LIMPEZA; MATERIAL HIGIENE, MATERIAL SOB DEMANDA, MATERIAL ÁREA VERDE, EPI, etc.), serão realizadas diligências no sentido de solicitar à empresa a apresentação de NOTAS FISCAIS/FATURAS de compras efetivadas por ela ou outros documentos hábeis, nas quais constem os diversos itens contemplados na Planilha, de forma a demonstrar efetivamente a possibilidade da licitante em adquirir esses materiais a preços unitários equivalentes aos inseridos em sua proposta comercial. Também, deve-se observar, em especial, o art.59, III e IV da L.14.133 e Acórdão 1618/2019 - Plenário do TCU. Os custos dos equipamentos seguirá metodologia de depreciação anual, conforme calculadas nas abas correspondentes e que deverá ser seguida na formação da proposta.
- Abaixo seguem algumas definições de termos que compõem itens da planilha:
  - Aviso Prévio indenizado - Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT.
  - Aviso Prévio trabalhado: Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração **"deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011"** (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017). A título informativo, deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual.
  - Ausência por doença: Custo relacionado à ausência do profissional pelos dias não trabalhados em virtude de enfermidade ficando a contratada obrigada em fazer a sua substituição conforme cláusulas contratuais celebradas.
  - Auxílio-Doença: A legislação assegura ao empregado o direito de faltar ao serviço, sem prejuízo da remuneração, caso adoecia. Todo segurado tem direito a um benefício previdenciário, em caso de doença que o afaste do trabalho por mais de 16 dias. Até o 15º dia, a remuneração é paga normalmente pela empresa, sem qualquer desconto. Assim, a empresa terá o custo de colocação de um substituto no lugar daquele prestador de serviço adoentado.
  - Licença paternidade: custo de ausência do trabalhador no período de 5 (cinco) dias corridos iniciados na data de nascimento da criança e com previsão constitucional.
  - Ausências legais: É composto por um conjunto de casos em que o funcionário pode faltar por determinadas razões, com amparo legal, e a contratada deve reportar essa mão de obra. Pela lei, cada funcionário tem direito a faltar: 2 dias em caso de morte do cônjuge, ascendente ou descendente; 1 dia para registro de nascimento de filho; 3 dias para casamento; 1 dia para doação de sangue; 2 dias para alistamento eleitoral; e 1 dia para exigências do serviço militar; entre outros.
  - Ausência por acidente de trabalho - Todo trabalhador/segurado da Previdência Social tem direito a um benefício previdenciário, em caso de moléstia que o afaste do trabalho por mais de 16 dias, em virtude de acidentes no exercício da atividade profissional, ou doenças adquiridas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho ou das condições em que este é realizado e com ele se relacione diretamente.

14. Os percentuais de custos indiretos e lucro das planilhas terão que ser os mesmos para todos os postos e deve-se observar Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário.

15. Os percentuais de férias e 1/3 de férias a serem considerados na planilha para retenção em conta vinculada é de 12,10% conforme percentual estipulado na INº 05/2017. Orientamos que parte desse percentual seja considerado no módulo 2.1 e parte no módulo 4.1, referente aos custos decorrentes da alocação do substituto no posto (férias, 1/3 de férias e 13º proporcionais do substituto durante o período da substituição). Não será admitido a estimativa de duas férias cheias na planilha (módulos 2.1B e 4.1 A), por isso não se aplicará a nota 3 do submódulo 2.1 da IN 07/2018 que indica que a rubrica férias do módulo 2.1 A, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

15.1 Quando o residente do posto sair de férias, ele será remunerado com os valores oriundos da rubrica férias e adicional de férias (módulo 2.1) e o substituto receberá os valores da remuneração do posto (módulo 4.1). Caso não haja a substituição do posto, a remuneração do período deve ser zerada.

16. Por força do Decreto 12.174/2024, nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a jornada semanal de trabalho de quarenta e quatro horas estabelecida em acordo individual escrito, convenção coletiva, acordo coletivo de trabalho ou dissídio coletivo poderá ser reduzida para quarenta horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador. Consoante Art. 2º da IN 190/2024, alterada pela IN 148/2026, "Fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços indicados no Anexo I desta Instrução Normativa, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

Link:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-e-atividades/reforma-consumo/orientacoes-2026>



Ministério da Fazenda

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



Entrar com gov.br

Receita Federal

O que você procura?



[Home](#) > [Acesso à Informação](#) > [Ações e Programas](#) > [Ações, Atividades, Obras, Programas e Projetos](#) > [Programa da Reforma Tributária do Consumo](#) > **Orientações da Reforma Tributária para 2026**

## Orientações da Reforma Tributária para 2026

Conheça as orientações sobre a entrada em vigor da CBS e IBS a partir de 1º de janeiro de 2026.

Publicado em 12/12/2025 14h02 | Atualizado em 12/12/2025 14h04

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [v](#) [e](#)

### Obrigações a Partir de 2026

A partir de **1º de janeiro de 2026**, os contribuintes estarão obrigados a:

- Emitir documentos fiscais eletrônicos com destaque da CBS e do IBS, individualizados por operação, conforme as regras e leiautes definidos em Notas Técnicas específicas de cada documento;
- Apresentar, quando disponibilizadas, as Declarações dos Regimes Específicos – DeRE, conforme as regras e leiautes definidos em Documento Técnico específico de cada documento;
- Apresentar, quando disponibilizadas, as declarações e/ou documentos fiscais de plataformas digitais, conforme as regras e leiautes definidos em Documento Técnico específico de cada documento.

A partir de **julho de 2026**, as pessoas físicas que sejam contribuintes da CBS e do IBS, deverão se inscrever no CNPJ. A inscrição no CNPJ não transforma a pessoa física em jurídica, servindo apenas para facilitar a apuração do IBS e da CBS.

### Obrigações Acessórias

A partir de 1º de janeiro de 2026, os seguintes documentos fiscais eletrônicos deverão ser emitidos com destaque da CBS e do IBS, e serão autorizados nos termos das Notas Técnicas específicas:

- **NF-e**: Nota Fiscal Eletrônica;
- **NFC-e**: Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica;
- **CT-e**: Conhecimento de Transporte Eletrônico;
- **CT-e OS**: Conhecimento de Transporte Eletrônico - Outros Serviços;
- **NFS-e**: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;
- **NFS-e Via**: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica de Exploração de Via;
- **NFCom**: Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica;
- **NF3e**: Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica;
- **BP-e**: Bilhete de Passagem Eletrônico; e
- **BP-e TM**: Bilhete de Passagem Eletrônico Transporte Metropolitano.

O contribuinte impossibilitado de emitir os documentos fiscais eletrônicos por responsabilidade única e exclusiva do ente federativo não estará descumprindo a obrigação acessória.

### Novas Obrigações com Leiautes Definidos

Já possuem leiautes definidos e terão suas datas de vigências determinadas em documento técnico:

- **NF-ABI:** Nota Fiscal de Alienação de Bens Imóveis;
- **NFAg:** Nota Fiscal de Água e Saneamento; e
- **BP-e Aéreo:** Bilhete de Passagem Aéreo.

## Novas Obrigações com Leiautes em Construção

Terão seus leiautes e datas de vigências definidas em nota técnica ou ato conjunto do CGIBS e Receita Federal:

- **NF-e Gás:** Nota Fiscal de Gás;
- **DeRE:** Declaração dos Regimes Específicos, em construção para os regimes de Instituições Financeiras, Planos de Assistência à Saúde, Concurso de Prognóstico, Administração de Consórcio, Seguro e Previdência; e
- **Outros** fatos geradores que passarão a ser incluídos em documentos fiscais eletrônicos com destaque da CBS e do IBS.

## Plataformas Digitais

A forma com que as plataformas digitais prestarão informações sobre as operações e importações com bens ou com serviços realizadas por seu intermédio, terá seus leiautes e datas de vigências definidas em nota técnica ou ato conjunto do CGIBS e Receita Federal.

## Dispensa do Recolhimento

Considerando que o ano de 2026 será o ano de teste da CBS e do IBS, o contribuinte que emitir documentos fiscais ou declaração de regimes específicos observando as normas e notas vigentes, estará dispensado de recolhimento do IBS e da CBS.

Também estarão dispensados de recolhimento do IBS e da CBS os contribuintes para os quais não haja obrigação acessória definida.

## Fundos de Compensação de Benefícios Fiscais

A partir de janeiro de 2026, os titulares de benefícios onerosos relativos ao ICMS poderão apresentar requerimentos para os procedimentos de habilitação a futuros direitos de compensações de que trata o art. 384 da Lei Complementar nº 214, de 2025, por meio do Portal de Serviços da Receita Federal, preenchendo formulário eletrônico que estará disponível no SISEN, conforme ato normativo a ser emitido.

Deverão ser preenchidos tantos requerimentos quantos forem os benefícios passíveis de compensação usufruídos pelo requerente em cada programa de concessão de benefícios onerosos.



## MEMÓRIA DE CÁLCULO

## 1 MÃO DE OBRA - REMUNERAÇÃO

O valor do salário base - SB, do Posto de Motorista que compõe a Planilha de custos para o serviço a ser contratado é aquele definido na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT<sup>3</sup>, paradigma (definida no ETP), consoante expressa determinação e justificção da Equipe de Planejamento.

Quadro Salarial - Composição do Salário Base (SB(ii)) (item 8.10 do ETP)				
nº	Categoria	CBO	Método	Valor
1	Motorista - 40 h semanal <sup>4</sup>	7823	CCT PE000080/2026	R\$ 3.087,41

Para a estimativa e cálculo dos benefícios, foram adotados os parâmetros legais e os convencionais<sup>5</sup>.

**Adicional de Periculosidade (AP)/Adicional de Insalubridade (AI):** Por força do § 2º do artigo 193 da CLT, ou se computa o adicional de periculosidade ou de insalubridade, nunca os dois simultaneamente. Cabe ao trabalhador optar por ou por outro no caso da incidência dúplice. Com base no contrato vigente, estimou-se em 20% (grau médio) o percentual do adicional de insalubridade devido, por razões das condições do exercício da função. Segundo a CCT, a insalubridade segue as regras da legislação em vigor:

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade nos percentuais estabelecidos na legislação em vigor, desde que apurada as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

<sup>3</sup>Deve ser utilizado a Convenção Coletiva de Trabalho mais atual disponível no sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego. Diante da inexistência de instrumento coletivo vigente à época da estimativa, a mais atual será adotada **exclusivamente** como referência econômico-orçamentária. Tal adoção não implica ultratividade normativa, vedada pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 323, mas apenas a utilização do parâmetro mais razoável e proporcional para a composição dos custos a preço de mercado. Isto considerando que o orçamento público estima custos, e não direitos adquiridos, em consonância com o Acórdão TCU nº 2.443/2017 – Plenário. Eventuais ajustes poderão ser absorvidos por meio da repactuação ou outro instrumento legal hábil, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

<sup>4</sup>Por força da IN 190/2024, alterada pela IN 148/2026: Art. 2º Fica estabelecida a redução de jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas para 40 (quarenta) horas semanais para os contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os serviços indicados no Anexo I desta Instrução Normativa, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

§ 1º A redução deverá ser aplicada independentemente do título que tenha sido atribuído ao serviço no contrato, desde que as atividades desempenhadas se assemelhem com a descrição das atividades na Classificação Brasileira de Ocupações.

<sup>5</sup>Por força do artigo 611-A da CLT: "A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: [...]"

Portanto o salário de incidência do benefício foi adotado<sup>6</sup> como sendo o Salário Mínimo Nacional - SM de R\$1.621,00.

Logo:

$$AI \cong \% AI \times SM = 20\% \times 1.621,00 \approx \text{R\$ } 324,20 \quad (1)$$

**Adicional Noturno (%AN):** Não se aplica, conforme TR/ETP.

**Adicional de Hora Noturna Reduzida (%AHR):** Não se aplica, conforme TR/ETP.

## 2 MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

### 2.1 SUBMÓDULO 2.1 - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO, UM TERÇO CONSTITUCIONAL

Item	%	Fundamento
13º Salário	8.33%	Art. 7º, VIII, CF/88
Férias e Adicional de Férias	11.11%	Art. 7º, VIII, CF/88
Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 2.1 (considerando C.1 do SM2.2)	7.74%	

Nota:

**13º Salário (%13º):** Deve-se provisionar em 12 meses, o equivalente a um mês de trabalho.

Logo:

$$\% 13^\circ \cong \frac{1}{12} \times 100 \approx 8,33\% \quad (2)$$

**Férias e Adicional de Férias (%AF):** Deve-se provisionar em 12 meses, o equivalente a um mês de trabalho acrescido de um terço das férias.

Logo:

$$\% TF \cong \frac{1}{12} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{12} \approx 11,11\% \quad (3)$$

**Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 2.1(%SM2.2<sup>SAT</sup><sub>(i)</sub>):** Representa a incidência das contribuições sociais sobre o Submódulo

<sup>6</sup>Parecer nº. 00006/2018/CPLC/PGF/AGU:

[...]

h) O adicional de insalubridade deverá incidir sobre o salário mínimo vigente em âmbito nacional. O piso salarial da categoria estabelecido por convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa somente poderá ser adotado como base de cálculo se o instrumento coletivo dispuser, expressamente, sobre tal direito.

Logo:

$$\begin{aligned}
 \% SM 2.2^{SAT_1} &= \text{percentual do submódulo 2.2, considerando o SAT 1} \\
 &= \sum (SM 2.2^{SAT_1}) \times (8,33 \% + 11,11 \%) \\
 &= 39,80 \% \times 19,44 \% \\
 &\approx 7,74 \%
 \end{aligned}
 \tag{4}$$

Sendo a base de cálculo do SM 2.1 = MOD 1

## 2.2 SUBMÓDULO 2.2 - ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS (GPS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES<sup>7</sup>.

Item	%	Fundamento
INSS	20,00%	Contribuição Previdenciária Patronal (INSS): Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91 – Contribuição previdenciária sobre a Folha de Pagamentos (CPFP); Lei 13.161/2015, IN RFB nº 1.436/2013, Acórdão TCU 93/2015 – Plenário, Acórdão TCU 480/2015 – Plenário, Acórdão TCU 6013/2015 – 2ª Câmara - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF. Acórdão TCU 3.037/2009 – Plenário
Salário Educação	2,50%	
SAT1 (RAT1x FAP)	6,00%	Cálculo abaixo.
SESC ou Sesi	1,50%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal. Decreto-Lei no 9.403, de 25 de junho de 1946, art. 3º. Decreto-Lei no 9.853, de 13 de setembro de 1946, art. 3o. Acórdão TCU 3.037/2009 – Plenário
SENAI - SENAC	1,00%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Decreto-Lei no 4.048, de 22 de janeiro de 1942, arts. 4º e 6º; Decreto-Lei no 4.936, de 7 de novembro de 1942, art. 3º; Decreto-Lei no 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, arts. 1º e 2º. Decreto-Lei no 8.621, de 10 de janeiro de 1946, art. 4º. Decreto n.º 2.318/86. Acórdão TCU 3.037/2009 – Plenário.
SEBRAE	0,60%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22. Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90. Acórdão TCU 3.037/2009 – Plenário.
INCRA	0,20%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71. Acórdão TCU 3.037/2009 – Plenário.
FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III,
PIS (SOMENTE entidade SEM FINS LUCRATIVOS)	1,00%	Instrução Normativa RFB n. 247/2002, a base de cálculo do PIS é o total da folha de pagamento mensal dos empregados. Art. 2º, I, "a", do Decreto 4.524/2002. Solução de Consulta COSIT/RFB n. 6.013/2017.
TOTAL DO %SM2.2 (sem %PIS)	39,80%	

<sup>7</sup>Foi tomado como referência o FPAS 507 e 515, por representar o maior volume de contratação. Deve ser adequado a realidade da licitante.

Nota:

$SAT(i) \equiv \text{Risco Ambiental do Trabalho (RAT(i))} \times \text{Fator Acidentário de Prevenção (FAP)}$

(5)

$$SAT_1 = RAT_1 \times FAP_1 = 3,00\% \times 2,0000 = 6,0000\%$$

O FAP foi considerado em sua máxima aplicação (0,5000 ~ 2,0000). Sendo a base de cálculo do SM 2.2 MOD 1

Item	% Adotado	Serviço	Fundamento
RAT <sub>1</sub>	3,00%	Motorista - 40 h semanal	Serviços semelhantes ao descrit no TR: CNAE 4924-8/00 - Transporte escolar - RAT = 3; CNAE 4929-9/03 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios municipal - RAT = 3; CNAE 4929-9/04 - Organização de excursões em veículos rodoviários próprios intermunicipal, interestadual e internacional - RAT = 3; CNAE 4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista - RAT = 3.

O Licitante deve preencher o item como seu RAT X FAP, enviando juntamente com sua proposta o documento comprobatório.

## 2.3 SUBMÓDULO 2.3 - BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS<sup>8</sup>

**Vale transporte:** Para estimativa de custo diário, foi tomado o mínimo de 4 (quatro) bilhetes, definido pelo Consórcio Grande Recife em R\$ 4,50<sup>9</sup>, como o trajeto padrão do trabalhador entre o seu domicílio até a FIOCRUZ.

A coparticipação do perfil foi definida de acordo com a CCT paradigma, na sua omissão, utilizou-se 6,00% do SB, conforme regulamenta a Lei 7.418/1985 e art. 1º do D. 10.854/2021<sup>10</sup>.

$$VT = \left\{ 4 \frac{\text{unid}}{\text{dia}} \times 4,50 \frac{\text{R\$}}{\text{unid}} \times 23 \frac{\text{dia}}{\text{mês}} \right\} - (6,00\% \times 3.087,41) = 414,00 - 185,24 = 228,76 \frac{\text{R\$}}{\text{mês}} \quad (6)$$

Onde foram considerados 23 dias para os postos de jornadas de 40 h/semanal.

<sup>8</sup>Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

<sup>9</sup>Consulta realizada em 20/01/2026 no sítio da Grande Recife <https://www.granderecife.pe.gov.br/transporte/tarifas/>

<sup>10</sup>Revogou o D. nº 95.247/1987.

**Auxílio-Alimentação e Desconto sobre o Auxílio Alimentação<sup>11</sup>:** O valor do Auxílio-Alimentação, bem como do desconto<sup>12</sup> permitido, foi obtido da CCT paradigma.  
Logo:

$$VR = \left\{ 1 \frac{\text{unid}}{\text{dia}} \times (\text{valor do vale} - \text{desconto}) \frac{\text{R\$}}{\text{unid}} \times 23 \frac{\text{dia}}{\text{mês}} \right\} = (16,58 - 3,32) \times 23 = 305,07 \frac{\text{R\$}}{\text{mês}} \quad (7)$$

Onde:

Desconto do VR = 20 % do VR = 3,32  $\frac{\text{R\$}}{\text{dia}}$

**Coberturas Sociais:** A Cláusula 11, Parágrafo Primeiro da CCT definiu o valor em R\$83,93 (oitenta e três reais e noventa e três centavos).

**Seguro de Vida e Auxílio Funeral:** A CCT não confere o benefício.

**Jovem Aprendiz:** Seguindo orientação dos Pareceres<sup>13</sup> da AGU, o custo referente a jovens aprendizes, deve ser alocado nos Custos Indiretos<sup>14</sup>, por se tratar de um custo exclusivo do empregador.

**Auxílio Creche:** A CCT não confere o benefício.

**Cesta Básica:** A CCT não confere o benefício.

**Outros<sup>15</sup>:** Adequar a CCT paradigma (observar nota de rodapé 14).

### 3 MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

<sup>11</sup>Art. 457 (...)

§ 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

<sup>12</sup>Foi adotado o desconto máximo de 20% do custo da refeição, para empresas aderentes ao PAT, quando a CCT não definiu explicitamente o valor ou percentual a ser utilizado.

<sup>13</sup>PARECER n. 00130/2024/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU; PARECER n. 00401/2024/ALOB/E-CJU/SCOM/CGU/AGU; PARECER n. 00530/2024/E-CJU/SCOM/CGU/AGU; PARECER n. 00648/2024/ALOB/E-CJU/SCOM/CGU/AGU.

<sup>14</sup>De forma semelhante, o custo referente ao "Treinamento/Capacitação/Reciclagem" deverá ser provisionado no item "Custos Indiretos", da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, conforme TR.

<sup>15</sup>O Acórdão 2.646/2007 – TCU - Plenário diz que [...] 9.3.9. não incluía, em suas planilhas de formação de preços, rubrica para retribuir ações relativas à capacitação/reciclagem dos prestadores alocados nos postos de trabalho, visto que é obrigação da empresa contratada fornecer a mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços, em conformidade com as especificações do objeto da licitação, a teor de deliberações do Tribunal a respeito (v.g. [Acórdão 1937/2003-TCU-Plenário](#), 362/2007-Plenário e 1.237/2007-1ª Câmara). No mesmo sentido, o Acórdão 2.746/2015 do TCU estabelece: "9.3.3. a inclusão da parcela 'treinamento, capacitação e reciclagem' como item de 'Insumos de mão de obra' da planilha de custos e formação de preços do Contrato 1/2009 foi indevida, visto que tal parcela já é coberta pela rubrica 'despesas administrativas', conforme Acórdão 825/2010-TCU-Plenário.

Item	%	Fundamento
Aviso Prévio Indenizado - %API	0,42%	At. 7º, XXI, CF/88, Art. 477, 487 e 491 CLT - Sumula 305/TST, Ac.2.271/2010-TCU, Lei nº 12506/2011.
Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - %FGTS <sub>%API</sub>	0,03%	Súmulas do TST - Súmula TST 305 - FGTS. Incidência sobre o aviso prévio. CLT, art. 487, § 1º.
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - $(M_{\%API}^{FGTS})$	3,94%	Art. 18, § 1º da Lei nº 8.036/90, Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001
Aviso Prévio Trabalhado - %APT (12 meses)	1,94%	Art. 7º, XXI, CF/88, 477, 487 e 491 CLT. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário, nº 3006/2010-TCU-Plenário e Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário.
Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Considerando SAT 1)	0,77%	Art. 15, c/c o art. 18 da Lei 8.036/90, e do art. 214, do Regulamento da Previdência Social. Súmula 305 TST.
Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado - $(M_{\%APT}^{FGTS})$	0,06%	At. 18, §1º da Lei 8.036/90. Art. 12 da Lei 13.932/2019. Acórdãos n. 1904/2007-TCU-Plenário e n. 3006/2010-TCU-Plenário

Nota:

**Aviso Prévio Indenizado - %API:** foi adotado a estimativa de que 5% dos empregados serão substituídos durante um ano<sup>16</sup>.

Logo:

$$\%API \cong \frac{1}{12} \times 5\% \approx 0,42\% \quad (8)$$

**Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (%FGTS<sub>%API</sub>):** Representa a incidência do FGTS, do Submod. 2.2, sobre o %API.

Logo:

$$FGTS_{\%API} \cong \%FGTS \times \%API = 0,8\% \times 0,42\% \approx 0,03\% \quad (9)$$

**Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado -  $(M_{\%API}^{FGTS})$ :** Pelo item 14 do ANEXO XII da IN 05/2017 SEGES, ao se adotar o critério de Conta Vinculada - CV, o percentual total de multa do FGTS, a ser previsto na planilha de custos, é de 4%<sup>17</sup>. Sendo distribuída entre as duas espécies.

<sup>16</sup>O TCU considera que os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado da planilha de composição de preços da Administração são de, no máximo, 1,94% e 0,46%, respectivamente (Acórdãos n. 1904/2007-Plenário, n. 3006/2010-Plenário e n. 1186/2017-Plenário) o STJ, 1,94% e 0,42%.

<sup>17</sup>No caso da Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, apresentado no item 14 do Anexo XII da IN no 5, de 2017, tendo em vista a edição da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, que extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 2020, a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, proceder a adequação de planilha de formação de preços, desde 1º de janeiro de 2020, referente à "Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado". O percentual que antes era de 5% (cinco por cento) passa a ser de 4% (quatro por cento). Consulta em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>

Logo:

$$(M_{\%API}^{FGTS}) \cong 4\% - M_{\%APT}^{FGTS} = 4,0\% - 0,06\% \approx 3,94\% \quad (10)$$

**Aviso Prévio Trabalhado - %APT<sup>18</sup>:** Leva em conta a redução de 7 dias ou de 2 horas por dia para 100% dos empregados, relativo a 12 meses de trabalho.

Logo:

$$\%APT \cong \frac{7}{30} \times \frac{1}{12} \approx 1,94\% \quad (11)$$

**Incidência<sup>19</sup> dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado** ( $\%SM2.2_{APT}^{SAT_{(1)}}$ ): Representa a incidência das contribuições sociais sobre o %APT.

Logo:

$$\%SM2.2_{APT}^{SAT_{(1)}} \cong \%SM2.2^{SAT_1} \times \%APT = 39,80\% \times 1,94\% \approx 0,77\% \quad (12)$$

**Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado** ( $M_{\%APT}^{FGTS}$ ): Representa a incidência da multa de 40% do FGTS sobre o %APT.

Logo:

$$(M_{\%APT}^{FGTS}) \cong \%APT \times 8\% \times 40\% = 1,94\% \times 8\% \times 40\% \approx 0,06\% \quad (13)$$

Sendo a base de cálculo do  $MOD3 \cong MOD1$

## 4 MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

### 4.1 SUBMÓDULO 4.1 AUSÊNCIAS LEGAIS COM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS

Item	%	Fundamento
Substituto na cobertura de Férias (Férias, adicional de férias e décimo terceiro)	1,62%	Art. 7º, VIII, CF/88 e Instrução Normativa nº 005/2017 – MPOG
Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	Art. 473 da CLT.

<sup>18</sup>O TCU considera que os percentuais de aviso prévio trabalhado e indenizado da planilha de composição de preços da Administração são de no máximo, 1,94% e 0,46%, respectivamente (Acórdãos n. 1904/2007- Plenário, n. 3006/2010- Plenário e n. 1186/2017- Plenário).

<sup>19</sup>IN RFB nº 2110, de 2022 Das Parcelas Não Integrantes da Base de Cálculo  
Art. 34. Não integram a base de cálculo para fins de incidência das contribuições sociais previdenciárias: (Lei nº 8.212, de 1991, art. 28, § 9º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 214, § 9º)

(...)  
XXXII - o aviso prévio indenizado, inclusive para fins da contribuição para o financiamento de aposentadoria especial e benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, de seu adicional e das devidas a terceiros, exceto seu reflexo na gratificação natalina; (Nota PGFN/CRJ nº 485/2016, Parecer SEI nº 15.147/2020/ME; e Despacho nº 42/2021/PGFN-ME)

Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,01%	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado com o art. 10, § 1º dos ADCT
Incidência dos encargos previstos no submódulo 2.2 sobre o item 4.1 (considerando SAT 1)	0,76%	IN RFB 2.110/2022 .

Nota:

**Substituto na cobertura de Férias (Férias, adicional de férias e décimo terceiro) (%CF):** Pelo item 14 do ANEXO XII da IN 05/2017 SEGES, ao se adotar o critério de Conta Vinculada, o percentual total de férias e adicional de férias a ser previsto na planilha de custos, será de 12,10%. Para contratos de até 12 meses, provisionam-se apenas os 13º + férias + 1/3 do titular no Submod 2.1. Ficando, então os proporcionais de férias + 1/3 + 13º, do substituto devidamente previsto no Submod 4.1.

Logo :

$$\%CF \equiv \left[ \frac{1}{12} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{12} \right] \times \frac{1}{12} + \frac{1}{12} \times \frac{1}{12} \approx 1,62\% \quad (14)$$

**Substituto na cobertura de Ausências Legais (%AL):** Estima-se 1 falta legal/ano.

Logo:

$$\%AL \equiv \frac{1}{30} \times \frac{1}{12} \approx 0,28\% \quad (15)$$

**Substituto na cobertura de Licença Paternidade (%LP):** A CLT garante 5 dias de licença paternidade em um ano. Segundo estatísticas do IBGE2023, estima-se que a taxa de natalidade é de 1,62%. Logo, considerando que 50% da força de trabalho no contrato é masculina, tem-se que:

$$\%LP \equiv \frac{5}{30} \times \frac{1}{12} \times 1,62\% \times 50\% \approx 0,01\% \quad (16)$$

Onde:

$\frac{5}{30} \times \frac{1}{12}$  ≡ Estimativa de 5 dias de ausência legal por ano.

1,62% ≡ De acordo com os dados do IBGE, ele representa o percentual médio de trabalhadores que são pais durante o ano.

E, considerando que 50% da força de trabalho seja masculina.

**Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Ausências Legais (%ALeg) (%SM2.2<sup>SAT<sub>tot</sub></sup> %ALeg):** Representa a incidência das contribuições sociais sobre o total (%Tot) das substituições legais, composto por:



- (i). Substituto na cobertura de Férias (Férias, adicional de férias e décimo terceiro) (%CF);
- (ii). Substituto na cobertura de Ausências Legais (%AL);
- (iii). Substituto na cobertura de Licença Paternidade (%LP).

Logo:

$$\begin{aligned}
 \%SM2.2_{ALeg}^{SAT_{(i)}} &\equiv \%SM2.2^{SAT_{(i)}} \times \%Tot \\
 &= 39,80\% \times 1,91\% \\
 &\approx 0,76\%
 \end{aligned}
 \tag{17}$$

Onde

$$\begin{aligned}
 \%Tot &\equiv (\%CF + \%AL + \%LP) \\
 &= 1,62\% + 0,28\% + 0,01\% \\
 &= 1,91\%
 \end{aligned}$$

#### 4.2 SUBMÓDULO 4.2 AUSÊNCIAS LEGAIS SEM INCIDÊNCIA DE ENCARGOS<sup>20</sup>

Item	%	Fundamento
Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho (Solução de Consulta nº 25 RFB)	0,04%	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, Art. 131 CLT e MP. 664/2014. Art. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	Art. 18 a 23 da Lei n.º 8.213/91, Lei nº 6.367/76, art. 473 da CLT e e Acórdão 1904/2007 - Plenário - TCU.
Substituto na cobertura de auxílio doença (t < 6 dias) (Solução de Consulta nº 25 RFB)	1,39%	Art.131 , inciso III, da CLT. Art. 476 da CLT, art. 6º, §1º, alínea "f", da Lei n. 605, de 1949.

Nota:

**Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho (%AT):** O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo CATWEB, 0,95% dos empregados se acidentam no ano, assim, a provisão será de:

<sup>20</sup>Vide Solução de Consulta COSIT Nº 25 DE 14/06/2022:

[...]

O auxílio-acidente é concedido, como indenização, ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao segurado especial, quando, após a consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resulte sequela definitiva. Tem natureza indenizatória, motivo pelo qual não constitui hipótese de incidência das contribuições sociais previdenciárias.

[...]

Em atenção à Jurisprudência consolidada do STJ, e nos termos do Parecer SEI nº 1446/2021/ME, a RFB encontra-se vinculada ao entendimento judicial de que a contribuição previdenciária patronal não incide sobre a importância paga pelo empregador ao empregado nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença.

Tema 72 STF:

Tese: É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.

$$\begin{aligned}
 \%AT &\equiv \frac{\text{dias pago pelo empregador}}{\text{dias pagos pelo INSS}} \times \frac{\text{nº de CAT}}{\text{população INSS CAT}} \\
 &= \frac{15}{30} \times \frac{1}{12} \times 0,0094727 \times 100 \\
 &\approx 0,04\%
 \end{aligned}
 \tag{18}$$

Onde:

$$\frac{\text{dias pago pelo empregador}}{\text{dias pagos pelo INSS}} = \frac{15}{30}$$

$$\frac{\text{nº CAT}}{\text{população INSS CAT}} \equiv \text{estimativa de empregados, cadastrados na base do INSS, usufruindo a licença} = 0.0094727$$

**Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade (%CEST):** Durante a licença, o salário maternidade e a parcela do décimo terceiro salário correspondente ao período da licença é custeado pelo INSS (Art. 86 da IN RFB 971/2009). Cabe à empresa a provisão relativa a férias (1/12) e adicional de férias (1/3 x 1/12)<sup>21</sup>. A remuneração do substituto, acrescida de todos os encargos, é justamente a remuneração da trabalhadora substituída no período (vide Módulo 1 e Submódulo 2.2). Portanto o custo do afastamento é dado pela seguinte fórmula aplicada sobre a remuneração:

$$\begin{aligned}
 \%CEST &\equiv \%CEF \times \Pi \times \Phi \times \Theta \\
 &= 11,11\% \times 2,27\% \times 50\% \times 50\% \\
 &\approx 0,06\%
 \end{aligned}
 \tag{19}$$

Onde:

**%CEST** ≡ Índice que demonstra o custo estimado de afastamento de maternidade a ser aportado na planilha analítica.

**%CEF** ≡ Índice que demonstra o custo efetivo de afastamento maternidade.

$$\begin{aligned}
 &= \left( \frac{1}{12} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{12} \right) \times 100 \\
 &\approx 11,11\%
 \end{aligned}$$

**Π** ≡ nº estimado de ocorrências (RAIS 2023)

$$\begin{aligned}
 &= \left( \frac{810.089}{1.905.908} \right) \times \left( \frac{43.334}{810.089} \right) \\
 &= 42,50\% \times 5,35\% \\
 &\approx 2,27\%
 \end{aligned}
 \tag{22}$$

<sup>21</sup>REsp 1230957/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 18/03/2014) em conjunto com Tema 72 STF, Tese fixada: É inconstitucional a incidência de contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre o salário maternidade.

<sup>22</sup>Clique aqui para consultar o Painel de Informações da RAIS de 2023: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/aeps-2023/secao-i-beneficios/subsecao-a-beneficios-concedidos/capitulo-4-salario-maternidade/4-1-quantidade-e-valor-de-salarios-maternidade-concedidos-por-pagador-e-clientela-segundo-as-grandes-regioes-e-unidades-da-federacao-2017-2019>

Clique aqui para consultar o Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmJmMDVhODctMTEwOS00YTUyLWJhNzItOWE3NmVlMWUwMTUxIiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWw5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9>

$$\Phi \equiv \text{divisão proporcional do custo de 6 (seis) meses de licença por ano (base do nº de ocorrências)} \\ = \frac{6}{12} = 50\%$$

Considerando que 50% da força de trabalho seja feminina:

$$\Theta \equiv \text{Fração Feminina da Força de Trabalho (FFT)} = \frac{1}{2} = 50\%$$

**Substituto na cobertura de auxílio doença (t < 6 dias) % $\Gamma$**  : Considerando uma média de 5 dias de licença por ano, a estimativa do percentual dessa rubrica a ser aplicada sobre a remuneração mensal do titular pode ser obtida pelo cálculo:

$$\% \Gamma \equiv \frac{5}{30} \times \frac{1}{12} \approx 1,39\% \quad (20)$$

Sendo a base de cálculo  $\equiv$ MOD1

**Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou alimentação (%IJ):** TR disciplina o gozo obrigatório do intervalo, para todos os postos, sem substituição, portanto não foi incluído.

## 5 MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

**Uniformes (U):** A CCT paradigma disciplina a obrigatoriedade do fornecimento de uniformes, por parte do empregador, conforme abaixo descrito:

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO UNIFORME, FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS

As empresas asseguram o fornecimento gratuito de uniformes, fardamentos e equipamentos de proteção individual de trabalho, sempre que exigidos ou de uso obrigatório.

Já no item 6.19 do ETP, o IAM exige a padronização com uniformes, enquanto o item 6.20 elenca as peças e os quantitativos que os compõem.

6.20. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: 6.20.1. Calça jeans azul escuro; 6.20.2. Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara; 6.20.3. Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade; 6.20.4. Meia esportiva, cor branca; 6.20.5. Cinto de couro, cor marrom;

E, o item 6.21 seu quantitativo anual:

6.21. 02(dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação

escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

Logo, este custo foi incluído na estimativa do orçamento, sendo para tanto realizado cotação<sup>23</sup>, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Preço Unitário	Total
1	Calça jeans azul escuro	Unid.	24	R\$ 135,42	R\$ 3.250,08
2	Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara	Unid.	36	R\$ 99,69	R\$ 3.588,84
3	Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade	Par	12	R\$ 194,90	R\$ 2.338,80
4	Meia esportiva, cor branca	Par	36	R\$ 19,17	R\$ 690,12
5	Cinto de couro, cor marrom	Unid.	12	R\$ 39,23	R\$ 470,76
				TOTAL GERAL	R\$ 10.338,60

Assim o custo unitário mensal por trabalhador foi obtido pela expressão:

$$\begin{aligned}
 \text{Custo}_{\text{Uniforme}} &\cong \frac{\left( \frac{\text{Total Geral}}{p} \right)}{n} \\
 &= \frac{\left( \frac{10.338,60}{12} \right)}{4} \\
 &= \text{R\$ 215,39}
 \end{aligned} \tag{21}$$

Onde:

$p$  ≡ período de 12 meses

$n$  ≡ número de motoristas=4

## 6 MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

**Custos Indiretos (CI):** Foi adotado o percentual máximo de %CI = 5,00% (cinco por cento) para alíquota de Custos Indiretos. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência (STJ, TCU, etc.). Para o cálculo do valor dos Custos Indiretos (CI), foi utilizado a expressão:

$$CI = \%CI \times \sum_{i=1}^5 MOD_i, \text{ onde } i = 1, 2, \dots, 5. \tag{22}$$

<sup>23</sup>Cotação realizada pelo setor de compras conforme o Mapa Estimativo de Preço (SEI5817434).

**Lucro (L):** Foi adotado o percentual máximo de %L = 10,00% (dez por cento) para alíquota de Lucro. O citado percentual é compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência (STJ, TCU, etc.). Para o cálculo do valor do Lucro (L), foi utilizado a expressão:

$$L = \%L \times \left( \sum_{i=1}^5 MOD_i + CI \right) = \%L \times (1 + \%CI) \times \sum_{i=1}^5 MOD_i, \text{ onde } i = 1, 2, \dots, 5. \quad (23)$$

**Tributação sobre Faturamento (TR<sub>i</sub>):** Os tributos<sup>24</sup> (ISS, COFINS e PIS) foram definidos utilizando o regime de tributação de LUCRO REAL<sup>25</sup>. A licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime<sup>26</sup> de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato.

Para o cálculo do valor de cada tributo<sup>27</sup> foi utilizada a seguinte expressão:

$$TR_i \equiv \%TR_i \times \frac{\left( \sum_{n=1}^5 MOD_n + (CI + L) \right)}{1 - \sum_{i=1}^3 \%TR_i}, \text{ onde } \begin{cases} i=1, 2, 3. \\ n=1, 2, \dots, 5. \end{cases} \quad (24)$$

Onde:

$$\sum_{i=1}^3 \%TR_i \equiv (\%PIS + \%COFINS + \%ISS)$$

$$\sum_{n=1}^5 MOD_n + (CI + L) \equiv (1 + \%CI) \times (1 + \%L) \times \sum_{n=1}^5 MOD_n$$

<sup>24</sup>Segundo Acórdão 2.646/2007 – TCU – Plenário [...] 9.3.3. não inclua nos orçamentos básicos das licitações, nos formulários para proposta de preços constantes dos editais e nas justificativas de preço a que se refere o art. 26, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, parcelas relativas a gastos com os tributos IRPJ e CSLL, nem aceite propostas de preços contendo custos relativos aos tributos citados, seja na composição do BDI, seja como item específico da planilha ou orçamento;

<sup>25</sup>Segundo o Manual da UCI/FIOCRUZ: "A utilização de lucro presumido somente ocorre quando da contratação de serviços de vigilância patrimonial, enquanto para lucro real, a elaboração do orçamento deve considerar a contratação dos demais serviços, limpeza e conservação, motoristas, recepcionistas, portaria, apoio administrativo etc.

<sup>26</sup>Caso seja optante do LUCRO REAL e tenha direito a não cumulatividade, deverá preencher a aba PIS-COFINS EFETIVO e utilizar os valores da média dos 12 últimos meses de contribuição, devidamente comprovados.

<sup>27</sup>Conforme Súmula nº 254/2010 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) não podem ser repassados para o tomador, pois são tributos de natureza direta e personalíssima, que oneram diretamente a licitante.

$$TR_i \equiv \begin{cases} PIS = \%PIS \times \left( \frac{(1 + \%CI) \times (1 + \%L) \times \sum_{n=1}^5 MOD_n}{1 - (\%PIS + \%COFINS + \%ISS)} \right) \approx 0,022224 \times \sum_{n=1}^5 MOD_n \\ COFINS = \%COFINS \times \left( \frac{(1 + \%CI) \times (1 + \%L) \times \sum_{n=1}^5 MOD_n}{1 - (\%PIS + \%COFINS + \%ISS)} \right) \approx 0,102367 \times \sum_{n=1}^5 MOD_n \\ ISS = \%ISS \times \left( \frac{(1 + \%CI) \times (1 + \%L) \times \sum_{n=1}^5 MOD_n}{1 - (\%PIS + \%COFINS + \%ISS)} \right) \approx 0,067347 \times \sum_{n=1}^5 MOD_n \end{cases} \quad (25)$$

**Horas Extras Eventuais (HEE):** O TR não prevê.

**Despesas com Diárias, Taxa de Deslocamento e Passagens Aéreas (DTP):**

Para o cálculo das despesas com serviços acessórios (Diárias, Taxas e Passagens), foram adotados Custo Indireto (5,00%) e Lucro (10,00%), com percentuais separados<sup>28</sup> do utilizado na estimativa dos postos de trabalho, seguindo metodologia apresentada em diversos TR's do TCU<sup>29</sup> para cálculo de despesas com materiais/equipamentos, etc.

O custo unitário da Diária foi obtido da CCT paradigma, sendo de R\$165,88:

**CLÁUSULA OITAVA - DIÁRIA DE VIAGEM**

O motorista fará jus a uma diária de R\$ 165,88 (cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), sempre que em viagens fora da região metropolitana do Recife que passar acima de 80 km.

Item	Valor unitário	Qtde.	Valor Anual
SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO DE DIÁRIAS (10 diárias de viagem mensais, para vigência contratual)	R\$ 165,88	120,00	R\$ 19.905,60
<b>VALOR TOTAL ANUAL (VTA)</b>			<b>R\$ 19.905,60</b>

Logo, o custo com DTP foi obtido adicionando ao Valor Total Anual (VTA), o impacto do MÓDULO 06 sobre o próprio VTA, conforme descrito no item 06 deste memorial, ou seja:

$$\begin{aligned} DTP &\equiv VTA + (MOD 6)_{VTA} \\ &= VTA + \left( CI_{VTA} + L_{VTA} + \sum_{n=1}^3 TR_i^{VTA} \right) \\ &= 19.905,60 + 995,28 + 2.090,09 + 6.906,02 \\ &\approx R\$ 26.811,62 \end{aligned} \quad (26)$$

Onde:

<sup>28</sup>Apesar de separados, as alíquotas foram as mesmas. Na prática, a metodologia permite que o licitante possa utilizar percentuais diferentes a depender de suas especificidades, sendo devidamente comprovados.

<sup>29</sup>Edital TCU: PE 09/2024, PE 40/2024, etc.

$(MOD6)_{HA} \equiv$  Impacto do Módulo 6 sobre o Valor Total Anual (VTA)

Que é composto por:

$$CI_{VTA} \equiv \% \text{ dos custos indiretos sobre o } VTA = \% CI \times VTA \approx \text{R\$ } 995,28$$

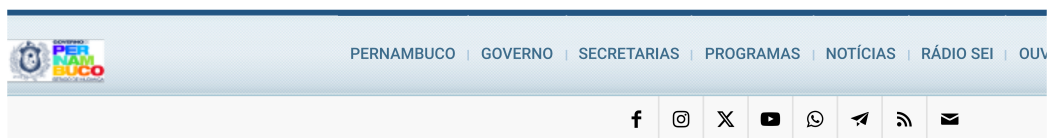
$$L_{VTA} \equiv \% \text{ do lucro sobre : } VTA + CI_{VTA} = \% L \times (1 + \% CI) \times VTA \approx \text{R\$ } 2.090,09$$

$$\begin{aligned} \sum_{i=1}^3 TR_{VTA} &\equiv \text{soma dos \% dos tributos sobre : } VTA + CI_{VTA} + L_{VTA} \\ &= \% TR_i \times \frac{VTA + CI_{VTA} + L_{VTA}}{1 - \sum_{i=1}^3 \% TR_i} \\ &= PIS + COFINS + ISS \\ &= \text{R\$ } 442,39 + \text{R\$ } 2.037,68 + \text{R\$ } 1.340,58 \\ &\approx \text{R\$ } 6.906,02 \end{aligned}$$

ANEXO - Custo da Tarifa Única<sup>30</sup> em 22/04/2026

Tarifas – Grande Recife Consórcio de Transporte

22/04/2026 15:11



Tarifas

Você está aqui: [Página Inicial](#) / [Transporte](#) / [Tarifas](#)

## Tarifa ônibus

BILHETE ÚNICO	R\$ 4,50
---------------	----------

OUTRAS TARIFAS: OPCIONAL E ESPECIAL	TARIFA
018 – Brasília Teimosa 155 – Jordão baixo / Boa Viagem	R\$ 3,00
041 – Setúbal (Opcional)	R\$ 5,80
064 – Piedade (Opcional) 072 – Candeias (Opcional) 160 – Gaibu/Barra de Jangada (Via Paiva) 229 – Marcos Freire (Opcional) 342 – Curados (Opcional)	R\$ 8,70
191 – Recife/Porto de Galinhas (Sem ar condicionado)	R\$ 14,80
195 – Recife/Porto de Galinhas (Opcional)	R\$ 22,50

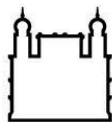
## Tarifa metrô

<https://www.granderecife.pe.gov.br/transporte/tarifas/>

Página 1 de 4

<sup>30</sup> <https://www.granderecife.pe.gov.br/transporte/tarifas/>





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Aggeu Magalhães

## **INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)**

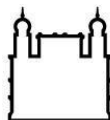
Objeto: Contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços contínuos de condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães-IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco, FIOCRUZ-PE.

1 - O Instrumento de Medição de Resultados - IMR é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.

2 - O objetivo do IMR é vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.

3 - A Fiscalização técnica deverá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada não produzir os resultados esperados, deixar de executar, ou não executar com qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

4 - O pagamento à contratada será feito em consonância com o percentual de retenções obtido do somatório do resultado de todos os indicadores. Por exemplo, se durante um mês o somatório das retenções de todos os indicadores for de 10% (dez por cento), será efetuado o pagamento de 90% (noventa por cento) do valor total da Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços prestados.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Aggeu Magalhães

**INDICADOR 1 - Entrega de chaves do veículo**

Resultado esperado	Entrega das chaves do veículo na Recepção, ao término do expediente
--------------------	---

**INDICADOR 2 - Objetos ou documentos encontrados no interior do veículo**

Resultado esperado	Entregar no SEAG os objetos ou documentos encontrados no interior do veículo que estiver sob sua responsabilidade
--------------------	---

**INDICADOR 3 - Condições do veículo**

Resultado esperado	Verificar o funcionamento e estado do veículo, comunicando ao SEAG a necessidade de manutenção
--------------------	--

**INDICADOR 4 - Obedecer às leis de trânsito**

Resultado esperado	Obedecer rigorosamente às leis de trânsito
--------------------	--

**INDICADOR 5 - Estacionamento do veículo**

Resultado esperado	Procurar locais propícios para estacionar o veículo, visando sua proteção e segurança
--------------------	---

**INDICADOR 6 - Limpeza do veículo**

Resultado esperado	Recolher veículo limpo
--------------------	------------------------

**INDICADOR 7 - Danos nos veículos**

Resultado esperado	Informar ao SEAG qualquer dano ou avaria ocorrido no veículo
--------------------	--

**INDICADOR 8 - Utilização dos veículos**

Resultado esperado	Utilização dos veículos somente para serviços institucionais
--------------------	--

**INDICADOR 9 - Relações interpessoais**

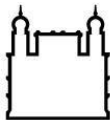
Resultado esperado	Observar as boas regras de educação para com os passageiros dos veículos
--------------------	--

**INDICADOR 10 - Extravio, furtos e roubos**

Resultado esperado	Comunicar ao SEAG o extravio, furto ou roubo de qualquer acessório, equipamento, documento ou objeto pertencente ao veículo
--------------------	---

**INDICADOR 11 - Multas**

Resultado esperado	Efetuar o pagamento de valores referentes às multas de trânsito decorrentes de infrações cometidas pelos motoristas
--------------------	---



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Aggeu Magalhães

**OCORRÊNCIAS VERIFICADAS PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**CONTRATO XX/XXXX - NOME DA EMPRESA**

**MÊS/ANO DE REFERÊNCIA: XX/XXXX**

QUADRO RESUMO DE AJUSTES NO PAGAMENTO		
INDICADORES	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL DE RETENÇÃO
INDICADOR 1 - Entrega de chaves do veículo		
INDICADOR 2 - Objetos ou documentos encontrados no interior do veículo		
INDICADOR 3 - Condições do veículo		
INDICADOR 4 - Obedecer às leis de trânsito		
INDICADOR 5 - Estacionamento do veículo		
INDICADOR 6 - Limpeza do veículo		
INDICADOR 7 - Danos nos veículos		
INDICADOR 8 - Utilização dos veículos		
INDICADOR 9 - Relações interpessoais		
INDICADOR 10 - Extravio, furtos e roubos		
INDICADOR 11 - Multas		
Percentual Total de Retenção da Nota Fiscal/Fatura		
<b>VALOR A SER PAGO À CONTRATADA</b>		
(Valor Total da Nota Fiscal/Fatura) - (Percentual Total de Retenções da Nota Fiscal/Fatura) = R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO)		
VALOR TOTAL A SER PAGO: R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO)		

Recife - PE,                      de                      de XXXX.

\_\_\_\_\_  
Gestor/fiscal do contrato

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PE000080/2026  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/01/2026  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR004067/2026  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 47979.211251/2026-71  
**DATA DO PROTOCOLO:** 28/01/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB TRANSP COLE INTERM INTER ROD TUR,FRET,ESC,ALTE, CNPJ n. 03.008.031/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA MARTINS DA SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL, CNPJ n. 24.163.511/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Motoristas, Cobradores, Fiscais e Despachantes e Todos os Trabalhadores em Escritórios, Oficinas das Empresas de Transportes Coletivos Interestadual**; nas Empresas que fazem as linhas Rodoviárias Intermunicipais acima de 50 quilômetros ou fora da Região do Recife Metropolitano, Região da Mata Sul e Norte. Os Motoristas que Trabalham: nas Empresas que fazem Turismo e os Trabalhadores das Empresas que fazem Fretamento e os que fazem Transportes de Fretamento de um modo geral; nas Empresas Locadoras de Veículos; nas Garagens Rotativas de Estacionamento; nos Transportes Escolares e em Instituições de Ensino; na Rede de Hotelaria e Similares; na Rede Hospitalar; em Casas de Saúde, Clínicas, Ambulatórios, Consultórios Médicos e Odontológicos; em Escritórios de Advocacia, Contábeis, de Escritório de um modo geral; os Motoristas e Cobradores, inclusive todos os que Trabalham em Transportes Alternativos, Kombis, Vans, Jeep, Toyota, Caminhões adaptados para o Transporte Remunerado de Passageiros, e Todo tipo de Lotação destinado ao Transporte Remunerado de Passageiros; Motoristas que Trabalham para Entidades Religiosas e Filantrópicas e todos aqueles diretamente ligados à atividade Rodoviária, com abrangência territorial em Abreu e Lima/PE, Água Preta/PE, Aliança/PE, Amaraji/PE, Araçoiaba/PE, Barreiros/PE, Belém de Maria/PE, Buenos Aires/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE, Camaragibe/PE, Camutanga/PE, Carpina/PE, Catende/PE, Chã de Alegria/PE, Condado/PE, Cortês/PE, Escada/PE, Ferreiros/PE, Gameleira/PE, Goiana/PE, Igarassu/PE, Ilha de Itamaracá/PE, Ipojuca/PE, Itambé/PE, Itapissuma/PE, Itaquitinga/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jaqueira/PE, Joaquim Nabuco/PE, Lagoa de Itaenga/PE, Lagoa do Carro/PE, Lagoa dos Gatos/PE, Macaparana/PE, Maraial/PE, Moreno/PE, Olinda/PE, Palmares/PE, Paudalho/PE, Paulista/PE, Pombos/PE, Primavera/PE, Recife/PE, Ribeirão/PE, Rio Formoso/PE, São Benedito do Sul/PE, São José da Coroa Grande/PE, São Lourenço da Mata/PE, Sirinhaém/PE, Tamandaré/PE, Timbaúba/PE, Tracunhaém/PE, Vicência/PE, Vitória de Santo Antão/PE e Xexéu/PE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL**

Convencionam as partes que a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, o piso salarial diferenciado para os empregados que exercem a função de Motorista, lotados em contratos de prestação de serviços decorrentes de terceirização de serviços quer seja público ou privado, não se aplicando, pois, aos motoristas lotados diretamente na empresa, será de R\$ 3.087,41 (três mil, oitenta e sete reais e quarenta e um centavos).

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES SALARIAIS

Fica concedido e/ou garantido aos empregados que percebem os pisos da categoria profissional, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, no percentual de 10,59% (dez virgula cinquenta e nove por cento), percentual este acumulado dos exercícios de 2025 e 2026, tendo em vista que no ano de 2025 não houve a Convenção Coletiva de Trabalho por força do processo judicial nº 0000775-51.2025.5.06.0000 que garantiu e reconheceu a representatividade do Sintranstur, sendo certo que o piso e este percentual se aplicam exclusivamente aos empregados motoristas lotados em contratos de prestação de serviços públicos e privados, por conseguinte não se aplicando aos empregados lotados internamente na empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica garantido que em caso de modificação da política salarial do Governo ou perdas salariais, as partes convenientes poderão a qualquer tempo, voltarem a negociar objetivando a reposição dessas perdas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Ficam autorizadas as empresas que concederam antecipações salariais, descontarem os percentuais respectivamente concedidos no período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras demais correções salariais, decorrentes da legislação oficial e Acordos adotados no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregados que recebem salários superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e suas funções não consta da tabela de salários anexa, terão os valores reajustados por negociação direta entre eles e os respectivos empregadores, não se aplicando automaticamente, por conseguinte, os percentuais de reajustes acima concedidos.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Todos os aumentos, legais ou espontâneos, bem como os adiantamentos ou abono concedidos pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 2026, serão deduzidos dos reajustes salariais previstos nesta cláusula, ressalvadas, entretanto, as exceções decorrentes do término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O Sindicato dos trabalhadores se obriga a denunciar aos órgãos fiscalizadores, sempre que a empresa não cumpra com o pagamento dos salários, devidamente corrigidos, nos prazos legalmente estabelecidos para este fim, como também os encargos sociais.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento salarial, discriminando títulos pagos e seus respectivos valores, bem como descontos efetuados, podendo tal fornecimento ocorrer de forma eletrônica, através de site, e-mail e/ou qualquer outro meio de comunicação virtual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ficam autorizadas as empresas a procederem descontos de falta ao serviço e/ou os pagamentos das horas extras realizadas em um mês na folha do mês subsequente.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

As empresas que efetuam pagamento de verbas salariais por meio de depósito bancário, ficam isentas de colher a assinatura do empregado no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente o comprovante de depósito bancário, na conta do empregado, devendo sempre ser fornecida obrigatoriamente a discriminação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso de pagamento de férias com 13º salário é obrigatória a assinatura do empregado no recibo.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade nos percentuais estabelecidos na legislação em vigor, desde que apurada as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

## **AJUDA DE CUSTO**

### **CLÁUSULA OITAVA - DIÁRIA DE VIAGEM**

O motorista fará jus a uma diária de R\$ 165,88 (cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), sempre que em viagens fora da região metropolitana do Recife que passar acima de 80 km.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A diária paga pela empresa terá natureza indenizatória e será liberada quando do pagamento do mês subsequente ao da viagem.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA NONA - DO VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO**

As empresas se obrigam a fornecer vale refeição ou alimentação no valor de R\$ 16,58 (dezesesseis reais e cinquenty e oito centavos), por dia efetivamente trabalhado, para obreiros lotados em contratos privados e

públicos, inclusive os contratos em regime temporários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado o direito aos empregados que, por liberalidade ou exigência contratual, percebem valores superiores ao estabelecido no *caput*, sem que isso seja considerado violação as regras do PAT ou Auxílio alimentação, previsto na lei nº13.467 de 13 de julho de 2017, artigo 457 da reforma trabalhista.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor previsto no *caput* não integra o salário para qualquer fim de direito, não tendo natureza salarial conforme estabelecido na Lei nº. 6.321/76, que instituiu o Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT ou Auxílio alimentação, previsto na lei nº13.467 de 13 de julho de 2017, artigo 457 da reforma trabalhista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas poderão substituir o benefício que trata o *caput* pela concessão de alimentação in natura, fornecida ou na própria empresa ou em estabelecimento conveniado ou pelo próprio tomador de serviço, não podendo, contudo, esse benefício ser substituído pelo café da manhã concedido por liberalidade do empregador.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas poderão reduzir o valor do vale refeição ou alimentação para o valor estabelecido no *caput*, no caso do empregado ser removido do contrato que paga valor superior a esse título, sem /tal fato ser considerado infração as regras do PAT ou auxílio alimentação, vez que o objetivo é a manutenção do emprego.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As empresas concederão a devida alimentação para os empregados que laboram mais de 04 horas diárias.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As empresas não poderão conceder o benefício de forma de alimentos in natura, salvo na hipótese no parágrafo terceiro, ou seja, fornecimento no local da prestação de serviço de refeição que atenda aos requisitos calóricos estabelecidos na legislação vigente, sob pena de ser entendido como não concessão do benefício.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS AS COBERTURAS SOCIAIS

Com fundamento no Art. 1º, III e IX, c/c artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, e art. 5º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, fica mantida a conquista do Benefício da Cobertura Social. Os beneficiários da presente norma coletiva, independentemente da situação de adimplência ou não da empresa para com o sistema, terão asseguradas os benefícios sociais estabelecidos na presente norma, devendo observar a empresa rigor no cumprimento das obrigações estabelecidas nos parágrafos seguintes, tudo na conformidade do ajuste firmado perante o Ministério Público do Trabalho da 6ª Região, conforme ACP PA Nº 00814.2010.06.000/4 e IC Nº 001627.2017.06.000/3.

Que a Cobertura Social do Trabalhador, assim denominado o referido benefício, configura-se como benefício em prol da categoria, assemelhando-se ao ticket alimentício e à cesta básica (benefícios de alimentação), uma vez que não há obrigação legal, configurando-se como fruto de negociação coletiva, com prevalência do negociado sob o legislado, estipulando condições vantajosas para os trabalhadores e empresa, respaldadas no ordenamento jurídico.

Que a Cobertura Social do Trabalhador enseja puramente vantagens para os trabalhadores, que se transvestem em mecanismos protetivos à saúde deles, com a oferta de atendimentos médicos ambulatoriais e protetivos à segurança.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A cobertura social será gerida por uma empresa gestora privada e selecionada exclusivamente pelo Sindicato Obreiro, contratada especificamente para administrar o referido benefício e será provido, sem ônus de qualquer espécie para os representados da entidade profissional, pelos empregadores a título de benefício, no qual a empresa do segmento empresarial, independentemente do tipo de contrato, recolherá em favor da empresa gestora contratada para gerir esse benefício, a importância mensal de **R\$ 83,93 (oitenta e três reais e noventa e três centavos)** por cada trabalhador, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, sendo essa a única e exclusiva obrigação financeira da empresa para com a empresa gestora contratada. Destaca-se que tal benefício tem o cunho de assegurar atendimentos e benefícios constantes no parágrafo segundo, a seguir.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: BENEFÍCIOS:** descrição, coberturas e características. **PLANO ODONTOLÓGICO:** Cobertura conforme rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar): Coberturas: Urgência 24h; Diagnóstico; Prevenção; Restauração; Tratamento de canal; Odontopediatria; Radiologia; Cirurgias; Tratamento de gengiva. Características: Cobertura Nacional; Sem Perícia; Isenção Total de Carências; Atendimento com dentistas, via chat, 24 horas por dia, 7 dias por semana; Dependentes legais até 5 anos completos terão direito ao plano sem cobrança adicional. Observação: Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral. **TELEMEDICINA:** Consulta médica, por vídeo chamada, agendada, com as especialidades descritas abaixo: Clínica geral; Cardiologia; Endocrinologia; Dermatologia. **ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO:** Consulta agendada com psicólogo, por vídeo chamada. **CONSULTORIA NUTRICIONAL:** Consulta agendada com nutricionista, por vídeo chamada. **ASSISTÊNCIA NATALIDADE:** Entrega de cartão



magnético com valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais); Quando do nascimento do filho do titular, o mesmo deverá entrar em contato com a central de atendimento da Gestora em até 60 dias e deverá enviar a certidão de nascimento; Limite de acionamento de 01 vez ao ano, por titular; Em caso de nascimento de Gêmeos, será acrescido o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a partir do segundo univitelino.

**ASSISTÊNCIA FUNERAL:** Todos os empregados regularmente contratados e enquadrados no âmbito desta Convenção Coletiva de Trabalho, que venham a falecer por morte natural ou acidental, serão elegíveis para receber a Assistência Funeral Individual nos termos aqui estipulados. O valor do benefício de Assistência Funeral Individual é de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), destinado a cobrir despesas diretamente relacionadas ao funeral do empregado falecido, tais como taxas, procedimentos, cerimônia, sepultamento, transporte do corpo e outras despesas correlatas. A família do empregado falecido deverá acionar o benefício de Assistência Funeral Individual à Gestora, em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos das empresas empregadoras, dentro de um prazo de até 72 horas a contar do momento do falecimento. A solicitação do benefício deverá ser acompanhada da documentação necessária, incluindo atestado de óbito, comprovantes das despesas funerárias e demais documentos pertinentes. Após a análise da documentação e comprovação das despesas será realizado o reembolso, limitado ao valor máximo de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), mediante depósito bancário em conta indicada pelos beneficiários.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A cobertura social, prevista nesta cláusula, não constitui fonte de custeio sindical, uma vez que o referido benefício é administrado por uma empresa contratada especificamente para tal finalidade. Ressalta-se que o provimento deste benefício não transita, de forma alguma, pelas contas das entidades sindicais signatárias do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O benefício social em epígrafe independe de associação e sindicalização dos empregados e/ou empresa para com as entidades sindicais, visto que não é oriundo de descontos salariais; mas sim uma contrapartida provida pelos empregadores para atendimento ao preceituado no artigo 6º da Constituição Federal, mais especificamente no tocante ao direito à saúde do trabalhador.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A empresa se conceder plano de saúde e odontológico, com assistência completa e devidamente registrado na ANS, sem ônus algum ao trabalhador, fica desobrigada ao pagamento do valor estipulado no caput, mediante comprovação ao sindicato laboral.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O Sindicato Obreiro além de selecionar a empresa gestora com a formalização do contrato com assinatura expressa anuindo o contrato celebrado, acompanhará e fiscalizará também os procedimentos realizados pela gestora contratada, contudo, o Sindicato Obreiro fica isento de qualquer responsabilidade cível, tributária, correlatos, não assumindo nenhuma obrigação inadimplida ou dano sofrido pelos beneficiários da presente norma.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A empresa gestora se responsabilizará pelos benefícios sociais e as providências necessárias para o atendimento dos trabalhadores, sendo certo que os valores obtidos mediante o pagamento do referido benefício pela empresa abrangida pelo presente acordo coletivo de trabalho, destinam-se aos atendimentos médicos (consultas médicas) a nível ambulatorial nas especialidades de clínica geral, ortopedia, dermatologia, cardiologia e outras 15 especialidades médicas e serviços de saúde, contemplando também atendimentos de Odontologia, fonoaudiologia, fisioterapia, e psicologia.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O sindicato profissional fiscalizará a concessão dos benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como as receitas previstas no parágrafo primeiro, se comprometendo, conjuntamente, a promover as ações necessárias objetivando o repasse dos recursos por parte da empresa, não respondendo, contudo, em caso de eventuais falhas na prestação dos serviços e/ou descumprimento por obrigações financeiras eventualmente inadimplidas.

**PARA´GRAFO NONO:** Em caso de descumprimento dessa obrigaco por parte da empresa, o sindicato se comprometer a na~o fornecer Declaraco de Regularidade Sindical, ale´m de que caracterizara´ ilic´ito de apropriaco inde´bita o na~o repasse do valor recebido do contratante.

**PARA´GRAFO DE´CIMO:** O sindicato profissional se compromete a fazer gesto perante os entes pu´blicos, no sentido de que constem de todas as planilhas de custos de editais de licitaco-es a proviso financeira para cumprimento deste benefi´cio social e de saude, a fim de que seja preservado o patrimoˆnio jurı´dico dos trabalhadores em consonaˆncia com o artigo 444 da CLT.

**PARA´GRAFO DE´CIMO PRIMEIRO:** Sempre que necessa´rio a` comprovaco do cumprimento do acordo Coletivo de Trabalho, o Sindicato obreiro podera´ solicitar a comprovaco do pagamento do benefi´cio estabelecida nessa cla´usula.

**PARA´GRAFO DE´CIMO SEGUNDO:** O sindicato obreiro obriga-se a denunciar aos tomadores de servicos e/ou o´rga~os competentes, no prazo de ate´ 20 (vinte) dias, contados da data prevista para cumprimento da obrigaco, o descumprimento da norma por parte da empresa prestadora, bem como promover as aco-es necessa´rias ao recebimento do valor devido. De igual modo, fica a empresa obrigada a providenciar pedido de realinhamento contratual e/ou incluir na planilha de custo para nova licitao a presente contribuico social, sob pena de responsabilidade de arcar com os custos advindos deste benefi´cio. No caso de descumprimento dessa regra, a representaco dos trabalhadores respondera´ diretamente perante a empresa contratada pelos valores inadimplidos pela empresa.

**PARA´GRAFO DE´CIMO TERCEIRO:** O sindicato obreiro promovera´ aco de cumprimento, na condico de substituto processual, na hipo´tese de descumprimento da presente avenca, ficando desde ja´ acordado que, nesse caso, incidira´ multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante devido e incideˆncia de juros de 1%(um por cento) ao meˆs e correco monetaria, contados da data do inadimplemento, devendo a entidade laboral, em sede de Aco de Cumprimento, informar diretamente a conta banca´ria da empresa gestora do referido benefi´cio.

**PARA´GRAFO DE´CIMO QUARTO:** Na hipo´tese de descumprimento do para´grafo primeiro da presente avenca, a empresa gestora do benefi´cio (prestaco dos servicos), adotara´ medidas de proteco ao cre´dito, aco-es cartoriais e judiciais necessa´rias, independentemente das medidas judiciais ajuizadas pela representaco laboral. Sendo certo que os convenientes na~o respondem perante a operadora, por nenhuma obrigaco porventura inadimplidas pela empresa.

**PARA´GRAFO DE´CIMO QUINTO:** Em face ao estipulado no para´grafo de´cimo segundo, a empresa obriga-se a entregar mensalmente relato´rio das medidas tomadas e da prestaco de servicos realizados, inclusive, comunicando aos convenientes, no prazo de 10(dez) dias do vencimento da obrigaco, qualquer irregularidade no pagamento por parte da empresa.

**PARA´GRAFO DE´CIMO SEXTO:** O sindicato laboral promovera´ aco de cumprimento, em caso de inadimplemento desta cla´usula, independente das medidas administrativas e judiciais que venham a ser tomadas pela empresa gestora.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAT

As empresas inscritas no Programa de Alimentaco do Trabalhador e que forneam alimentaco aos seus trabalhadores, descontaro dos mesmos o percentual autorizado a tı´tulo de participaco no citado programa, independentemente do valor de face estabelecido.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAT - NÃO ADESÃO**

A empresa que não aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, fica condicionada ao pagamento do VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO, constante da cláusula nona.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO DE RESCISÃO**

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no prazo da lei vigente.

**OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS****CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS**

Em decorrência de estudos realizados no segmento de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, as empresas utilizarão na composição de preços de serviços de Asseio e Conservação encargos sociais e trabalhistas calculado sobre o total da remuneração da mão-de-obra, objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando assim a sonegação de direito dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no caput desta cláusula, tanto para os dos postos de 12x36, poderá ser majorado em função das peculiaridades de cada serviço contratado.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE  
CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

As empresas se obrigam, em caso de dispensa por justa causa, fornecer aos empregados comunicação contendo os motivos ensejadores do afastamento, sob pena de não o fazendo, por presunção, ser caracterizada a dispensa imotivada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Em conformidade da Lei nº. 9.958/2000, poderá ser celebrada Convenção Coletiva de Trabalho, normatizando o funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia Intersindical.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE  
PESSOAL E ESTABILIDADES  
NORMAS DISCIPLINARES****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA AUSÊNCIA PARA RECEBIMENTO DO PIS**

As empresas que não possuem convênio com a Caixa Econômica Federal, para pagamento das contas do PIS, diretamente aos seus empregados, deverão propiciar aos mesmos, sem prejuízo algum, tempo necessário ao recebimento dele.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA TRANSFERÊNCIA**

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, as mudanças de local de trabalho do empregado, desde que implique em mudança do local de sua residência.

### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REVISTA**

As empresas que adotarem o sistema de revista nos seus empregados, deverão fazê-la em local adequado e sem promover constrangimento aos mesmos, consoante as decisões do T.S.T.

### **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONVÊNIO/FARMÁCIA/ÓTICA/CLUBE DE CAMPO**

Convencionam as partes, que o sindicato obreiro poderá firmar Convênio com Farmácia ou Ótica, ficando as empresas, mediante autorização prévia e expressa do empregado, obrigadas a efetuarem os descontos nos respectivos salários, sob a rubrica de convênio/farmácia/ótica/clubes de campo, desde que a empresa conveniada encaminhe, oficialmente, por protocolo, até 5 (cinco) dias úteis que antecede o fechamento da folha.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os descontos previstos no **caput**, não poderão exceder mensalmente, em hipótese alguma, ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário do empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Obriga-se o Sindicato Profissional ao celebrar convênio com óticas, drogarias e/ou farmácias, observar aquelas que apresentarem melhores condições de preço e prazo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caberá a empresa gestora dos benefícios sociais a contratação da Farmácia, a qual terá prioridade na contratação pelas empresas para fins de atendimentos aos representados dos sindicatos profissionais.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O sindicato laboral emitirá cartão magnético no caso de ser firmada convênio com a Farmácia Sindical.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FERIADO DO CONTRATANTE**

O empregado ficará dispensado do cumprimento da jornada de trabalho, nos dias que for feriado para o tomador de serviço (contratante).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta (mesmo que tenha interposto recurso), recebendo protocolo de

apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

Para a fixação do horário de trabalho dos empregados atingidos pela presente norma, será observado o que estabelece o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, ficando desde já autorizado a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com a representação profissional, objetivando a prorrogação e compensação de jornada, bem como utilização de escalas e Banco de Horas, sendo certo que as horas não compensadas serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese da inobservância do previsto no caput fica instituída multa por descumprimento da norma no percentual de 10% (dez por cento), por mês, ao ser calculado sobre o valor do piso salarial da categoria e revertido em favor do empregado prejudicado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independentemente da escala de trabalho utilizada, a jornada de trabalho será de 192(cento e noventa e duas) horas mensais efetivamente trabalhadas, as quais adicionadas ao repouso semanal remunerado perfazem o total de 220 (duzentos e vinte) horas por mês.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CONTROLE DO REGISTRO DE HORÁRIO**

Para fins de fechamento do ponto, apuração e pagamento das horas extraordinárias e noturnas, as empresas poderão optar pelo fechamento da folha em data anterior ao último dia do mês sem que isso implique em atraso de pagamento previsto no Art. 459 §1º da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de a empresa optar pelo fechamento do ponto, em data anterior ao último dia do mês, pagará as horas extras e noturnas remanescentes em valores atualizados pelo salário do mês do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O controle de jornada poderá ser feito através de qualquer meio de registro, inclusive eletrônico / digital, aplicativos de celular, documento físico, ou qualquer outro meio que melhor satisfazer a viabilidade operacional do empregador, conforme a Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica autorizada, ainda, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados, como poderão facultativamente adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho por exceção, para os empregados subordinados a horário de trabalho, onde serão registradas apenas as exceções ocorridas durante a jornada normal de trabalho, nos termos do Artigo 74, § 4º, da CLT, incluído pela Lei Nº 13.874/2019.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO UNIFORME, FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS**

As empresas asseguram o fornecimento gratuito de uniformes, fardamentos e equipamentos de proteção individual de trabalho, sempre que exigidos ou de uso obrigatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na hipótese de mau uso ou extravio do uniforme, fardamentos e equipamentos, devidamente comprovado, antes de período estabelecido para as suas depreciações, a empresa fornecerá tais itens e promoverá o desconto do valor correspondente no salário do empregado, o que desde logo fica autorizado.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ATESTADO MÉDICO**

Obrigam-se as empresas em acatar os atestados médicos justificativos de ausência ao serviço, emitidos pelo INSS e seus conveniados, assim como pelos profissionais credenciados e/ou prestadores de serviços da empresa gestora contratada para gerir as coberturas sociais, desde que devidamente apresentado, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua emissão, ao Departamento Médico da empresa.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA**

Assegura-se o livre acesso dos dirigentes sindicais, nos intervalos relativos ao descanso e alimentação, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de material Político-Partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas abrangidas pela representação patronal recolherão a título de Contribuição Confederativa o valor correspondente a 1,0 % (um por cento) do valor do capital social da empresa, ficando esse valor limitado ao mínimo de R\$ 1.140,81,00 (um mil, cento e quarenta reais e oitenta e um centavos) e ao máximo de R\$ 17.112,15 (dezesete mil, cento e doze reais e quinze centavos). O valor da contribuição será recolhido por boleto bancário em duas parcelas iguais, nos meses de junho de 2026 e setembro de 2026 tudo de acordo com o Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os atrasos no prazo de recolhimento dessa contribuição, ensejará no pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL E ASSOCIATIVA PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato das empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, recolherão em favor do Sindicato Patronal, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela:

1. Empresas com capital social de até R\$ 100.000,00 - 1 Piso da categoria;
2. Empresas com capital social de até R\$ 101.000,00 a R\$ 200.000,00 - 2 Pisos da categoria;

3. Empresas com capital social de até R\$ 201.000,00 a R\$ 300.000,00 - 3 Pisos da categoria;
4. Empresas com capital social de até R\$ 301.000,00 a R\$ 400.000,00 - 4 Pisos da categoria;
5. Empresas com capital social de até R\$ 401.000,00 a R\$ 500.000,00 - 5 Pisos da categoria;
6. Empresas com capital social acima de R\$ 501.000,00 - 10 Pisos da categoria;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os pagamentos relativos à Contribuição Negocial deverão ser efetuados até o dia 30 de julho do corrente ano.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Além da contribuição negocial as empresas associadas pagarão a título de contribuição associativa o equivalente a 2 (dois) pisos salariais da categoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica assegurado o direito de oposição desde que observado o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do registro da presente norma.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O atraso no pagamento destas contribuições ensejará em multa moratória de 2% (dois por cento) e juros mensal de 1% (um por cento) calculados *pro rata die*.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA**

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada por edital com esses objetivos, as empresas descontarão, mensalmente, a partir da folha de novembro de 2025, de todos os seus empregados, inclusive aqueles que exercem funções administrativas e operacionais, importância equivalente a 2% (dois por cento) do piso do motorista.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O recolhimento que trata o parágrafo retro, para sua validade, será realizado único exclusivamente, por meio de boleto bancário emitido pela entidade profissional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado o direito do empregado em manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no **caput**, desde que o faça de maneira individual e por escrito, perante a secretaria da entidade laboral, a qualquer tempo, perdendo assim a condição de associado do ente sindical e, por conseguinte, perdendo os seus dependentes os benefícios oferecidos pela representação laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O desconto efetuado em favor do Sindicato Profissional constará na folha de pagamento do empregado com denominação “**DESCONTO SINDICAL**”, sendo este desconto, bem como as demais contribuições destinada ao sindicato laboral previstas na presente norma, são de exclusiva responsabilidade da Assembleia do Sindicato Profissional, convocada para deliberar sobre celebração de Convenção e ou Acordo Coletivo, comprometendo-se a representação dos trabalhadores a ressarcir as empresas em caso de demandas para fins de devolução de qualquer valor. .

**PARÁGRAFO QUARTO:** O prazo para recolhimento das importâncias previstas, por parte das empresas, não poderá exceder ao dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A responsabilidade por esse desconto é exclusivamente do sindicato laboral, o qual se compromete a ressarcir a representação patronal em caso de eventual cobrança.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O não recolhimento da mensalidade dessa cláusula no prazo estabelecido acarretará multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês e por trabalhador, enquanto perdurar a inadimplência.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As empresas fornecerão, obrigatoriamente, a relação nominal de todos os seus empregados.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL**

Em que pese Fundamentado nos art. 8º, inciso IV e parágrafo 2º do art. 114 da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 45/2004, art. 612 da CLT e nos termos do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal no processo nº ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), será descontado de todos os empregados não sindicalizados beneficiários da presente Convenção uma CONTRIBUIÇÃO, com direito de

oposição, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL em favor do SINTRANSTUR, aprovada em ASSEMBLÉIA(S) GERAL(IS) EXTRAORDINÁRIA(S) ESPECÍFICA(S), inclusive com item ESPECÍFICO do desconto assistencial profissional/negocial, realizada em 06 de dezembro de 2025, na sede do Sintranstur, em 2ª Convocação, conforme EDITAL DE CONVOCAÇÃO publicado no jornal Folha de Pernambuco, seção Classificados, em 19/12/2025, com as seguintes destinações: custear as despesas da campanha salarial, tais como honorários, publicação de Editais, divulgação, necessárias a celebração do presente instrumento, manutenção dos serviços prestados pelo sindicato e administração em geral. CONTRIBUIÇÃO esta correspondente a **3% (três por cento) do salário reajustado**, em valor único nos termos da presente CCT, valor a ser descontado na folha de pagamento referente ao salário do mês imediatamente seguinte ao edital que será publicado após o registro da Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, e ser recolhido até 05 (cinco) dias úteis após o pagamento da folha do mês descontado, em guia própria fornecida pelo sindicato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica estipulado o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação em jornal de grande circulação após a data do registro da presente convenção coletiva de trabalho pela SRTb/PE/ME, de informativo contendo as condições de desconto, prazo para oposição ao referido desconto, que concederá aos interessados o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de oposição individual ao referido desconto assistencial profissional/negocial, que deverá ser protocolada/apresentada por escrito e assinada contendo a qualificação completa do trabalhador, endereço e empresa onde trabalha, exclusivamente pelo trabalhador na sede do SINTRANSTUR.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Publicação que trata do parágrafo anterior será promovida pelo Sindicato Profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O montante arrecadado será repassado ao SINTRANSTUR, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas encaminharão ao SINTRANSTUR, pelo e-mail [sintranstur.adm@gmail.com](mailto:sintranstur.adm@gmail.com), no mês do efetivo desconto, a relação dos empregados dos quais procedeu ao desconto da CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL estabelecida nesta Convenção Coletiva de Trabalho, para que o mesmo emita o respectivo boleto bancário em guia própria com vencimento para pagamento no prazo acima estipulado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nos casos de RECUSA POR PARTE DO EMPREGADOR de efetuar o desconto, quando não havendo oposição pelo empregado e/ou consequente recolhimento do desconto assistencial à entidade profissional, serão propostas as competentes ações de cumprimento perante a Justiça do Trabalho. Independentemente, de queixa criminal, nos casos em que o empregador efetuar o desconto dos empregados e não repassar à entidade profissional, por configurar apropriação indébita, bem como representação cível e criminal em caso de constatação de conduta antissindical do empregador sobre o empregado fomentando fazer oposição ao desconto.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os descontos assistenciais recolhidos serão de inteira e exclusiva responsabilidade da entidade profissional, que responderá por sua aplicação nos termos do estatuto social.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na hipótese de haver questionamentos administrativos ou judiciais contra o desconto, caberá ao Sindicato Profissional responsabilizar-se pelas custas administrativas, processuais ou qualquer ônus resultado de condenação que venham a existir.



**PARÁGRAFO OITAVO:** Caso a empresa não faça os descontos, referentes a Contribuição Assistencial/Negocial Profissional, a mesma arcará com o pagamento integral da referida contribuição, além da multa de 10% do piso salarial, por funcionário abrangido pela CCT, de acordo com a cláusula terceira, valor este revertido integralmente ao SINDICATO PROFISSIONAL.

**PARÁGRAFO NONO:** O desconto da Contribuição Negocial Laboral é extensivo aos empregados que forem contratados durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIÁRIOS**

São beneficiários deste negócio jurídico os empregados, independente da nomenclatura da função, abrangidos nas representações sindicais, na base territorial dos Sindicatos dos Empregados, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Conveniente Empregador, excetuados aqueles que, embora laborando para elas, pertencem a outras categorias profissionais diferenciadas (art. 511 da CLT), ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondente a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO QUADRO DE AVISOS**

As empresas afixarão, em seu quadro de avisos, comunicações oficiais do Sindicato, que não versem sobre assuntos políticos ou tentem a empresa, seu funcionamento ou seus prepostos os quais serão encaminhados ao setor competente da empresa, incumbindo-se esta da afixação em até 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os comunicados deverão ser efetuados em papel timbrado do Sindicato e assinado por seu Presidente, e os cartazes deverão vir acompanhados de ofício, solicitando sua fixação.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

Obrigam-se os sindicatos convenientes, expedirem, em conjunto, desde que solicitados oficialmente, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, declarações para as empresas, que se encontra em situação regular para com as entidades, onde farão constar a seguinte expressão: "ENCONTRA-SE NOS TERMOS DA ATUAL CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO-2025 E DA ANTERIOR, COM SUAS OBRIGAÇÕES SINDICAIS REGULARIZADAS".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A declaração prevista no caput só terá validade quando emitida e assinada conjuntamente pelos respectivos representantes dos sindicatos convenientes, devendo ser apresentada por ocasião das homologações dos haveres rescisórios dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na referida declaração os sindicatos farão constar à regularidade no cumprimento das obrigações de entregas das guias do INSS e FGTS, pagamento de salário, auxílio-alimentação e de vale-transporte, comprovante de Contribuição Patronal e Laboral e benefícios sociais, na forma prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho, fornecida pelos Sindicatos Patronal e laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ficam os sindicatos expressamente proibidos de darem publicidade as quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de responder por perdas e danos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A comprovação dos itens relacionados no caput desta cláusula será feita até o dia 10 do mês subsequente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os sindicatos se comprometem a envidarem esforços no sentido de fazer constar à apresentação desse atestado em todos os certames licitatórios.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A certidão terá validade de 30 dias.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA SUCESSÃO DO CONTRATO**

As empresas, que por ventura, venham a assumir em decorrência de processo de licitação pública, contrato de prestação de serviço de uma outra empresa, obriga-se a contratar, pelo menos 70% (setenta por cento) dos efetivos lotados naquele contrato, desde que esse efetivo haja sido colocado a sua disposição, por escrito, pela empresa remanescente, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do novo contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O percentual previsto no caput, poderá deixar de ser atendido nas seguintes hipóteses:

- a) que não haja recusa do empregado em ser contratado pela nova empresa;
- b) que as verbas rescisórias não estejam devidamente homologadas na forma da lei e que o empregado seja devidamente aprovado nos exames adimensionais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas que absorverem trabalhadores, na conformidade do previsto no caput, não responderão por nenhuma obrigação trabalhista, administrativa ou judicial, decorrentes de acordos preexistentes e poderão efetivar acordos coletivos de trabalho regulando o processo desta sucessão.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PROCEDIMENTOS EM CERTAMES LICITATÓRIOS**

Deverão os sindicatos convenientes acompanhar os certames licitatórios, verificando se as empresas participantes apresentaram prova de quitação da contribuição sindical e do recolhimento da contribuição sindical descontada dos respectivos empregados, uma vez que assim determina o art. 607 da CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO PATRONAL**

Os sindicatos dos trabalhadores reconhecem o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, como a única, legítima e competente entidade sindical, que representa a classe patronal constituída pelas empresas do segmento de Asseio, Conservação, locação de mão de obra, de limpeza pública e que executa atividades correlatas de terceirização, as quais são por ele representadas ativa e passivamente.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA CONVENÇÃO COLETIVA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS OU ADMINISTRATIVAS**

Em virtude dos processos licitatórios serem públicos, os Sindicatos Laboral e Patronal se comprometem a remeter representantes qualificados nas aberturas para entregar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como, sugerir a exigência da Regularidade Sindical dentro dos parâmetros do Art. 607 da C.L.T., que veda a formalização de contratos com empresas inadimplentes com seus sindicatos.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA REVOGAÇÃO**

Na forma do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nos anteriores acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho existentes entre as partes ora acordantes devem consideradas revogadas, sendo substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo em

virtude da plena negociação delas o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

As partes ajustam que na vigência desta convenção coletiva não será instituída a Comissão de Representantes dos Empregados nas Empresas, prevista nos artigos 510-A, 510-B, 510-C e 510-D e seus parágrafos, da Lei nº 13.467/2017, ficando mantida a representação dos empregados pelo Sindicato Laboral, conforme autoriza o artigo 611-A, VII, do mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caberá, portanto, ao Sindicato Laboral representar os empregados, tendo em vista que hoje já se encontra estruturado e executa as atividades atribuídas à Comissão de Representantes dos Empregados pela nova legislação.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO RECONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO**

O sindicato laboral reconhece a representatividade do sindicato patronal como único representante das funções existentes nas empresas, enquadradas nas hipóteses estabelecidas no art. 570 e seguintes da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**

Pelo presente instrumento coletivo de trabalho, fica assegurado ao Sindicato obreiro, com a devida ciência a representação patronal, a faculdade de renovar/ firmar com as empresas da categoria Acordos Coletivos de Trabalho, instituindo e regulamentando: Banco de horas; Escala de trabalho respeitadas as jornadas legais, Redução de Jornada de trabalho; Redução do intervalo intrajornadas para refeição e descanso para 30 minutos, substituição do vale transporte pelo pagamento em espécie

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA MULTA**

Fica estabelecido, multa no valor do piso da categoria, em prol do trabalhador, sem cumulatividade, na hipótese de descumprimento de quaisquer das cláusulas da presente avença.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO, RENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, renúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinada as normas estabelecidas no art. 615 da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO JUÍZO COMPETENTE - CONTROVÉRSIAS**

Compete a Justiça Especializada do Trabalho, com fundamento no art. 7º, inciso XXVI, e “**caput**” do art. 114, da Constituição da República Federativa do Brasil, dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação

da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive para julgamento das Ações de Cumprimento de correntes.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Quaisquer dúvidas, controvérsias, ou litígios, resultantes da interpretação ou aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho, respeitada a sua competência constitucional.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DOS ACORDOS COLETIVOS**

Os Acordos Coletivos de Trabalho serão firmados com assistência das entidades convenientes, sob pena de nulidade.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - IMPACTO ECONÔMICO FINANCEIRO SOBRE OS CONTRATOS**

O custo dos contratos de prestação de serviços vigentes sofrerá um impacto econômico-financeiro de acordo com o percentual de acréscimo que será divulgado através de correspondência circular do SEAC/PE, considerando o custo da mão de obra utilizada na realização dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - COMPARTILHAMENTO DE DADOS - LGPD**

Em face da Lei n. 13709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, § 3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário e quando autorizados por determinação legal, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços.

}

**JOSE MARIA MARTINS DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS TRAB TRANSP COLE INTERM INTER ROD TUR,FRET,ESC,ALTE**

**AGOSTINHO ROCHA GOMES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA AGE**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.





(MODELO)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

DECLARO que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida em, \_\_\_\_\_, está regulamente vinculada ao Sindicato \_\_\_\_\_, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

---

(Assinatura do Representante Legal)

## INSTITUTO AGGEU MAGALHAES - FIOCRUZ/PE

**Estudo Técnico Preliminar 47/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: SEI 25382.000830/2025-87

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O objeto do presente estudo visa à contratação de empresa para a prestação de serviços contínuos de condução de veículos oficiais, pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães-IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco.

2.2. Essa contratação se faz necessária para atender às demandas de serviços de campo e convênios das áreas de Pesquisa e Ensino do IAM/Fiocruz-PE. Por motivo da alta frequência destas atividades e, geralmente, por estas acontecerem em municípios mais distantes, torna-se mais viável a manutenção de uma frota própria, pois a necessidade de estadias mais prolongadas em outras regiões implicaria em um custo mais alto de contrato para locação.

2.3. A terceirização da atividade de condução de veículos é viável, sendo legalmente respaldada pelo Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta a execução indireta de serviços auxiliares no âmbito da administração pública federal.

2.4. A atividade de condução de veículos oficiais não se enquadra nas vedações do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, tampouco nos impedimentos dispostos no art. 9º da Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MP. Ao contrário, trata-se de serviço de natureza acessória, expressamente permitido no §1º do art. 3º do mesmo decreto:

*“Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”*

2.5. A referida atividade também é elencada como preferencialmente terceirizável pela Portaria MP nº 443/2018, conforme disposto em seu art. 1º, inciso XXVIII: *“transportes”*.

2.6. A Lei nº 9.632/1998 autoriza a execução indireta de atividades relativas a cargos extintos na Administração Pública Federal, como o de motorista. Além disso, a Lei nº 14.133/2021, admite a contratação por terceiros de serviços acessórios que apoiem a atividade-fim, conforme previsto em seu art. 48.

2.7. Dessa forma, a referida contratação caracteriza-se como medida essencial e de interesse público, uma vez que viabiliza a execução das atividades finalísticas de Pesquisa e Ensino do IAM/Fiocruz-PE. Tal medida está alinhada às diretrizes de racionalização de gastos, economicidade e vantagem técnica e operacional, em consonância com o Decreto nº 8.540/2015.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Administração geral - SEAG	Patrícia Alves Neves

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação****Classificação dos serviços**



4.1. Prestação de serviços contínuos de condução de veículos oficiais pertencentes à frota do Instituto Aggeu Magalhães-IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco, com dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de empreitada por preço unitário.

4.1.1 O regime de execução será o por preço unitário, tendo em vista que o valor a ser pago é mensurado considerando unidades de medida, que são os postos de serviço. O preço mensal a ser pago pelos serviços é o somatório dos postos de trabalho efetivamente disponibilizados, ainda que sobre estes possam ocorrer descontos por eventuais descumprimentos contratuais ou penalidades;

4.1.2 A adoção do regime de contratação por preço unitário fundamenta-se na natureza do objeto, cujos quantitativos não podem ser previamente definidos com a precisão necessária para o regime de preço global. Tal escolha visa garantir que o pagamento seja realizado estritamente com base nos serviços efetivamente executados e medidos, em observância ao princípio da economicidade e à eficiência na execução contratual, evitando pagamentos por serviços não realizados ou distorções causadas por estimativas imprecisas.

4.1.3. O serviço de condução de veículos oficiais é considerado um serviço comum porque, nos termos do Decreto nº9.287/2018, enquadra-se na categoria de “veículos de serviços comuns”, já que é destinado exclusivamente ao transporte de material ou ao transporte de pessoas a serviço público, utilizando veículos de modelo básico, sem identificação especial ou prerrogativa de representação, e destinado a atender atividades funcionais cotidianas da administração pública federal ([www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)).

4.2. A contratação compreende a disponibilização da mão-de-obra (motoristas) e o fornecimento de uniformes condizentes com a atividade e confeccionados em material de qualidade.

4.3. O regime de execução será o por preço unitário, tendo em vista que o valor a ser pago é mensurado considerando unidades de medida, que são os postos de serviço. O preço mensal a ser pago pelos serviços é o somatório dos postos de trabalho efetivamente disponibilizados, ainda que sobre o mesmo possam ocorrer descontos por eventuais descumprimentos contratuais ou penalidades;

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **Requisitos requeridos dos profissionais**

4.6. Carteira Nacional de Habilitação categoria “B” ou superior;

4.7. Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS;

4.8. Conhecimento das rotas da Região Metropolitana do Recife e interior de Pernambuco

4.9. Curso de direção defensiva e primeiros socorros;

4.10. Ensino fundamental completo;

4.11. Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;

#### **Infraestrutura a ser disponibilizada pela contratante**

4.12 Os veículos oficiais serão de propriedade do IAM/Fiocruz, cabendo à contratada apenas a disponibilização dos motoristas e execução dos serviços.

#### **Sustentabilidade**

4.13. A empresa contratada deverá observar, sempre que possível, práticas sustentáveis na execução do contrato, especialmente no que tange ao uso racional de recursos e à promoção do bem-estar dos trabalhadores. Será valorizada a adoção de medidas que contribuam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como redução da emissão de poluentes, uso consciente de combustíveis e descarte adequado de resíduos.

4.14. A contratada deve realizar, anualmente, treinamento de Eco Condução e Educação Ambiental para todos os condutores alocados ao contrato, visando a redução do consumo de combustível e a mitigação da emissão de gases poluentes, sendo comprovado mediante a entrega à Fiscalização de cópia dos certificados individuais do curso, em até 30 dias após a assinatura do contrato ou da renovação anual.

4.15. A contratada deverá controlar multas e acidentes.

4.16. A contratada deverá proporcionar segurança aos passageiros, impedindo qualquer fato que coloque em risco a sua integridade física e psíquica.

4.17. A contratada deverá adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.18. A contratada deverá promover curso de prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço. A participação no curso deverá ser comprovada a cada renovação da vigência contratual, por meio de lista de presença assinada pelos participantes e emissão de certificados.

4.19. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

4.20. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no item 5.7.2 do Plano Diretor de Logística sustentável da Fiocruz, disponível no sítio eletrônico: <https://portal.fiocruz.br/documento/plano-de-logistica-sustentavel-fiocruz>, bem como à versão atualizada do Caderno de Logística Plano Diretor de Logística Sustentável 2024 do Governo Federal, que estabelece diretrizes para práticas sustentáveis, racionalização de gastos e otimização de processos institucionais, garantindo que a gestão da frota e a prestação dos serviços de condução sejam realizadas de maneira eficiente, com o mínimo de impacto ambiental possível.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. As soluções relacionadas a seguir foram verificadas em editais de contratações de serviços similares:

5.1.1. Solução 1: Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços por meio da contratação por posto de trabalho.

5.1.2. Solução 2: Contratação de empresa com fornecimento de mão de obra e de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, sob demanda.

5.2. Das soluções existentes no mercado, a que melhor atende às necessidades operacionais da unidade é a prestação de serviço por posto de trabalho, modelo no qual os profissionais da contratada permanecem alocados nas dependências do órgão, com dedicação exclusiva. Trata-se de uma prestação de serviço continuada, de natureza difusa e não mensurável por produto, sendo, portanto, inviável a contratação por demanda ou por resultado.

5.3. Foi realizado levantamento de mercado acerca do perfil dos fornecedores que atuam no segmento, identificando-se que há ampla competitividade e número considerável de empresas aptas a prestar esse tipo de serviço, o que reforça a viabilidade da contratação.

5.4. Nos termos do item 8 (Estimativa do Valor da Contratação), o preço referência será definido conforme o Anexo V, item 2.9, alínea "b", subitem b.1 da Instrução Normativa nº 05/2017, utilizando-se planilha de preços para definição do valor máximo global, a qual será anexada ao Termo de Referência.

5.5. A contratação será instruída com planilha de custos detalhada, conforme exigências da IN SEGES/ME nº 65/2021, do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e das demais orientações técnicas vigentes, garantindo total conformidade legal.

5.6. Serão observadas as disposições constantes na **Convenção Coletiva de Trabalho PE000080/2026**, especialmente no que se refere ao piso salarial, benefícios obrigatórios e encargos sociais aplicáveis aos profissionais motoristas.

5.7. A solução escolhida visa garantir a eficiência operacional e a economicidade, conforme jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos nº 1.214/2013 e 408/2019 – Plenário), assegurando a seleção da proposta mais vantajosa à Administração com base em critérios realistas e compatíveis com o mercado.

5.8. Ressalta-se que a contratação pretendida não envolve complexidade técnica ou exigências que dificultem o recrutamento dos profissionais, tratando-se de prática usual e consolidada em órgãos públicos, o que contribui para a exequibilidade e efetividade da contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução encontrada para atendimento às necessidades do IAM/Fiocruz-PE, conforme descritas no tópico específico do presente documento, foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de condução de veículos oficiais, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para condução de veículos da frota oficial do IAM/Fiocruz-PE, de forma contínua, sob fiscalização técnica de seus servidores.

6.2. Diante das características do serviço, opta-se pela empreitada por preço unitário, tendo como unidade de medida o posto de trabalho, com pagamentos condicionados à assiduidade dos trabalhadores, dias efetivamente trabalhados, e à fruição dos benefícios legais, conforme definido no contrato.

PERFIL DO SERVIÇO, QUANTITATIVO DE POSTOS E JORNADA DE TRABALHO:

Perfil	Qtde. de postos para ocupação imediata	Jornada semanal	Horário de trabalho
Motorista CBO 7823	4	40 horas	2ª à 6ª - 8hs às 17hs **

\*\*Intervalo de 1 (uma) hora de almoço.

6.3. Os horários dos serviços contratados poderão ser ajustados de acordo com as necessidades do IAM /Fiocruz-PE.

RELAÇÃO DAS VIATURAS

6.4. Segue a relação das viaturas atualmente existentes no IAM/FIOCRUZ-PE. Quaisquer umas dessas viaturas poderão ser objeto de condução por parte dos motoristas da Contratada. Cabe lembrar que esta relação poderá sofrer alteração durante a validade do Contrato, devido a possíveis acréscimos ou substituições das viaturas.

Veículo	Descrição
NISSAN/FRONTIER	Placa: PGK 1580; diesel; ano de fabricação: 2012/13; chassi: 94DVCUD40DJ492527.
CHEVROLET / S10	Placa: PGQ 6821; diesel; ano de fabricação: 2013; chassi: 9BG148FHODC499562.
CHEVROLET/S10	Placa: QYM0F51; diesel; ano de fabricação 2020; chassi: 9BG148FK0LC442213.
L200	Placa: RIR1A69; diesel; ano de fabricação 2018; chassi: 93XLJKL1TKCJ17537.

DINÂMICA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.5. Conduzir servidores para realização de serviços de campo na região metropolitana da capital do estado de Pernambuco e, eventualmente, em viagens de curta duração para o interior do estado ou para municípios do Nordeste;

6.6. Atender necessidades que apenas possam ser supridas por meio da utilização de veículo oficial;

6.7. Conduzir veículos oficiais para abastecimento, em postos de combustíveis credenciados pelo contrato de abastecimento de combustível que estiver em vigência;

6.8. Conduzir veículos oficiais para fins de reparo, em oficinas credenciadas pelo contrato de manutenção de veículos que estiver em vigência;

6.9. Conduzir veículos oficiais para transporte de cargas, materiais, malotes e equipamentos, relacionados às atividades meio ou finalísticas da Instituição;

6.10. Elaborar resumo dos registros diários dos veículos (quilometragem, trajeto e outros);

6.11. Auxiliar nos serviços relacionados à conservação dos veículos;

6.12. Exceder o horário de serviço estabelecido no contrato, eventualmente, em razão de demanda extraordinária, tais como serviços de campo ou eventos, em feriados e finais de semana, com pernoite em outro município não pertencente à região metropolitana da respectiva capital.

6.13. O IAM/FIOCRUZ-PE fará opção pelo regime de compensação de jornada, conforme expresso em convenção coletiva de trabalho, podendo haver ampliação em um dia, com redução em outro, sendo consideradas horas extra as que excederem o limite de 192 (cento e noventa e duas) horas/mês efetivamente trabalhadas;

6.14. Em consonância com o Decreto nº. 12.174, de 11 de setembro de 2024, alterado pelo Decreto nº. 12.926, de 13 de abril de 2026, a Compensação da Jornada de Trabalho também será possível quando:

6.14.1. houver a diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho, inclusive em razão de recesso de final de ano, quando houver;

6.14.2. houver a necessidade eventual de caráter pessoal de trabalhador em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhador substituto.

6.15. Não será considerado como jornada de trabalho, nem ensejará o pagamento de qualquer remuneração, o período em que o motorista ficar espontaneamente no veículo durante o gozo de seus intervalos intrajornada.

DIÁRIAS DE VIAGEM

6.16. Entende-se por diária a ajuda de custo paga pela Contratada aos seus empregados por ocasião de viagens realizadas a serviço, com deslocamento para fora da sede, devidamente autorizadas pela Administração. O valor da diária segue o que é praticado para servidores do IAM/FIOCRUZ-PE, conforme estabelecido na CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PE000080/2026.

6.16.1. Valor unitário da diária: R\$ 165,88.

6.16.2. Total estimado de 10 (dez) diárias de viagem mensais.

6.16.3. Total estimado anual: 120 diárias.

6.17. O empregado fará jus a uma diária sempre em deslocamentos fora da região metropolitana do Recife com distância acima de 80 km, com ou sem pernoite.

6.18. Para cada dia de deslocamento que implique pernoite, será devida uma diária de viagem, independente da distância;

6.18.1. Na hipótese de deslocamento para localidade fora da região metropolitana da capital, com distância inferior a 80 km, que não resulte em pernoite e que o retorno à sede da CONTRATANTE ocorra após as 18h e antes das 23h, será devido o pagamento de ½ (meia) diária;

6.18.2. Na hipótese de deslocamento para localidade fora da região metropolitana da capital, com distância inferior a 80 km, que não resulte em pernoite e que o retorno à sede da CONTRATANTE ocorra após as 23hs, será devido o pagamento de 1 (uma) diária;

6.18.3. Na hipótese de deslocamento para localidade fora da região metropolitana da capital, com distância inferior a 80 km e que o retorno à sede da CONTRATANTE ocorra até as 17hs, não será devido pagamento de diária de viagem;

6.18.4 Na hipótese de deslocamento superior a 1 (um) dia de viagem, aplica-se para o dia de retorno as condições das alíneas 6.16.1, 6.16.2 e 6.16.3;

6.18.5 Os valores a título de diárias de viagem serão pagos mediante relatório e comprovação das diárias;

6.18.6. A empresa deverá apresentar sua proposta, conforme Anexo - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - DIÁRIAS, contendo o valor total deste item correspondente a 10 (dez) diárias de viagem mensais, para vigência contratual.

6.18.7. Os valores das diárias, constantes das propostas das empresas licitantes, não poderão ser inferiores aos previstos na convenção coletiva a qual a proposta estará vinculada.

6.19. Dessa forma, tais despesas estarão constando em planilha de custos anexa ao Termo de referência, e serão somadas ao valor total da proposta de preço das licitantes, compondo o custo final da contratação.

## **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.20. O prazo para início da execução dos serviços será o definido no termo de contrato assinado.

## **UNIFORMES**

6.21. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

6.21. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

6.21.1. Calça jeans azul escuro;

6.21.2. Camisa polo em piquet, 100% algodão, na cor azul clara;

6.21.3. Par de sapatos, tipo sapatênis, com cadarço, solado de borracha, cor azul marinho, de boa qualidade;

6.21.4. Meia esportiva, cor branca;

6.21.5. Cinto de couro, cor marrom;

6.22. O conjunto completo do uniforme, corresponde a 02 (duas) calças, 03 (três) camisas, 03 (três) pares de meia, 01 (um) par de sapatos e 01 (um) cinto;

6.23. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- 6.23.1. 02(dois) conjuntos completos ao empregado no início da vigência do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme após 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- 6.23.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 6.24. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A estimativa dos quantitativos necessários para a execução dos serviços de condução de veículos oficiais da frota do Instituto Aggeu Magalhães – IAM, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Pernambuco – FIOCRUZ-PE, foi elaborada com base na previsão das necessidades operacionais da instituição. A quantidade de motoristas e veículos foi dimensionada considerando a demanda contínua de deslocamentos, tanto para atividades internas quanto externas, de acordo com a rotina administrativa e operacional da FIOCRUZ-PE.
- 7.2. Os serviços de condução deverão ser realizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o que garante a disponibilidade contínua de motoristas qualificados para atender às necessidades da frota oficial. A estimativa do número de motoristas e veículos leva em consideração os deslocamentos regulares, o volume de viagens realizadas por mês e a necessidade de manutenção da frota, bem como a adequação à carga horária necessária para a execução dos serviços sem interrupções.
- 7.3. A quantidade de recursos (motoristas e veículos) foi projetada para garantir que os serviços sejam executados de forma eficiente, dentro dos parâmetros exigidos, e sem comprometimento da continuidade das atividades da FIOCRUZ-PE. Todos os dados foram considerados de forma a refletir a demanda habitual, com margens de segurança que possibilitem o bom andamento das operações.
- 7.4. Para definir o quantitativo de postos a serem alocados no contrato, a equipe de planejamento levou em conta o histórico no processo 25382.000308/2022-52, dos postos já existentes para os serviços.
- 7.5. Assim, a quantidade necessária definida para a presente contratação atual é de (04) postos de trabalho, com base nas necessidades específicas de todos os setores da Unidade, de acordo com o quadro abaixo.

Quantidade de postos de trabalho – Contrato proposto

Posto	CBO	Nomenclatura	Carga horária	Quantidade Total
1	7823	Motorista	40 horas semanais	4
Total				4

DESCRITIVO DOS PERFIS E REQUISITOS DOS CARGOS

- 7.6. Os empregados a serem alocados na execução dos serviços, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, deverão atender às especificações e requisitos estabelecidos abaixo:

Descrição	MOTORISTA
CBO	<ul style="list-style-type: none"><li>7823</li></ul>
Formação	<ul style="list-style-type: none"><li>Ensino fundamental Completo;</li></ul>
Descrição sumária	<ul style="list-style-type: none"><li>Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas, realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas, trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.</li></ul>

Competências pessoais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrar: iniciativa, flexibilidade, criatividade, autocontrole, persistência, proatividade, demonstrar capacidade de: adaptação de linguagem, empatia, observação, facilidade de comunicação, organização, transmitir credibilidade, contornar situações adversas, trabalhar em equipe.</li> </ul>
Experiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo mínimo de 1 (ano) ano de experiência na respectiva categoria, devidamente comprovada na CTPS*</li> </ul>
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conduzir veículos oficiais;</li> <li>• Executar suas atribuições observando sempre o determinado pela Lei nº. 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro;</li> <li>• Realizar a calibragem de pneus e vistoriar suas condições;</li> <li>• Manter os veículos oficiais abastecidos com combustível adequado;</li> <li>• Acompanhar a necessidade de troca de óleo e filtros, reportando-se ao fiscal do contrato.</li> <li>• Levar os veículos e encaminhá-los para manutenção, sempre que necessário;</li> <li>• Comunicar ao fiscal do contrato qualquer problema mecânico, elétrico e de funilaria;</li> <li>• Prezar pelas normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente;</li> <li>• Conduzir os veículos oficiais de forma a garantir a integridade física dos ocupantes;</li> <li>• Executar atividades auxiliares afins.</li> </ul>
Exigências necessárias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os motoristas deverão possuir curso de primeiros socorros e direção defensiva;</li> <li>• Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas;</li> <li>• Atestado de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças Federal e Estadual/Distrital;</li> </ul>
Horário de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2ª à 6ª - 8hs às 17hs**</li> <li>• Intervalo de 1 (uma) hora de almoço.</li> </ul>

\*Obs 1.: O prazo de experiência maior (01 ano, no caso) foi estipulado por razões operacionais, alinhado ao princípio da proporcionalidade e às exigências da função. Por exemplo, funções que envolvem maior responsabilidade ou riscos justificam tempo de experiência. Em relação ao art. 442-A da CLT, de que não é possível exigir experiência prévia superior a 6 meses, não se aplica ao caso em questão. O artigo em questão regula exclusivamente a relação direta entre empregadores e empregados e não abrange contratos de prestação de serviços entre empresas, regidos por normas específicas.

\*\*Obs 2.: Os horários dos serviços contratados poderão ser ajustados de acordo com as necessidades do IAM /Fiocruz-PE.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 473.956,58

8.1. A Administração utilizou em sua estimativa de custos, os encargos trabalhistas e previdenciários legais e os impostos municipais, estaduais e federais pertinentes, respeitada a forma de tributação das empresas.

8.2. Embora os itens da Planilha de Custos que se referem aos custos indiretos e ao lucro se apresentem como prerrogativa das licitantes, a Administração tem o dever de atender à jurisprudência do TCU, bem como às recomendações constantes de seus acórdãos mais recentes, que apresentam estudos com os percentuais aceitáveis para tais. Assim a Administração utilizou para fins de estimativa do valor da contratação os percentuais de 5% para custos indiretos e 10% para lucro, sendo considerados como máximos aceitáveis, conforme os editais do TCU, listados nos links abaixo:

8.3. Importante registrar que, no caso dos custos indiretos e da margem de lucro é permitido que as licitantes cotem percentuais individuais fora dos patamares definidos no edital, desde que respeitado o resultado da soma do limite. Essa recomendação foi oriunda do Acórdão n. 408/2019 – TCU – Plenário e do Parecer Jurídico n. 379/2019.

8.4. O STJ em seu Manual de Preenchimento de Planilha de Custos, considerou o seu histórico de contratações para considerar razoável o percentual máximo de para alíquota de custos indiretos, que também é compatível com **5,00%** (cinco por cento) diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência

8.5. Para o LUCRO, o STJ também utiliza parâmetro semelhante ao dos custos indiretos, considerando o seu histórico de contratações, considerando razoável o percentual máximo de para a taxa de lucro, que também é **10,00%** (dez por cento) compatível com diversos estudos técnicos empreendidos por órgãos públicos de referência.

8.6. Desta forma, ainda conforme as orientações do STJ, embora o modelo apresente um índice máximo dos custos indiretos e do lucro, a equipe de planejamento poderá sugerir o estabelecimento de outro percentual máximo com base em pesquisa em contratos semelhantes no âmbito da unidade da federação pretendida e fazer uma média aritmética.

8.7. Conforme contido na Portaria nº 44/2018- TCU em seu Art 6º Inciso XXII Alínea a “as planilhas de custos e formação de preços, deverão conter: a) a indicação do acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa proferida em dissídio coletivo ou lei.” que subsidia os valores atinentes aos insumos de mão de obra, quando for o caso

8.8. Assim, foi utilizada como parâmetro para nortear os valores dos insumos (incluindo benefícios) deste estudo preliminar a Convenção Coletiva De Trabalho 2026/2026, PE000080/2026 - registro no Ministério do Trabalho, data do registro: 29/01/2026 e os sindicatos participantes: SIND DOS TRAB TRANSP COLE INTERM INTER ROD TUR,FRET,ESC,ALTE, CNPJ n. 03.008.031/0001- 87, E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL, CNPJ n. 24.163.511/0001- 92.

8.9. Quanto aos valores dos salários, que é um dos itens que compõem a formação do valor estimado, foi utilizado o piso das categorias envolvidas na contratação, tendo em vista que a atividade não necessita de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, razão pela qual será seguida o instrumento coletivo de trabalho específico da categoria.

8.9.1. Importante salientar que os benefícios deverão respeitar os instrumentos coletivos de trabalho firmados entre os sindicatos das categorias profissionais envolvidas na contratação, de acordo com o que for apresentado pelas licitantes no certame.

8.9.2. Direitos e obrigações específicas de quaisquer das categorias envolvidas nesta contratação que não estejam previstas neste documento e que, comprovadamente, possuem base legal, deverão ser mencionados pelas empresas em suas propostas, para cumprimento e respectivo pagamento, inclusive quanto à carga horária máxima permitida

8.9.3. Acrescenta-se o fato de que a utilização da CCT nesta contratação objetiva estabelecer um parâmetro para garantir o piso mínimo de cada categoria, as despesas obrigatórias e respectivos benefícios como auxílio alimentação, eventuais seguros e outros, como também, servir como parâmetro legal para futuras repactuações e reajustes salariais.

## **METODOLOGIA UTILIZADA NA ESTIMATIVA DA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO**

8.10. O método aplicado está alinhado à legislação vigente e em conformidade com o “*Manual de planejamento da contratação de serviços terceirizados, com mão de obra em regime de dedicação exclusiva*”, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Terceirização, criado através da Portaria nº 03, de 18 de maio de 2022, da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional da Fiocruz.

8.11. O valor do piso salarial mensal para motoristas terceirizados, conforme cláusula quarta da referida CCT, é de **R\$ 3.087,41** (três mil, oitenta e sete reais e quarenta e um centavos). Este valor serve de base para a composição dos custos do posto de trabalho, sendo acrescidos dos encargos sociais, benefícios obrigatórios e demais componentes exigidos pela legislação e normas orientadoras da Administração Pública.

8.12. Para fins de composição da planilha de custos, conforme orientação do Setor Financeiro e com base no *Manual da UCI/Fiocruz*, página 54, adota-se o regime de tributação pelo Lucro Real (PIS = 1,65% e COFINS = 7,60%).

8.13. A utilização do Lucro Presumido se restringe à contratação de serviços de vigilância patrimonial, enquanto o Lucro Real aplica-se aos demais serviços terceirizados, tais como limpeza, conservação, apoio administrativo, motoristas, recepcionistas, entre outros.

8.14. Dessa forma, a tributação incidente sobre o lucro da contratada está inserida no Módulo 6 (MOD 6), que contempla custos indiretos, lucro e tributos, em conformidade com a IN SEGES nº 05/2017.

8.15. A planilha detalhada de custos será anexada ao Termo de Referência, conforme os parâmetros da IN SEGES/MP nº 05/2017 e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a viabilidade econômico-financeira da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.16. Considerando todos os fatos acima, os salários e os benefícios especificados na Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026, PE000080/2026, **estima-se que o valor contratual do objeto deste Estudo será de R\$ 473.956,58 (quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos)**, conforme demonstrado no Quadro abaixo:

Quadro – Estimativa de Custos

Postos	Descrição	CBO	Carga Horária Semanal	Total de Vagas	Salário Base	Custo Unitário	Custo Unitário Anual	Custo Total Mensal (Custo unitário X Total de vagas)	Custo Total Anual
1	MOTORISTA	7823	40H	4	R\$ 3.087,41	R\$ 9.315,52	R\$ 111.786,24	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96
Totais da mão de obra				4		R\$ 9.315,52	R\$ 111.786,24	R\$ 37.262,08	R\$ 447.144,96
(*) VALOR DE DIÁRIAS/PASSAGENS/DESLOCAMENTO + C. INDIRETO, TRIBUTOS E LUCRO								R\$ 2.234,30	R\$ 26.811,62
TOTAIS								R\$ 39.496,38	R\$ 473.956,58
VALOR TOTAL DA PROPOSTA									R\$ 473.956,58

(\*) Os valores previstos para diárias/Passagens/deslocamentos são fixos e deverão ser mantidos, a fim de promover a isonomia no certame.

SALÁRIOS

8.17. Conforme mencionado nos itens anteriores, esta contratação não exige mão de obra especializada, razão pela qual foi adotado o piso salarial da categoria. Além disso, os salários dos profissionais não poderão ser inferiores aos valores estabelecidos nos documentos oficiais do TR e seus anexos.

VALE-TRANSPORTE

8.18. A contratada deverá fornecer o auxílio transporte para utilização efetiva, por seus profissionais, em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, conforme Lei 7.418 de 16/12/85, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247 de 17/11/87.

8.19. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser obrigatoriamente pago no último dia útil do mês que antecede a prestação do serviço (Decreto nº 10.854/202, “Art. 107. O vale-transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para a utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.”).

8.20. O custo efetivo do auxílio transporte somente poderá ser repassado a Contratante mediante comprovação de uso deste benefício. Este custo será de acordo com os números de tarifas utilizadas pelo profissional para deslocamento.

8.21. Para efeito de estimativa de custo e isonomia entre as licitantes é fixado o fornecimento diário por empregado de 04 (quatro) tarifas modais, do transporte coletivo do local da prestação dos serviços (estado/município).

8.22. Valor da tarifa modal: R\$ 4,50.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

8.23. Não há uma lei geral que estabeleça obrigatoriedade de fornecimento de auxílio alimentação, ou seja, geralmente esse benefício não é um direito obrigatório para todo o empregado.



8.24. Todavia, conforme asseverado pela Assessoria Jurídica do STJ (Parecer nº 486/2018), isso não significa que não exista previsão legal, tendo em vista o fato de o auxílio-alimentação estar previsto no § 2º do art. 457 da CLT, não obstante o dispositivo não imprima um sentido obrigatório no pagamento da referida importância.

8.25. Sendo assim, a previsão dessa rubrica no modelo de Planilha de Custos se dá por sua possibilidade jurídica e na prática reiterada de os instrumentos coletivos que regem categorias profissionais alocadas nos órgãos públicos de disporem sobre a obrigatoriedade de concessão do benefício como verdadeiro incentivo aos empregados.

8.26. Importa elucidar que a alimentação concedida por meio de tickets ou cartão magnético (geralmente mais utilizados pelos empregados terceirizados em geral), deixou de ter natureza salarial com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista em 11/11 /2017:

*“Art. 457 (...) § 2º As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)”*

8.27. Ressalta-se que o auxílio-alimentação pago em dinheiro integra a remuneração do empregado, sendo incorporado ao contrato de trabalho e à base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.

#### **PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT)**

8.28. O PAT foi instituído pela Lei 6.321/76, como incentivo do Governo Federal para que as empresas concedessem ajuda na alimentação dos seus empregados de baixa renda, permitindo a dedução dessas despesas em até 4% do valor de imposto de renda.

8.29. O benefício pode ser estendido aos empregados com rendas maiores, porém, o valor não poderá ser superior ao concedido aos demais empregados. Além disso, a lei deixou claro que, ao aderir ao PAT, o benefício terá natureza indenizatória, entendimento confirmado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

8.30. Se a empresa participar do PAT, o desconto é limitado a 20% do custo da refeição (e não do valor do salário).

8.31. Conforme orientação no parágrafo nº 21 do Parecer Jurídico nº 486/2018, deve ser exigido da empresa licitante o comprovante de inscrição no PAT na fase de seleção do fornecedor e na gestão do contrato.

8.32. De acordo com o PAT, uma alimentação nutritiva e balanceada durante a jornada diária de trabalho tem por objetivo melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas para a qualidade de vida, a redução de acidentes de trabalho e o aumento da produtividade. O valor do vale-refeição será o estabelecido no instrumento coletivo de trabalho celebrado entre os sindicatos patronal e de empregados da categoria, que deverão estar indicados nas propostas de preços.

8.33. A Fiocruz é uma instituição de saúde pública, que integra o Ministério da Saúde e atua há 119 anos, desde a pesquisa básica até a produção final de fármacos e imunobiológicos, perpassando pelas áreas de pesquisa, ensino, inovação tecnológica, difusão da informação científica e atenção à saúde e conta com hospitais de referência.

8.34. É necessário destacar o contexto da força de trabalho terceirizada na Fiocruz, necessária para realização de suas atividades, em que pese ter realizado concursos públicos para ingresso de servidores, por força de um ajuste de conduta firmado com o Ministério do Trabalho, a quantidade de vagas tem sido insuficiente para a efetiva substituição dos postos de trabalho terceirizados, fato que alcança todas as Unidades da Fiocruz.

8.35. Nesse sentido, manter as condições de trabalho adequadas às funções exercidas na Fiocruz é condição essencial para a garantia da qualidade e da eficácia do serviço educacional público atualmente prestado. A preocupação com a saúde no trabalho é premissa adotada na Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que prevê ainda a busca pela melhoria das condições de trabalho.

8.36. Essa regulamentação, assim como outras decorrentes, a exemplo da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, instituída em 2012, pretendem atuar sobre as condições do ambiente de trabalho, processos de trabalho, demandas e problemas de saúde dos trabalhadores, dentre outros, que considerem a situação dos territórios onde estes estão inseridos, para a melhoria destas condições dos trabalhadores, independente de seus vínculos.

8.37. Em sendo o IAM ente público investido da condição de execução de políticas públicas, deve considerar nos seus processos de trabalho a promoção da melhoria das condições de vida e de saúde dos seus trabalhadores.

8.38. Nesse contexto, é necessário que as empresas licitantes observem essas questões e ofereçam condições para a alimentação dos trabalhadores, nos valores praticados no mercado.

8.39. Tendo em vista o caráter antecipatório do pagamento do benefício, deverá ser obrigatoriamente pago no último dia útil do mês que antecede a prestação do serviço

#### **PLANO DE SAÚDE E PLANO ODONTOLÓGICO**

8.40. O tipo de assistência médica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nos instrumentos coletivos de trabalho, indicados nas propostas de preços, devendo tais despesas serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços – Planilha de Custos e Formação de Preços da mão de obra (Módulo - “Benefícios Mensais e Diários”).

8.41. O contratantes deverão observar as orientações de Referência em Saúde do Trabalhador vigente, restando claro que as empresas deverão providenciar todas as condições necessárias à garantia das condições de saúde dos trabalhadores.

8.42. Não há uma lei geral que estabeleça obrigatoriedade de fornecimento de assistência médica, ou seja, geralmente esse benefício não é um direito obrigatório para todo o empregado.

8.43. Contudo, isso não significa que não exista previsão legal, visto que a Lei nº 10.243/2001 incluiu na CLT tal benefício como uma das utilidades que podem ser concedidas pelos empregadores aos seus empregados, não obstante o dispositivo não imprima um sentido obrigatório no pagamento da referida importância.

**“Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações “in natura” que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)**

**§1º Os valores atribuídos às prestações “in natura” deverão ser justos e razoáveis, não podendo exceder, em cada caso, os dos percentuais das parcelas componentes do salário-mínimo (arts. 81 e 82).(Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)**

**§2º Para os efeitos previstos neste artigo, não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: (Redação dada pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)**

*I – vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

*II – educação, em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos a matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

*III - transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

**IV – assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)**

*V – seguros de vida e de acidentes pessoais; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

*VI – previdência privada; (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

*VII – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.243, de 19.6.2001)*

*VIII – o valor correspondente ao vale-cultura. (Incluído pela Lei nº 12.761, de 2012)*

**§3º - A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário- contratual. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)**

**§4º - Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família. (Incluído pela Lei nº 8.860, de 24.3.1994)**

**§5º O valor relativo à assistência prestada por serviço médico ou odontológico, próprio ou não, inclusive o reembolso de despesas com medicamentos, óculos, aparelhos ortopédicos, próteses, órteses, despesas médico- hospitalares e outras similares, mesmo quando concedido em diferentes modalidades de planos e coberturas, não integram o salário do empregado para qualquer efeito nem o salário de contribuição, para efeitos do previsto na alínea q do § 9º do art. 28 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017) (g.n.)**

8.44. Para tanto, estimamos um valor máximo aceitável para tal benefício, angariado junto ao mercado de operadoras de planos, sendo certo que a Administração somente pagará este e qualquer outro benefício caso haja previsão em lei ou instrumento coletivo de trabalho.

## **SEGURO DE VIDA E FUNERAL**

8.45. O tipo de seguro de vida e funeral ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho. celebrada pelo Sindicato no qual a licitante for signatária.

## **BENEFÍCIOS EM GERAL**

8.46. O pagamento de outros benefícios seguirá as disposições da IN SEGES/MP nº 5/2017 (Anexo VII-B):

1. “2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios:

(...)

os benefícios, ou seus valores, a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver; Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, Artigo 6º.

Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

#### ADICIONAIS: INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE

8.47. **O adicional de insalubridade** encontra regulamentação entre os arts. 189 a 192 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 15, do Ministério do Trabalho e Previdência.

8.48. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

8.49. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40%, 20% e 10% do salário-mínimo nacional, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

8.50. Todavia, para fins de enquadramento e base de cálculo para o adicional insalubridade, devemos, primeiramente, observar o que dispõe a CCT da categoria a ser contratada pela Administração, haja vista que poderá, em virtude do art. 611-A, estabelecer o enquadramento do grau de insalubridade e o piso salarial como referência de base de cálculo.

8.51. A CLT estabelece que a eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá somente na hipótese de (i) adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e (ii) a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

**8.52. O adicional de periculosidade** é regulamentado pelo art. 193 da CLT e pela Norma Regulamentadora nº 16, do Ministério do Trabalho e Previdência. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

8.53. Desse modo, a Contratada deverá providenciar laudo para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, num **prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato. O laudo de insalubridade/periculosidade emitido por profissional competente poderá ser objeto de avaliação, que será realizado por profissional devidamente qualificado da Fiocruz.

8.54. Constatada a incidência de algum dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagar a todos os empregados respectivos desde o início da execução dos serviços, e, nesse caso, também haverá direito à revisão de preços, conforme preveem os arts. 135 e 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### ESCOLHA EM DUPLICIDADE DE ADICIONAIS:

8.55. A escolha está prevista no §2º do artigo 193 da CLT: “§2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.”

#### REEMBOLSO-CRECHE

8.56. A contratada deverá assegurar a concessão do benefício de reembolso-creche (ou auxílio-creche) a todos os seus trabalhadores vinculados à execução do contrato que possuam filhos, enteados ou crianças sob guarda judicial com idade de até 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses, observará as determinações do inciso III, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026, que alterou o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

8.56.1. os prazos e os procedimentos para os órgãos e as entidades adaptarem os processos internos de contratação em andamento, bem como o valor do benefício a ser pago ao trabalhador, as formas de comprovação dos gastos, os mecanismos para impedir a duplicidade de concessão do benefício e rotina e periodicidade da fiscalização do contrato serão regulamentados por Ato da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme disposto no Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026, que alterou o Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.

8.56.2. Após a publicação do referido ato, se aplicável, o custo referente a este benefício deverá ser devidamente provisionado na Planilha de Custos e Formação de Preços, garantindo que a implementação da medida não comprometa a saúde financeira da execução contratual.

## **PREVISIBILIDADE SOBRE O PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS**

8.57. A contratada deverá apresentar, em cronograma semestral ou anual, o plano de férias de seus trabalhadores vinculados à execução deste objeto, visando garantir a previsibilidade do gozo do descanso remunerado.

8.57.1. Tal planejamento deve observar o equilíbrio entre o direito ao descanso e ao convívio familiar do trabalhador e a manutenção da continuidade e qualidade dos serviços prestados à Administração Pública.

8.57.2 Eventuais alterações no cronograma deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, assegurando que a escala de substituição ou a distribuição de tarefas não prejudique as necessidades do serviço, em consonância com o Decreto nº 12.926, de 13 de abril de 2026.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A Equipe de Planejamento avaliou a possibilidade de parcelamento da solução, conforme preconiza o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando ampliar a competitividade e a economicidade da contratação.

9.2. No entanto, considerando que o objeto trata da prestação de serviços contínuos de condução de veículos oficiais, com dedicação exclusiva de mão de obra e necessidade de controle unificado da execução contratual, não se mostra viável o parcelamento da contratação.

9.3. A execução por uma única empresa permite padronização dos procedimentos, otimização da gestão do contrato, e facilidade no controle de jornada, substituições e atendimento às escalas de serviço, fatores que seriam dificultados caso houvesse fracionamento da contratação entre diferentes fornecedores.

9.4. Além disso, o quantitativo de postos de trabalho (04 motoristas) é considerado reduzido, e sua divisão em lotes distintos poderia comprometer a economicidade, elevar custos administrativos e gerar dificuldades operacionais na rotina institucional do IAM/Fiocruz-PE.

9.5. Assim, justifica-se a contratação de forma única e integral, em um único lote, por empresa especializada, como forma de garantir a eficiência na prestação dos serviços.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Existem contratações específicas para a manutenção dos veículos e para o fornecimento de combustíveis, destinadas aos carros utilizados na execução deste objeto. Embora sejam essenciais para a prestação do serviço, tratam-se de contratos distintos, firmados por meio de processos independentes deste.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PAC) do Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz/PE para o exercício de 2026, vinculada às demandas operacionais do IAM/FIOCRUZ-PE, conforme detalhamento a seguir:

1. Gestão/Unidade: 254421/ 25201
2. Fonte de Recursos: 1002000000
3. Elemento de Despesa: 339037
4. Código do Item (CADSER): 15008
5. Plano Interno: A1-IAM

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação visa garantir a continuidade dos serviços de condução de veículos oficiais, essenciais ao suporte logístico das atividades de campo, pesquisa e ensino do IAM/Fiocruz-PE.

12.2. Como benefício direto fornecerá à Unidade a logística necessária para alcançar uma proposta de pleno funcionamento das atividades destinadas ao atendimento de suas demandas e, como benefício indireto vislumbra a redução de eventuais contratações temporárias com a mesma finalidade.

12.3. Em relação à eficácia, busca o atendimento de todas as demandas de serviços de campo e no suporte às demais atividades finalísticas do IAM/Fiocruz-PE, inerentes aos serviços de condução de veículos oficiais. Quanto à eficiência, busca assegurar a continuidade da prestação de tais serviços, e do uso racional dos recursos financeiros.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas para implementação da contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impacto ambiental relacionado à referida contratação, por isso não há necessidade de medidas de tratamento ou mitigadoras para sanar os riscos ambientais posto que são inexistentes, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental em vigor.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe declara viável esta contratação, com base neste Estudo técnico preliminar

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PATRICIA ALVES NEVES**

Membro da comissão de contratação

**FREDERICO ANTONIO DE ARAUJO MOREIRA**

Membro da comissão de contratação

**DENISE SANTOS DE AQUINO LOPES**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mediador - Extrato Convencao Coletiva.pdf (352.74 KB)

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** PE000080/2026  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/01/2026  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR004067/2026  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 47979.211251/2026-71  
**DATA DO PROTOCOLO:** 28/01/2026

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND DOS TRAB TRANSP COLE INTERM INTER ROD TUR,FRET,ESC,ALTE, CNPJ n. 03.008.031/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE MARIA MARTINS DA SILVA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL, CNPJ n. 24.163.511/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AGOSTINHO ROCHA GOMES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Motoristas, Cobradores, Fiscais e Despachantes e Todos os Trabalhadores em Escritórios, Oficinas das Empresas de Transportes Coletivos Interestadual**; nas Empresas que fazem as linhas Rodoviárias Intermunicipais acima de 50 quilômetros ou fora da Região do Recife Metropolitano, Região da Mata Sul e Norte. Os Motoristas que Trabalham: nas Empresas que fazem Turismo e os Trabalhadores das Empresas que fazem Fretamento e os que fazem Transportes de Fretamento de um modo geral; nas Empresas Locadoras de Veículos; nas Garagens Rotativas de Estacionamento; nos Transportes Escolares e em Instituições de Ensino; na Rede de Hotelaria e Similares; na Rede Hospitalar; em Casas de Saúde, Clínicas, Ambulatórios, Consultórios Médicos e Odontológicos; em Escritórios de Advocacia, Contábeis, de Escritório de um modo geral; os Motoristas e Cobradores, inclusive todos os que Trabalham em Transportes Alternativos, Kombis, Vans, Jeep, Toyota, Caminhões adaptados para o Transporte Remunerado de Passageiros, e Todo tipo de Lotação destinado ao Transporte Remunerado de Passageiros; Motoristas que Trabalham para Entidades Religiosas e Filantrópicas e todos aqueles diretamente ligados à atividade Rodoviária, com abrangência territorial em Abreu e Lima/PE, Água Preta/PE, Aliança/PE, Amaraji/PE, Araçoiaba/PE, Barreiros/PE, Belém de Maria/PE, Buenos Aires/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE, Camaragibe/PE, Camutanga/PE, Carpina/PE, Catende/PE, Chã de Alegria/PE, Condado/PE, Cortês/PE, Escada/PE, Ferreiros/PE, Gameleira/PE, Goiana/PE, Igarassu/PE, Ilha de Itamaracá/PE, Ipojuca/PE, Itambé/PE, Itapissuma/PE, Itaquitinga/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jaqueira/PE, Joaquim Nabuco/PE, Lagoa de Itaenga/PE, Lagoa do Carro/PE, Lagoa dos Gatos/PE, Macaparana/PE, Maraial/PE, Moreno/PE, Olinda/PE, Palmares/PE, Paudalho/PE, Paulista/PE, Pombos/PE, Primavera/PE, Recife/PE, Ribeirão/PE, Rio Formoso/PE, São Benedito do Sul/PE, São José da Coroa Grande/PE, São Lourenço da Mata/PE, Sirinhaém/PE, Tamandaré/PE, Timbaúba/PE, Tracunhaém/PE, Vicência/PE, Vitória de Santo Antão/PE e Xexéu/PE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL**



Convencionam as partes que a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, o piso salarial diferenciado para os empregados que exercem a função de Motorista, lotados em contratos de prestação de serviços decorrentes de terceirização de serviços quer seja público ou privado, não se aplicando, pois, aos motoristas lotados diretamente na empresa, será de R\$ 3.087,41 (três mil, oitenta e sete reais e quarenta e um centavos).

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES SALARIAIS

Fica concedido e/ou garantido aos empregados que percebem os pisos da categoria profissional, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, no percentual de 10,59% (dez virgula cinquenta e nove por cento), percentual este acumulado dos exercícios de 2025 e 2026, tendo em vista que no ano de 2025 não houve a Convenção Coletiva de Trabalho por força do processo judicial nº 0000775-51.2025.5.06.0000 que garantiu e reconheceu a representatividade do Sintranstur, sendo certo que o piso e este percentual se aplicam exclusivamente aos empregados motoristas lotados em contratos de prestação de serviços públicos e privados, por conseguinte não se aplicando aos empregados lotados internamente na empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica garantido que em caso de modificação da política salarial do Governo ou perdas salariais, as partes convenientes poderão a qualquer tempo, voltarem a negociar objetivando a reposição dessas perdas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Ficam autorizadas as empresas que concederam antecipações salariais, descontarem os percentuais respectivamente concedidos no período de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras demais correções salariais, decorrentes da legislação oficial e Acordos adotados no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregados que recebem salários superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e suas funções não consta da tabela de salários anexa, terão os valores reajustados por negociação direta entre eles e os respectivos empregadores, não se aplicando automaticamente, por conseguinte, os percentuais de reajustes acima concedidos.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Todos os aumentos, legais ou espontâneos, bem como os adiantamentos ou abono concedidos pelas empresas a partir de 1º de janeiro de 2026, serão deduzidos dos reajustes salariais previstos nesta cláusula, ressalvadas, entretanto, as exceções decorrentes do término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O Sindicato dos trabalhadores se obriga a denunciar aos órgãos fiscalizadores, sempre que a empresa não cumpra com o pagamento dos salários, devidamente corrigidos, nos prazos legalmente estabelecidos para este fim, como também os encargos sociais.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento salarial, discriminando títulos pagos e seus respectivos valores, bem como descontos efetuados, podendo tal fornecimento ocorrer de forma eletrônica, através de site, e-mail e/ou qualquer outro meio de comunicação virtual.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Ficam autorizadas as empresas a procederem descontos de falta ao serviço e/ou os pagamentos das horas extras realizadas em um mês na folha do mês subsequente.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

As empresas que efetuam pagamento de verbas salariais por meio de depósito bancário, ficam isentas de colher a assinatura do empregado no respectivo recibo de pagamento, servindo como prova cabal e suficiente o comprovante de depósito bancário, na conta do empregado, devendo sempre ser fornecida obrigatoriamente a discriminação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso de pagamento de férias com 13º salário é obrigatória a assinatura do empregado no recibo.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado o pagamento do adicional de insalubridade nos percentuais estabelecidos na legislação em vigor, desde que apurada as condições de trabalho, por meio de laudos periciais, sendo apenas devido enquanto perdurarem as condições particulares de trabalho.

## **AJUDA DE CUSTO**

### **CLÁUSULA OITAVA - DIÁRIA DE VIAGEM**

O motorista fará jus a uma diária de R\$ 165,88 (cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), sempre que em viagens fora da região metropolitana do Recife que passar acima de 80 km.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A diária paga pela empresa terá natureza indenizatória e será liberada quando do pagamento do mês subsequente ao da viagem.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA NONA - DO VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO**

As empresas se obrigam a fornecer vale refeição ou alimentação no valor de R\$ 16,58 (dezesesseis reais e cinquenty e oito centavos), por dia efetivamente trabalhado, para obreiros lotados em contratos privados e

públicos, inclusive os contratos em regime temporários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica assegurado o direito aos empregados que, por liberalidade ou exigência contratual, percebem valores superiores ao estabelecido no *caput*, sem que isso seja considerado violação as regras do PAT ou Auxílio alimentação, previsto na lei nº13.467 de 13 de julho de 2017, artigo 457 da reforma trabalhista.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O valor previsto no *caput* não integra o salário para qualquer fim de direito, não tendo natureza salarial conforme estabelecido na Lei nº. 6.321/76, que instituiu o Programa de Alimentação ao Trabalhador – PAT ou Auxílio alimentação, previsto na lei nº13.467 de 13 de julho de 2017, artigo 457 da reforma trabalhista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas poderão substituir o benefício que trata o *caput* pela concessão de alimentação in natura, fornecida ou na própria empresa ou em estabelecimento conveniado ou pelo próprio tomador de serviço, não podendo, contudo, esse benefício ser substituído pelo café da manhã concedido por liberalidade do empregador.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas poderão reduzir o valor do vale refeição ou alimentação para o valor estabelecido no *caput*, no caso do empregado ser removido do contrato que paga valor superior a esse título, sem /tal fato ser considerado infração as regras do PAT ou auxílio alimentação, vez que o objetivo é a manutenção do emprego.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As empresas concederão a devida alimentação para os empregados que laboram mais de 04 horas diárias.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As empresas não poderão conceder o benefício de forma de alimentos in natura, salvo na hipótese no parágrafo terceiro, ou seja, fornecimento no local da prestação de serviço de refeição que atenda aos requisitos calóricos estabelecidos na legislação vigente, sob pena de ser entendido como não concessão do benefício.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALE TRANSPORTE

Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

**PARÁGRAFO QUARTO:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

## OUTROS AUXÍLIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS AS COBERTURAS SOCIAIS

Com fundamento no Art. 1º, III e IX, c/c artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, e art. 5º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, fica mantida a conquista do Benefício da Cobertura Social. Os beneficiários da presente norma coletiva, independentemente da situação de adimplência ou não da empresa para com o sistema, terão asseguradas os benefícios sociais estabelecidos na presente norma, devendo observar a empresa rigor no cumprimento das obrigações estabelecidas nos parágrafos seguintes, tudo na conformidade do ajuste firmado perante o Ministério Público do Trabalho da 6ª Região, conforme ACP PA Nº 00814.2010.06.000/4 e IC Nº 001627.2017.06.000/3.

Que a Cobertura Social do Trabalhador, assim denominado o referido benefício, configura-se como benefício em prol da categoria, assemelhando-se ao ticket alimentar e à cesta básica (benefícios de alimentação), uma vez que não há obrigação legal, configurando-se como fruto de negociação coletiva, com prevalência do negociado sob o legislado, estipulando condições vantajosas para os trabalhadores e empresa, respaldadas no ordenamento jurídico.

Que a Cobertura Social do Trabalhador enseja puramente vantagens para os trabalhadores, que se transvestem em mecanismos protetivos à saúde deles, com a oferta de atendimentos médicos ambulatoriais e protetivos à segurança.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A cobertura social será gerida por uma empresa gestora privada e selecionada exclusivamente pelo Sindicato Obreiro, contratada especificamente para administrar o referido benefício e será provido, sem ônus de qualquer espécie para os representados da entidade profissional, pelos empregadores a título de benefício, no qual a empresa do segmento empresarial, independentemente do tipo de contrato, recolherá em favor da empresa gestora contratada para gerir esse benefício, a importância mensal de **R\$ 83,93 (oitenta e três reais e noventa e três centavos)** por cada trabalhador, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2026, sendo essa a única e exclusiva obrigação financeira da empresa para com a empresa gestora contratada. Destaca-se que tal benefício tem o cunho de assegurar atendimentos e benefícios constantes no parágrafo segundo, a seguir.

**PARÁGRAFO SEGUNDO: BENEFÍCIOS:** descrição, coberturas e características. **PLANO ODONTOLÓGICO:** Cobertura conforme rol mínimo de procedimentos previstos pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar): Coberturas: Urgência 24h; Diagnóstico; Prevenção; Restauração; Tratamento de canal; Odontopediatria; Radiologia; Cirurgias; Tratamento de gengiva. Características: Cobertura Nacional; Sem Perícia; Isenção Total de Carências; Atendimento com dentistas, via chat, 24 horas por dia, 7 dias por semana; Dependentes legais até 5 anos completos terão direito ao plano sem cobrança adicional. Observação: Plano Odontológico registrado e regulamentado pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. As condições de atendimento, abrangência, coberturas, carências etc. do produto estão em conformidade com a ANS e estabelecidas no contrato firmado entre a Operadora de Planos Odontológico e o Sindicato Laboral. **TELEMEDICINA:** Consulta médica, por vídeo chamada, agendada, com as especialidades descritas abaixo: Clínica geral; Cardiologia; Endocrinologia; Dermatologia. **ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO:** Consulta agendada com psicólogo, por vídeo chamada. **CONSULTORIA NUTRICIONAL:** Consulta agendada com nutricionista, por vídeo chamada. **ASSISTÊNCIA NATALIDADE:** Entrega de cartão

magnético com valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais); Quando do nascimento do filho do titular, o mesmo deverá entrar em contato com a central de atendimento da Gestora em até 60 dias e deverá enviar a certidão de nascimento; Limite de acionamento de 01 vez ao ano, por titular; Em caso de nascimento de Gêmeos, será acrescido o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) a partir do segundo univitelino.

**ASSISTÊNCIA FUNERAL:** Todos os empregados regularmente contratados e enquadrados no âmbito desta Convenção Coletiva de Trabalho, que venham a falecer por morte natural ou acidental, serão elegíveis para receber a Assistência Funeral Individual nos termos aqui estipulados. O valor do benefício de Assistência Funeral Individual é de até R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), destinado a cobrir despesas diretamente relacionadas ao funeral do empregado falecido, tais como taxas, procedimentos, cerimônia, sepultamento, transporte do corpo e outras despesas correlatas. A família do empregado falecido deverá acionar o benefício de Assistência Funeral Individual à Gestora, em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos das empresas empregadoras, dentro de um prazo de até 72 horas a contar do momento do falecimento. A solicitação do benefício deverá ser acompanhada da documentação necessária, incluindo atestado de óbito, comprovantes das despesas funerárias e demais documentos pertinentes. Após a análise da documentação e comprovação das despesas será realizado o reembolso, limitado ao valor máximo de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), mediante depósito bancário em conta indicada pelos beneficiários.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A cobertura social, prevista nesta cláusula, não constitui fonte de custeio sindical, uma vez que o referido benefício é administrado por uma empresa contratada especificamente para tal finalidade. Ressalta-se que o provimento deste benefício não transita, de forma alguma, pelas contas das entidades sindicais signatárias do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O benefício social em epígrafe independe de associação e sindicalização dos empregados e/ou empresa para com as entidades sindicais, visto que não é oriundo de descontos salariais; mas sim uma contrapartida provida pelos empregadores para atendimento ao preceituado no artigo 6º da Constituição Federal, mais especificamente no tocante ao direito à saúde do trabalhador.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A empresa se conceder plano de saúde e odontológico, com assistência completa e devidamente registrado na ANS, sem ônus algum ao trabalhador, fica desobrigada ao pagamento do valor estipulado no caput, mediante comprovação ao sindicato laboral.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O Sindicato Obreiro além de selecionar a empresa gestora com a formalização do contrato com assinatura expressa anuindo o contrato celebrado, acompanhará e fiscalizará também os procedimentos realizados pela gestora contratada, contudo, o Sindicato Obreiro fica isento de qualquer responsabilidade cível, tributária, correlatas, não assumindo nenhuma obrigação inadimplida ou dano sofrido pelos beneficiários da presente norma.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A empresa gestora se responsabilizará pelos benefícios sociais e as providências necessárias para o atendimento dos trabalhadores, sendo certo que os valores obtidos mediante o pagamento do referido benefício pela empresa abrangida pelo presente acordo coletivo de trabalho, destinam-se aos atendimentos médicos (consultas médicas) a nível ambulatorial nas especialidades de clínica geral, ortopedia, dermatologia, cardiologia e outras 15 especialidades médicas e serviços de saúde, contemplando também atendimentos de Odontologia, fonoaudiologia, fisioterapia, e psicologia.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O sindicato profissional fiscalizará a concessão dos benefícios concedidos aos trabalhadores, bem como as receitas previstas no parágrafo primeiro, se comprometendo, conjuntamente, a promover as ações necessárias objetivando o repasse dos recursos por parte da empresa, não respondendo, contudo, em caso de eventuais falhas na prestação dos serviços e/ou descumprimento por obrigações financeiras eventualmente inadimplidas.

**PARA' GRAFO NONO:** Em caso de descumprimento dessa obrigação por parte da empresa, o sindicato se comprometer a não fornecer Declaração de Regularidade Sindical, além de que caracterizará ilícito de apropriação indevida o não repasse do valor recebido do contratante.

**PARA' GRAFO DE' CIMO:** O sindicato profissional se compromete a fazer gestão perante os entes públicos, no sentido de que constem de todas as planilhas de custos de editais de licitações a provisão financeira para cumprimento deste benefício social e de saúde, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT.

**PARA' GRAFO DE' CIMO PRIMEIRO:** Sempre que necessário a comprovação do cumprimento do acordo Coletivo de Trabalho, o Sindicato obreiro poderá solicitar a comprovação do pagamento do benefício estabelecida nessa cláusula.

**PARA' GRAFO DE' CIMO SEGUNDO:** O sindicato obreiro obriga-se a denunciar aos tomadores de serviços e/ou órgãos competentes, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data prevista para cumprimento da obrigação, o descumprimento da norma por parte da empresa prestadora, bem como promover as ações necessárias ao recebimento do valor devido. De igual modo, fica a empresa obrigada a providenciar pedido de realinhamento contratual e/ou incluir na planilha de custo para nova licitação a presente contribuição social, sob pena de responsabilidade de arcar com os custos advindos deste benefício. No caso de descumprimento dessa regra, a representação dos trabalhadores responderá diretamente perante a empresa contratada pelos valores inadimplidos pela empresa.

**PARA' GRAFO DE' CIMO TERCEIRO:** O sindicato obreiro promoverá ação de cumprimento, na condição de substituto processual, na hipótese de descumprimento da presente avença, ficando desde já acordado que, nesse caso, incidirá multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante devido e incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, contados da data do inadimplemento, devendo a entidade laboral, em sede de Ação de Cumprimento, informar diretamente a conta bancária da empresa gestora do referido benefício.

**PARA' GRAFO DE' CIMO QUARTO:** Na hipótese de descumprimento do parágrafo primeiro da presente avença, a empresa gestora do benefício (prestação dos serviços), adotará medidas de proteção ao crédito, ações cartoriais e judiciais necessárias, independentemente das medidas judiciais ajuizadas pela representação laboral. Sendo certo que os convenentes não respondem perante a operadora, por nenhuma obrigação porventura inadimplidas pela empresa.

**PARA' GRAFO DE' CIMO QUINTO:** Em face ao estipulado no parágrafo de cimo segundo, a empresa obriga-se a entregar mensalmente relatório das medidas tomadas e da prestação de serviços realizados, inclusive, comunicando aos convenentes, no prazo de 10 (dez) dias do vencimento da obrigação, qualquer irregularidade no pagamento por parte da empresa.

**PARA' GRAFO DE' CIMO SEXTO:** O sindicato laboral promoverá ação de cumprimento, em caso de inadimplemento desta cláusula, independente das medidas administrativas e judiciais que venham a ser tomadas pela empresa gestora.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAT

As empresas inscritas no Programa de Alimentação do Trabalhador e que forneçam alimentação aos seus trabalhadores, descontarão dos mesmos o percentual autorizado a título de participação no citado programa, independentemente do valor de face estabelecido.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAT - NÃO ADESÃO**

A empresa que não aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, fica condicionada ao pagamento do VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO, constante da cláusula nona.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES  
NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO DE RESCISÃO**

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no prazo da lei vigente.

**OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS****CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS, PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS**

Em decorrência de estudos realizados no segmento de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, as empresas utilizarão na composição de preços de serviços de Asseio e Conservação encargos sociais e trabalhistas calculado sobre o total da remuneração da mão-de-obra, objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando assim a sonegação de direito dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no caput desta cláusula, tanto para os dos postos de 12x36, poderá ser majorado em função das peculiaridades de cada serviço contratado.

**OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE  
CONTRATAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

As empresas se obrigam, em caso de dispensa por justa causa, fornecer aos empregados comunicação contendo os motivos ensejadores do afastamento, sob pena de não o fazendo, por presunção, ser caracterizada a dispensa imotivada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA**

Em conformidade da Lei nº. 9.958/2000, poderá ser celebrada Convenção Coletiva de Trabalho, normatizando o funcionamento da Comissão de Conciliação Prévia Intersindical.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE  
PESSOAL E ESTABILIDADES  
NORMAS DISCIPLINARES****CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA AUSÊNCIA PARA RECEBIMENTO DO PIS**

As empresas que não possuem convênio com a Caixa Econômica Federal, para pagamento das contas do PIS, diretamente aos seus empregados, deverão propiciar aos mesmos, sem prejuízo algum, tempo necessário ao recebimento dele.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA TRANSFERÊNCIA**

As empresas ficam obrigadas a comunicar a seus empregados com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, as mudanças de local de trabalho do empregado, desde que implique em mudança do local de sua residência.

### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA REVISTA**

As empresas que adotarem o sistema de revista nos seus empregados, deverão fazê-la em local adequado e sem promover constrangimento aos mesmos, consoante as decisões do T.S.T.

### **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO CONVÊNIO/FARMÁCIA/ÓTICA/CLUBE DE CAMPO**

Convencionam as partes, que o sindicato obreiro poderá firmar Convênio com Farmácia ou Ótica, ficando as empresas, mediante autorização prévia e expressa do empregado, obrigadas a efetuarem os descontos nos respectivos salários, sob a rubrica de convênio/farmácia/ótica/ clube de campo, desde que a empresa conveniada encaminhe, oficialmente, por protocolo, até 5 (cinco) dias úteis que antecede o fechamento da folha.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os descontos previstos no **caput**, não poderão exceder mensalmente, em hipótese alguma, ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do salário do empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Obriga-se o Sindicato Profissional ao celebrar convênio com óticas, drogarias e/ou farmácias, observar aquelas que apresentarem melhores condições de preço e prazo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Caberá a empresa gestora dos benefícios sociais a contratação da Farmácia, a qual terá prioridade na contratação pelas empresas para fins de atendimentos aos representados dos sindicatos profissionais.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O sindicato laboral emitirá cartão magnético no caso de ser firmada convênio com a Farmácia Sindical.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FERIADO DO CONTRATANTE**

O empregado ficará dispensado do cumprimento da jornada de trabalho, nos dias que for feriado para o tomador de serviço (contratante).

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta (mesmo que tenha interposto recurso), recebendo protocolo de



apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

Para a fixação do horário de trabalho dos empregados atingidos pela presente norma, será observado o que estabelece o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, ficando desde já autorizado a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com a representação profissional, objetivando a prorrogação e compensação de jornada, bem como utilização de escalas e Banco de Horas, sendo certo que as horas não compensadas serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese da inobservância do previsto no caput fica instituída multa por descumprimento da norma no percentual de 10% (dez por cento), por mês, ao ser calculado sobre o valor do piso salarial da categoria e revertido em favor do empregado prejudicado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Independentemente da escala de trabalho utilizada, a jornada de trabalho será de 192(cento e noventa e duas) horas mensais efetivamente trabalhadas, as quais adicionadas ao repouso semanal remunerado perfazem o total de 220 (duzentos e vinte) horas por mês.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CONTROLE DO REGISTRO DE HORÁRIO**

Para fins de fechamento do ponto, apuração e pagamento das horas extraordinárias e noturnas, as empresas poderão optar pelo fechamento da folha em data anterior ao último dia do mês sem que isso implique em atraso de pagamento previsto no Art. 459 §1º da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso de a empresa optar pelo fechamento do ponto, em data anterior ao último dia do mês, pagará as horas extras e noturnas remanescentes em valores atualizados pelo salário do mês do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O controle de jornada poderá ser feito através de qualquer meio de registro, inclusive eletrônico / digital, aplicativos de celular, documento físico, ou qualquer outro meio que melhor satisfazer a viabilidade operacional do empregador, conforme a Portaria 671/2021 do Ministério do Trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica autorizada, ainda, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados, como poderão facultativamente adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho por exceção, para os empregados subordinados a horário de trabalho, onde serão registradas apenas as exceções ocorridas durante a jornada normal de trabalho, nos termos do Artigo 74, § 4º, da CLT, incluído pela Lei Nº 13.874/2019.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO UNIFORME, FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS**

As empresas asseguram o fornecimento gratuito de uniformes, fardamentos e equipamentos de proteção individual de trabalho, sempre que exigidos ou de uso obrigatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na hipótese de mau uso ou extravio do uniforme, fardamentos e equipamentos, devidamente comprovado, antes de período estabelecido para as suas depreciações, a empresa fornecerá tais itens e promoverá o desconto do valor correspondente no salário do empregado, o que desde logo fica autorizado.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ATESTADO MÉDICO**

Obrigam-se as empresas em acatar os atestados médicos justificativos de ausência ao serviço, emitidos pelo INSS e seus conveniados, assim como pelos profissionais credenciados e/ou prestadores de serviços da empresa gestora contratada para gerir as coberturas sociais, desde que devidamente apresentado, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua emissão, ao Departamento Médico da empresa.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO LIVRE ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL À EMPRESA**

Assegura-se o livre acesso dos dirigentes sindicais, nos intervalos relativos ao descanso e alimentação, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de material Político-Partidária ou ofensiva a quem quer que seja.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas abrangidas pela representação patronal recolherão a título de Contribuição Confederativa o valor correspondente a 1,0 % (um por cento) do valor do capital social da empresa, ficando esse valor limitado ao mínimo de R\$ 1.140,81,00 (um mil, cento e quarenta reais e oitenta e um centavos) e ao máximo de R\$ 17.112,15 (dezesete mil, cento e doze reais e quinze centavos). O valor da contribuição será recolhido por boleto bancário em duas parcelas iguais, nos meses de junho de 2026 e setembro de 2026 tudo de acordo com o Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os atrasos no prazo de recolhimento dessa contribuição, ensejará no pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL E ASSOCIATIVA PATRONAL**

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato das empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, recolherão em favor do Sindicato Patronal, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela:

1. Empresas com capital social de até R\$ 100.000,00 - 1 Piso da categoria;
2. Empresas com capital social de até R\$ 101.000,00 a R\$ 200.000,00 - 2 Pisos da categoria;

3. Empresas com capital social de até R\$ 201.000,00 a R\$ 300.000,00 - 3 Pisos da categoria;
4. Empresas com capital social de até R\$ 301.000,00 a R\$ 400.000,00 - 4 Pisos da categoria;
5. Empresas com capital social de até R\$ 401.000,00 a R\$ 500.000,00 - 5 Pisos da categoria;
6. Empresas com capital social acima de R\$ 501.000,00 - 10 Pisos da categoria;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os pagamentos relativos à Contribuição Negocial deverão ser efetuados até o dia 30 de julho do corrente ano.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Além da contribuição negocial as empresas associadas pagarão a título de contribuição associativa o equivalente a 2 (dois) pisos salariais da categoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica assegurado o direito de oposição desde que observado o prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do registro da presente norma.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O atraso no pagamento destas contribuições ensejará em multa moratória de 2% (dois por cento) e juros mensal de 1% (um por cento) calculados *pro rata die*.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA**

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada por edital com esses objetivos, as empresas descontarão, mensalmente, a partir da folha de novembro de 2025, de todos os seus empregados, inclusive aqueles que exercem funções administrativas e operacionais, importância equivalente a 2% (dois por cento) do piso do motorista.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O recolhimento que trata o parágrafo retro, para sua validade, será realizado único exclusivamente, por meio de boleto bancário emitido pela entidade profissional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado o direito do empregado em manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no **caput**, desde que o faça de maneira individual e por escrito, perante a secretaria da entidade laboral, a qualquer tempo, perdendo assim a condição de associado do ente sindical e, por conseguinte, perdendo os seus dependentes os benefícios oferecidos pela representação laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O desconto efetuado em favor do Sindicato Profissional constará na folha de pagamento do empregado com denominação “**DESCONTO SINDICAL**”, sendo este desconto, bem como as demais contribuições destinada ao sindicato laboral previstas na presente norma, são de exclusiva responsabilidade da Assembleia do Sindicato Profissional, convocada para deliberar sobre celebração de Convenção e ou Acordo Coletivo, comprometendo-se a representação dos trabalhadores a ressarcir as empresas em caso de demandas para fins de devolução de qualquer valor. .

**PARÁGRAFO QUARTO:** O prazo para recolhimento das importâncias previstas, por parte das empresas, não poderá exceder ao dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A responsabilidade por esse desconto é exclusivamente do sindicato laboral, o qual se compromete a ressarcir a representação patronal em caso de eventual cobrança.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O não recolhimento da mensalidade dessa cláusula no prazo estabelecido acarretará multa de R\$ 30,00 (trinta reais) por mês e por trabalhador, enquanto perdurar a inadimplência.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As empresas fornecerão, obrigatoriamente, a relação nominal de todos os seus empregados.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL**

Em que pese Fundamentado nos art. 8º, inciso IV e parágrafo 2º do art. 114 da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 45/2004, art. 612 da CLT e nos termos do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal no processo nº ARE 1018459 (Tema 935 da Repercussão Geral), será descontado de todos os empregados não sindicalizados beneficiários da presente Convenção uma CONTRIBUIÇÃO, com direito de

oposição, a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL em favor do SINTRANSTUR, aprovada em ASSEMBLÉIA(S) GERAL(IS) EXTRAORDINÁRIA(S) ESPECÍFICA(S), inclusive com item ESPECÍFICO do desconto assistencial profissional/negocial, realizada em 06 de dezembro de 2025, na sede do Sintranstur, em 2ª Convocação, conforme EDITAL DE CONVOCAÇÃO publicado no jornal Folha de Pernambuco, seção Classificados, em 19/12/2025, com as seguintes destinações: custear as despesas da campanha salarial, tais como honorários, publicação de Editais, divulgação, necessárias a celebração do presente instrumento, manutenção dos serviços prestados pelo sindicato e administração em geral. CONTRIBUIÇÃO esta correspondente a **3% (três por cento) do salário reajustado**, em valor único nos termos da presente CCT, valor a ser descontado na folha de pagamento referente ao salário do mês imediatamente seguinte ao edital que será publicado após o registro da Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, e ser recolhido até 05 (cinco) dias úteis após o pagamento da folha do mês descontado, em guia própria fornecida pelo sindicato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica estipulado o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação em jornal de grande circulação após a data do registro da presente convenção coletiva de trabalho pela SRTb/PE/ME, de informativo contendo as condições de desconto, prazo para oposição ao referido desconto, que concederá aos interessados o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de oposição individual ao referido desconto assistencial profissional/negocial, que deverá ser protocolada/apresentada por escrito e assinada contendo a qualificação completa do trabalhador, endereço e empresa onde trabalha, exclusivamente pelo trabalhador na sede do SINTRANSTUR.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Publicação que trata do parágrafo anterior será promovida pelo Sindicato Profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O montante arrecadado será repassado ao SINTRANSTUR, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao desconto.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas encaminharão ao SINTRANSTUR, pelo e-mail [sintranstur.adm@gmail.com](mailto:sintranstur.adm@gmail.com), no mês do efetivo desconto, a relação dos empregados dos quais procedeu ao desconto da CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL/ASSISTENCIAL estabelecida nesta Convenção Coletiva de Trabalho, para que o mesmo emita o respectivo boleto bancário em guia própria com vencimento para pagamento no prazo acima estipulado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Nos casos de RECUSA POR PARTE DO EMPREGADOR de efetuar o desconto, quando não havendo oposição pelo empregado e/ou consequente recolhimento do desconto assistencial à entidade profissional, serão propostas as competentes ações de cumprimento perante a Justiça do Trabalho. Independentemente, de queixa criminal, nos casos em que o empregador efetuar o desconto dos empregados e não repassar à entidade profissional, por configurar apropriação indébita, bem como representação cível e criminal em caso de constatação de conduta antissindical do empregador sobre o empregado fomentando fazer oposição ao desconto.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os descontos assistenciais recolhidos serão de inteira e exclusiva responsabilidade da entidade profissional, que responderá por sua aplicação nos termos do estatuto social.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Na hipótese de haver questionamentos administrativos ou judiciais contra o desconto, caberá ao Sindicato Profissional responsabilizar-se pelas custas administrativas, processuais ou qualquer ônus resultado de condenação que venham a existir.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Caso a empresa não faça os descontos, referentes a Contribuição Assistencial/Negocial Profissional, a mesma arcará com o pagamento integral da referida contribuição, além da multa de 10% do piso salarial, por funcionário abrangido pela CCT, de acordo com a cláusula terceira, valor este revertido integralmente ao SINDICATO PROFISSIONAL.

**PARÁGRAFO NONO:** O desconto da Contribuição Negocial Laboral é extensivo aos empregados que forem contratados durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIÁRIOS**

São beneficiários deste negócio jurídico os empregados, independente da nomenclatura da função, abrangidos nas representações sindicais, na base territorial dos Sindicatos dos Empregados, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Conveniente Empregador, excetuados aqueles que, embora laborando para elas, pertencem a outras categorias profissionais diferenciadas (art. 511 da CLT), ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondente a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO QUADRO DE AVISOS**

As empresas afixarão, em seu quadro de avisos, comunicações oficiais do Sindicato, que não versem sobre assuntos políticos ou tentem a empresa, seu funcionamento ou seus prepostos os quais serão encaminhados ao setor competente da empresa, incumbindo-se esta da afixação em até 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os comunicados deverão ser efetuados em papel timbrado do Sindicato e assinado por seu Presidente, e os cartazes deverão vir acompanhados de ofício, solicitando sua fixação.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

Obrigam-se os sindicatos convenientes, expedirem, em conjunto, desde que solicitados oficialmente, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, declarações para as empresas, que se encontra em situação regular para com as entidades, onde farão constar a seguinte expressão: "ENCONTRA-SE NOS TERMOS DA ATUAL CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO-2025 E DA ANTERIOR, COM SUAS OBRIGAÇÕES SINDICAIS REGULARIZADAS".

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A declaração prevista no caput só terá validade quando emitida e assinada conjuntamente pelos respectivos representantes dos sindicatos convenientes, devendo ser apresentada por ocasião das homologações dos haveres rescisórios dos trabalhadores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na referida declaração os sindicatos farão constar à regularidade no cumprimento das obrigações de entregas das guias do INSS e FGTS, pagamento de salário, auxílio-alimentação e de vale-transporte, comprovante de Contribuição Patronal e Laboral e benefícios sociais, na forma prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho, fornecida pelos Sindicatos Patronal e laboral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Ficam os sindicatos expressamente proibidos de darem publicidade as quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de responder por perdas e danos.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A comprovação dos itens relacionados no caput desta cláusula será feita até o dia 10 do mês subsequente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Os sindicatos se comprometem a envidarem esforços no sentido de fazer constar à apresentação desse atestado em todos os certames licitatórios.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A certidão terá validade de 30 dias.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA SUCESSÃO DO CONTRATO**

As empresas, que por ventura, venham a assumir em decorrência de processo de licitação pública, contrato de prestação de serviço de uma outra empresa, obriga-se a contratar, pelo menos 70% (setenta por cento) dos efetivos lotados naquele contrato, desde que esse efetivo haja sido colocado a sua disposição, por escrito, pela empresa remanescente, no prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do novo contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O percentual previsto no caput, poderá deixar de ser atendido nas seguintes hipóteses:

- a) que não haja recusa do empregado em ser contratado pela nova empresa;
- b) que as verbas rescisórias não estejam devidamente homologadas na forma da lei e que o empregado seja devidamente aprovado nos exames adimensionais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas que absorverem trabalhadores, na conformidade do previsto no caput, não responderão por nenhuma obrigação trabalhista, administrativa ou judicial, decorrentes de acordos preexistentes e poderão efetivar acordos coletivos de trabalho regulando o processo desta sucessão.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - PROCEDIMENTOS EM CERTAMES LICITATÓRIOS**

Deverão os sindicatos convenientes acompanhar os certames licitatórios, verificando se as empresas participantes apresentaram prova de quitação da contribuição sindical e do recolhimento da contribuição sindical descontada dos respectivos empregados, uma vez que assim determina o art. 607 da CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA LEGITIMIDADE DO SINDICATO PATRONAL**

Os sindicatos dos trabalhadores reconhecem o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Pernambuco, como a única, legítima e competente entidade sindical, que representa a classe patronal constituída pelas empresas do segmento de Asseio, Conservação, locação de mão de obra, de limpeza pública e que executa atividades correlatas de terceirização, as quais são por ele representadas ativa e passivamente.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA CONVENÇÃO COLETIVA NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS OU ADMINISTRATIVAS**

Em virtude dos processos licitatórios serem públicos, os Sindicatos Laboral e Patronal se comprometem a remeter representantes qualificados nas aberturas para entregar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como, sugerir a exigência da Regularidade Sindical dentro dos parâmetros do Art. 607 da C.L.T., que veda a formalização de contratos com empresas inadimplentes com seus sindicatos.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA REVOGAÇÃO**

Na forma do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, todas as cláusulas previstas nos anteriores acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho existentes entre as partes ora acordantes devem consideradas revogadas, sendo substituídas pelas presentes cláusulas deste instrumento coletivo em

virtude da plena negociação delas o que resulta no estabelecimento de novas condições de trabalho aqui ajustadas por mútuo consenso.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

As partes ajustam que na vigência desta convenção coletiva não será instituída a Comissão de Representantes dos Empregados nas Empresas, prevista nos artigos 510-A, 510-B, 510-C e 510-D e seus parágrafos, da Lei nº 13.467/2017, ficando mantida a representação dos empregados pelo Sindicato Laboral, conforme autoriza o artigo 611-A, VII, do mesmo diploma legal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caberá, portanto, ao Sindicato Laboral representar os empregados, tendo em vista que hoje já se encontra estruturado e executa as atividades atribuídas à Comissão de Representantes dos Empregados pela nova legislação.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO RECONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO**

O sindicato laboral reconhece a representatividade do sindicato patronal como único representante das funções existentes nas empresas, enquadradas nas hipóteses estabelecidas no art. 570 e seguintes da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**

Pelo presente instrumento coletivo de trabalho, fica assegurado ao Sindicato obreiro, com a devida ciência a representação patronal, a faculdade de renovar/ firmar com as empresas da categoria Acordos Coletivos de Trabalho, instituindo e regulamentando: Banco de horas; Escala de trabalho respeitadas as jornadas legais, Redução de Jornada de trabalho; Redução do intervalo intrajornadas para refeição e descanso para 30 minutos, substituição do vale transporte pelo pagamento em espécie

### **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA MULTA**

Fica estabelecido, multa no valor do piso da categoria, em prol do trabalhador, sem cumulatividade, na hipótese de descumprimento de quaisquer das cláusulas da presente avença.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA PRORROGAÇÃO, REVISÃO, RENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, renúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficará subordinada as normas estabelecidas no art. 615 da CLT.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DO JUÍZO COMPETENTE - CONTROVÉRSIAS**

Compete a Justiça Especializada do Trabalho, com fundamento no art. 7º, inciso XXVI, e “**caput**” do art. 114, da Constituição da República Federativa do Brasil, dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação

da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive para julgamento das Ações de Cumprimento de correntes.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Quaisquer dúvidas, controvérsias, ou litígios, resultantes da interpretação ou aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão processadas e julgadas pela Justiça do Trabalho, respeitada a sua competência constitucional.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DOS ACORDOS COLETIVOS**

Os Acordos Coletivos de Trabalho serão firmados com assistência das entidades convenentes, sob pena de nulidade.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - IMPACTO ECONÔMICO FINANCEIRO SOBRE OS CONTRATOS**

O custo dos contratos de prestação de serviços vigentes sofrerá um impacto econômico-financeiro de acordo com o percentual de acréscimo que será divulgado através de correspondência circular do SEAC/PE, considerando o custo da mão de obra utilizada na realização dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - COMPARTILHAMENTO DE DADOS - LGPD**

Em face da Lei n. 13709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenentes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, 11, inciso I, c/c 9º, § 3º, que os dados pessoais dos trabalhadores, tais como nome, CPF, endereço residencial, certificado de formação/reciclagem e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, poderão ser compartilhados sempre que necessário e quando autorizados por determinação legal, assim entendida largo senso, ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços.

}

**JOSE MARIA MARTINS DA SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SIND DOS TRAB TRANSP COLE INTERM INTER ROD TUR,FRET,ESC,ALTE**

**AGOSTINHO ROCHA GOMES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO, LIMPEZA PUBL**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA AGE**



[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



